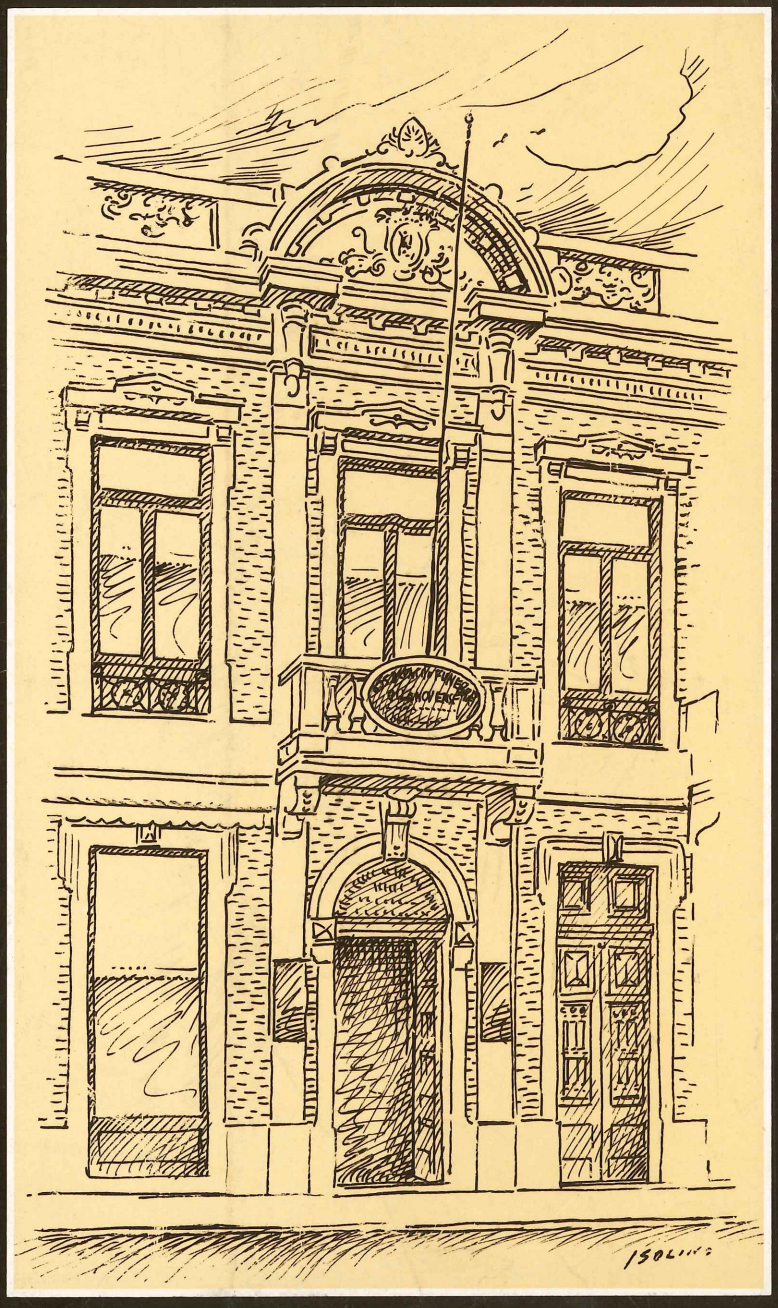
I CENTENÁRIO
DA
ASSOCIAÇÃO VILANOVENSE
DE SOCORRO MÚTUO



1882 - 1982

I CENTENÁRIO
DA
ASSOCIAÇÃO VILANOVENSE
DE SOCORRO MÚTUO

1882 - 1982

Edifício da Liga das Associações de Socorro Mútuo de Vila Nova de Gaia onde se encontra instalada
a Associação Vilanovense de Socorro Mútuo

INTRÓITO

Festejar CEM ANOS é efeméride notável. É o recordar de tristezas e de alegrias. De horas de entusiasmo e de horas em que a desilusão e o desânimo tentam muitas vezes aparecer. Mas é também reconhecer que, mau grado as vicissitudes, o que fundamentalmente interessa é atingir-se a meta desejada. No caso da ***Associação Vilanovense de Socorro Mútuo*** *talvez seja mais apropriado dizer-se: caminhar para a meta desejada, já que, apesar de agora centenária, a Associação terá ainda — assim se espera — larga caminhada a percorrer.*

É que os CEM ANOS — étapa gloriosa, é certo — não representam neste caso o acabar de uma tarefa, que prossegue, animosa e denodada, na busca de limites que se afiguram incomensuráveis.

Servir o próximo, estender as mãos a outras mãos, tem sido a obra de muitos homens bons, que outros, apesar do materialismo dos tempos decorrentes, intentam prosseguir.

Quizeram os Corpos Gerentes da Associação Vilanovense de Socorro Mútuo assinalar de forma marcante o dobrar do PRIMEIRO CENTENÁRIO da instituição.

E fizeram-no com entusiasmo, sem se pouparem a canseiras, organizando um programa festivo, talvez ambicioso, mas que lhes pareceu apropriado.

Assim, desde 27 de Novembro até 8 de Dezembro de 1982, várias manifestações se foram sucedendo:

— 1.^{os} JOGOS FLORAIS MUTUALISTAS
— 1.^{as} JORNADAS MUTUALISTAS DE VILA NOVA DE GAIA
— SARAU ARTÍSTICO-MUSICAL
— ROMAGEM AO CEMITÉRIO DE MAFAMUDE E MISSA DE SUFRÁGIO POR SÓCIOS E DIRIGENTES FALECIDOS
— SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO.

Aos vários actos festivos assistiram o representante do senhor Presidente da República, o senhor Ministro dos Assuntos Sociais, o senhor Secretário de Estado da Segurança Social, representantes das associações congéneres e autoridades civis, militares e religiosas.

Isso fez com que as comemorações do Centenário atingissem o brilho que se lhes ambicionava.

Para que ficasse documentado para os vindouros aquilo que se passou, decidiu a Associação publicar o presente trabalho.

Ao fazê-lo, tem a esperança de que, lendo-o, entidades e indivíduos se sintam «tocados» para ajudar e animar aqueles que, mesmo remando contra a maré, continuam a sentir que a fraternidade humana bem merece todos os sacrifícios que por ela se possam fazer.

FESTAS COMEMORATIVAS DO 1.º CENTENÁRIO DA ASSOCIAÇÃO VILANOVENSE DE SOCORRO MÚTUO

COMISSÃO DE HONRA

General António Ramalho Eanes – Presidente da República
Dr. Luís Barbosa – Ministro dos Assuntos Sociais
Dr. Cícero Vicente Galvão – Director dos Serviços de Tutela e Apoio às Instituições Privadas de Segurança Social.
Coronel Rocha Pinto – Governador Civil do Porto
Eng. Hermenegildo José da Silva Tavares – Presidente da Câmara Municipal de V. N. de Gaia
FNASM – Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos
Inácio Santos Vizeu Júnior

COMISSÃO EXECUTIVA

Engenheiro Luís Emílio Seca Ribeiro da Silva
António Duarte Ferreira Estevão
Américo Gomes Pendão
Rogério Santos
Alfredo Rodrigues Canedo
João da Silva Melo
Armando Araújo Ribeiro
Alcides Ferreira
Jorge Gonçalves Pereira da Rocha
Rogério Albino Pereira Lopes
Augusto de Araújo Oliveira
Américo Ferreira Camarinha
Lívio Joaquim de Meireles Rocha
Associação Cultural Amigos de Gaia

COMISSÃO DE TRABALHO

Dr. Carlos Figueiredo Mota
Carlos da Silva Canedo
Daniel Macedo Baptista
Francisco António Marques da Silva
Germano Augusto Nascimento
Horácio Pinto Lourenço
Serafim Rodrigues Canedo

COMISSÃO DE TRABALHO DAS COMEMORAÇÕES

Da esquerda para a direita – No primeiro plano: Daniel Macedo Baptista, Francisco António Marques da Silva e Carlos da Silva Canedo; no segundo plano: Germano Augusto Nascimento, Serafim Rodrigues Canedo, Horácio Pinto Lourenço e Dr. Carlos Figueiredo Mota

PROGRAMA GERAL DAS COMEMORAÇÕES

1 de Outubro a 5 de Novembro de 1982

Recepção na sede da Associação dos trabalhos concorrentes aos 1.os JOGOS FLORAIS MUTUALISTAS.

27 e 28 de Novembro de 1982

No Salão Nobre da Associação

Realização das 1.as JORNADAS MUTUALISTAS DE VILA NOVA DE GAIA. (Leitura de trabalhos, debates e apresentação de conclusões).

30 de Novembro de 1982

No Auditório Nacional do Teatro Carlos Alberto

Sarau Artístico com a colaboração graciosa da ACADEMIA MUSICAL DE VILAR DO PARAÍSO e do ORFEÃO DA MADALENA.
Será feita a proclamação dos vencedores dos 1.os Jogos Florais Mutualistas e entregues os respectivos prémios.

1 de Dezembro de 1982

Romagem ao Cemitério de Mafamude e celebração, na igreja paroquial da mesma freguesia, de uma missa de sufrágio pelos sócios e dirigentes da Associação já falecidos.

8 de Dezembro de 1982

No Salão Nobre da Associação

Sessão solene para encerramento das comemorações, com a presença de autoridades civis, militares e religiosas.

CORPOS GERENTES DA ASSOCIAÇÃO NO ANO DAS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO

ASSEMBLEIA GERAL

Efectivos

Presidente	— *Germano Augusto Nascimento*	— Sócio n.º 120 518 — Emp. Comercial
1.º Secretário	— *Elísio Coelho Moreira*	— Sócio n.º 60 137 — Emp. Escritório
2.º Secretário	— *Pedro Augusto Lopes da Cruz*	— Sócio n.º 41 449 — Comerciante

Suplentes

Presidente	— *Armando Araújo Ribeiro*	— Sócio n.º 75 964 — Industrial
1.º Secretário	— *António Duarte Ferreira Estevão*	— Sócio n.º 98 926 — Comerciante
2.º Secretário	— *Crispim Pinto*	— Sócio n.º 60 189 — Emp. Escritório

DIRECÇÃO

Efectivos

Presidente	— *Daniel Macedo Baptista*	— Sócio n.º 133 287 — Emp. Escritório
Secretário	— *José Fernando de Almeida*	— Sócio n.º 75 717 — Emp. Bancário
Tesoureiro	— *Serafim Rodrigues Canedo*	— Sócio n.º 37 884 — Litógrafo
Vogal	— *Alberto Magalhães Couto*	— Sócio n.º 55 450 — Emp. Camarário
Vogal	— *Eduardo da Silva Teixeira*	— Sócio n.º 40 368 — Emp. Têxtil

Suplentes

Presidente	— *Antero de Sousa Leite*	— Sócio n.º 56 634 — Guarda-Livros
Secretário	— *Américo Ferreira Camarinha*	— Sócio n.º 110 743 — Comerciante
Tesoureiro	— *José Armando de Oliveira Rodrigues*	— Sócio n.º 40 162 — Emp. Comercial
Vogal	— *João Coelho Pereira Esteves*	— Sócio n.º 105 275 — Guarda-Livros
Vogal	— *António Possidónio da Silva*	— Sócio n.º 60 444 — Emp. Escritório

CONSELHO FISCAL

Efectivos

Presidente	— *Lívio Joaquim de Meireles Rocha*	— Sócio n.º 60 599 — Industrial
Secretário	— *Custódio Vieira Ribeiro*	— Sócio n.º 53 711 — Emp. Escritório
Relator	— *Mário José Águas*	— Sócio n.º 63 784 — Emp. Escritório

Suplentes

Presidente	— *Francisco Martins de Almeida*	— Sócio n.º 17 819 — Comerciante
Secretário	— *Miguel Ribeiro Júnior*	— Sócio n.º 29 792 — Comerciante
Relator	— *Alcide Ferreira*	— Sócio n.º 56 848 — Comerciante

DELEGADOS À LIGA DAS ASSOCIAÇÕES DE SOCORROS MÚTUOS DE VILA NOVA DE GAIA E CAIXA ECONÓMICA DE VILA NOVA DE GAIA

Germano Augusto Nascimento
Américo Gomes Pendão
António Duarte Ferreira Estevão
Eduardo Lopes dos Santos
Lívio Joaquim de Meireles Rocha
Custódio Vieira Ribeiro
Maximiano dos Santos Pereira
João Coelho Pereira Esteves
Crispim Pinto
José Armando de Oliveira Rodrigues
José Fernando de Almeida
Rogério Albino Pereira Lopes
Américo Ferreira Camarinha
Elísio Coelho Moreira
António Possidónio da Silva
Alfredo Rodrigues Canedo
Alberto Magalhães Couto
Daniel Macedo Baptista
Alfredo Macedo Figueiredo
Alcide Ferreira

UM POUCO DE HISTÓRIA

— *Alguns extractos do artigo que, sob o título «ASSOCIAÇÃO VILANOVENSE DE SOCORRO MÚTUO – UM SÉCULO DE MUTUALISMO» foi publicado no Boletim n.º 13, de Outubro de 1982, da ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DE GAIA, pelo Senhor FRANCISCO SILVA, membro da Comissão de Trabalho das Festas Comemorativas do 1.º Centenário da Associação Vilanovense de Socorro Mútuo.*

ASSOCIAÇÃO VILANOVENSE DE SOCORRO MÚTUO
UM SÉCULO DE MUTUALISMO

«...Em 8 de Dezembro de 1882, muitos gaienses que trabalhavam na cidade do Porto, acompanhados por alguns portuenses, decidiram fundar uma associação mutualista que denominaram **Associação de Beneficência Fúnebre Portuense.**

Dado que no Porto tinham tomado a decisão, a respectiva sede ficou situada na Rua das Flores, daquela cidade.

Todavia, ao que parece, o funcionamento da associação não se coadunava com as suas próprias realidades. Com efeito, sendo a maioria dos sócios de Vila Nova de Gaia, estes achavam que o facto da sede se encontrar no Porto os não servia a contento. E tal foi o seu poder de argumentação que, em breve — em 1 de Março de 1886 — era aberta em Vila Nova de Gaia, na Rua Cândido dos Reis, perto do lugar onde se encontra a farmácia do Hospital de Gaia, uma filial da associação.

Dirigiam essa filial três gaienses que ao mutualismo dedicavam muitas das suas canseiras e do seu tempo: José António Martins Júnior, José da Silva Lapa e António Ferreira.

Tantos eram os sócios que residiam em Gaia que, a partir de certa altura, foi na filial de Gaia e não na sede, que passou a verificar-se o maior movimento da mutualidade.

No Porto, entretanto, a sede mudava para a parte alta da Rua do Almada. Isso mais desgostou os vilanovenses que, a partir daí, passaram a desenvolver todos os esforços para aproximarem a intituição da sua terra.

Acabaram por fazer vingar o seu ponto de vista e, numa primeira étapa, trazem a sede para a ribeirinha Rua dos Mercadores, mesmo em frente de Vila Nova.

Isso era o prelúdio para uma mudança muito maior. Efectivamente, em Janeiro de 1895, em Assembleia Geral, a maioria absoluta gaiense toma decisões drásticas e, praticamente por unanimidade, decide: a) que a sede se transfira para a Avenida Diogo Leite, em Vila Nova de Gaia; b) que a associação passe a chamar-se «ASSOCIAÇÃO FÚNEBRE VILANOVENSE DE SOCORRO MÚTUO».

Deste modo a instituição torna-se totalmente gaiense, passando a corresponder não só aos desejos mas também aos interesses da maioria dos associados.

O Alvará Régio de 9 de Março de 1895 sancionou as alterações havidas e a institutição firmou-se, em definitivo, como vilanovense.

Para tanto, grande foi o mérito dos mutualistas de Gaia: Alfredo Santos Oliveira, Bernardino Ferreira Araújo, Joaquim Francisco Pedrosa, José Dias Jacob, Gaspar Gonçalves Vieira, Valentim Dias Arouca, Emílio Pereira da Silva e outros.

Como a maioria destes dirigentes eram filhos de Mafamude, após as decisões tomadas em 1895, a sede da instituição foi-se deslocando para o centro daquela freguesia. Primeiro, para a Rua General Torres, para instalações da Associação de Classe dos Tanoeiros de Gaia; depois, e de acordo com novos estatutos aprovados em 1902, para a Rua Marquês de Sá da Bandeira, ocupando salas cedidas pelo Clube Joaquim Nicolau de Almeida e, posteriormente, em 1910, para o seu actual edifício, no prédio da Liga das Associações de Gaia, também na Rua Marquês de Sá da Bandeira.»

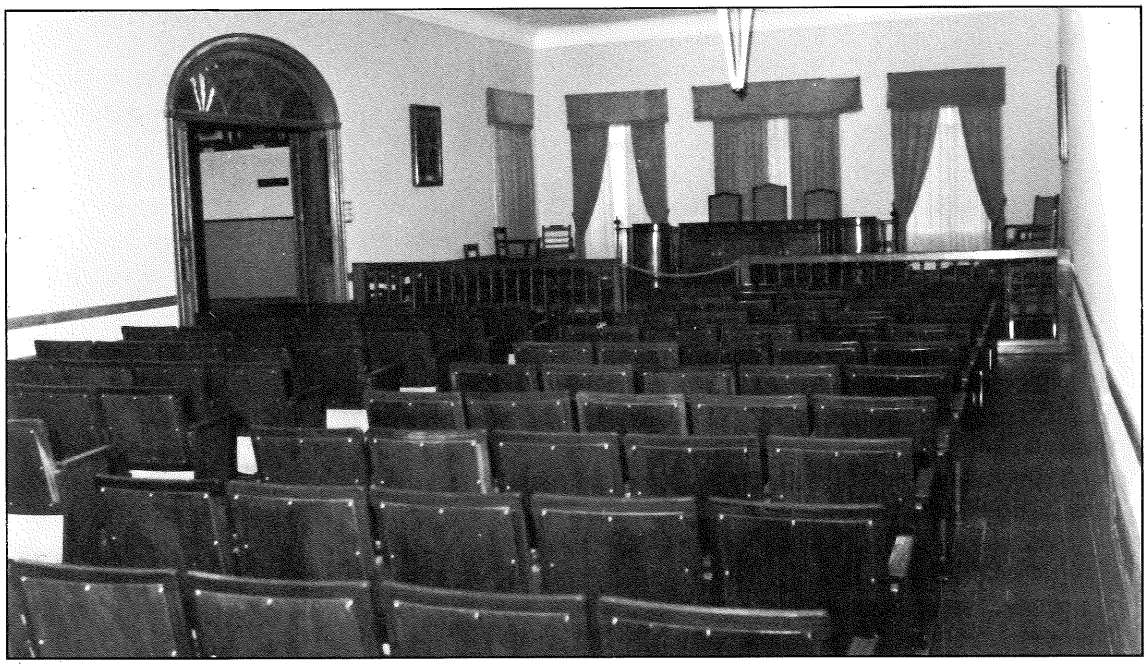
«...Fundada, como se disse, em 1882, foi adaptando sempre os seus regulamentos e estatutos de acordo com as épocas e com o seu próprio crescimento e, por isso, a sua vida conheceu, para orientá-la, nada mais nada menos que cinco alvarás: o de 24 de Fevereiro de 1886, o de 9 de Março de 1895, o de 14 de Junho de

1902, o de 20 de Dezembro de 1906 e o de 27 de Novembro de 1961, segundo o qual ainda se rege. Por este último, a Associação mudou pela segunda vez de nome, passando a chamar-se **ASSOCIAÇÃO VILANOVENSE DE SOCORRO MÚTUO**, seu nome actual.

A instituição teve sempre vida de franco progresso, vendo aumentar sem cessar o número dos seus associados e, consequentemente, as receitas arrecadadas e os benefícios concedidos.

Tendo em 1906, já na sua fase verdadeiramente organizada, 3759 associados, vinte e cinco anos depois, isto é: em 1931, contava com 14.830 sócios. Essa progressão continuou nos vinte e cinco anos seguintes e, em 1956, existiam 45.359 associados. Presentemente, segundo o relatório do último exercício, em 31 de Dezembro de 1981 havia 53.791 filiados na mutualidade.

Considerando que a população actual de Vila Nova de Gaia rondará os 224.000 habitantes e que a instituição presta serviços e paga subsídios para funeral não só pelos associados como pelos familiares directos com eles conviventes (filhos até aos 16 anos, filhas enquanto solteiras e, ainda, pais, se a seu encargo) pode dizer-se que, em princípio, estarão cobertas por este, embora modesto, serviço social, cerca de 160.000 pessoas, ou seja: à roda de 71% da população da vila.



Um aspecto do Salão Nobre da Associação

Claro que esta percentagem poderá pecar por ligeiro defeito, dado que a Associação também conta com alguns associados que residem na cidade do Porto.

O certo é, porém, que toda essa gente (associados e familiares) pode beneficiar de cuidados médicos que a instituição proporciona por intermédio da Liga das Associações, e de um subsídio de funeral que varia entre 500$00 para os pais dos sócios e 6.000$00 para estes.

Para além disso, possue a Associação dois carros funerários para transporte de féretros, que podem ser utilizados sem qualquer encargo para o associado.

Atente-se que todos estes benefícios são prestados contra o modesto paga-

mento de ESC. 20$00 por mês (0,133% sobre um salário médio mensal de 15.000$00) e bem poderá avaliar-se quanta é a dedicação dos homens que dirigem — a título gratuíto — a mutualidade e, porque não, a dos que a servem como funcionários, cobrando modestos ordenados.»

«...A **Associação Vilanovense de Socorro Mútuo** — honra grande de Vila Nova de Gaia — é, na verdade, um autêntico baluarte do mutualismo.

Ganhou, ao longo dos CEM ANOS que agora completa, uma expressão de grandeza que fala por si mesma e que está, afinal, de acordo com os bons princípios associativos que sempre encontraram terreno fecundo na boa gente de Gaia, como o provam as suas várias organizações desportivas, recreativas e culturais.

Muitos foram, na verdade, os homens bons da velha vila gaiense que se apaixonaram pelo movimento mutualista. De tal modo que, hoje, Vila Nova de Gaia ocupa lugar de primazia no que à solidariedade privada diz respeito, possuindo 14 (catorze) associações de socorros mútuos dispersas pelas freguesias de Avintes, Arcozelo, Grijó, Lever, Mafamude, Oliveira do Douro, Pedroso, Sandim, Santa Marinha, Serzedo, Valadares e Vilar de Andorinho.

Cabe, deste modo, ao concelho de Vila Nova de Gaia ocupar o terceiro lugar no movimento mutualista nacional, logo a seguir a Lisboa, com 26 mutualidades e ao Porto, com 25».

«...A **ASSOCIAÇÃO VILANOVENSE**, que agora atinge o CENTENÁRIO, é a mais antiga e a mais importante do concelho, e só duas outras mutualidades nacionais a superam quanto aos seus 53.791 sócios: a Previdência Familiar, do Porto (64.020 sócios) e a Beneficência Familiar, também do Porto (57.055 filiados).

Só isto já diria bem da sua valia. Mas, para se ir um pouco mais além, aqui se deixam alguns números relativos a 31 de Dezembro de 1981:

CAPITAL EXISTENTE: 5.452 contos
RECEITA DE 1981: 8.250 contos
BENEFÍCIOS EM 1981: 4.865 contos
ENCARGOS COM EMPREGADOS: 2.004 contos
ENCARGOS COM COBRADORES: 1.328 contos
NÚMERO DE EMPREGADOS, COBRADORES E CHAUFFEURS: 22

Para melhor se conhecer a instituição, acrescente-se que, juntamente com a Associação Oliveirense e o Montepio Costa Goodolfim, é proprietária da Liga das Associações (Farmácia e Serviços Médicos), com um capital de 123 contos, e da Caixa Económica de Gaia (organização parabancária), onde tem um capital de 313 contos.

Finalmente, refira-se que desde 1906 até 1981 (inclusivé) os benefícios pagos pela Associação aos seus associados se elevam a ESC. 45.110.000$00».

«...Para completar esta breve resenha sobre a Associação Vilanovense de Socorro Mútuo, supômos serem de referir alguns dos seus servidores.

Os Pinto de Azevedo, os Jacobs, os Santos Oliveira, os Lopes e os Rochas, entre outros, foram figuras tradicionais da instituição. Serviram-na, muitos anos, como dirigentes e, alguns, como funcionários, podendo afirmar-se que, muitos deles, tiveram boa quota-parte para o progresso e o prestígio de que a instituição goza.

Aqui se deixam, de seguida, alguns dos nomes que à mutualidade dedicaram muito da sua vida.

Em tempos mais recuados (1880/1920): Alfredo dos Santos Oliveira, cerâmico, José Dias Jacob, cigarreiro, João Pinto de Azevedo, negociante, Manuel Triães, industrial, Augusto Francisco da Rocha, industrial, Manuel Fernandes Bessa, industrial, Augusto Moreira Araújo, negociante, Joaquim Francisco Pedrosa, cigarreiro e Francisco Pereira, cerâmico.

Depois (1920/1940) nova geração serviu a causa da fraternidade a que a instituição se propunha, acompanhando alguns dos velhos mutualistas. Nesse número, entre outros, estão: Camilo Bento Monteiro, Manuel Pinto Canedo, Manuel Pereira de Pina Cabral, Rogério Pereira Lopes, José Pereira da Silva, Manuel Martins de Almeida, Manuel Saraiva, Rodrigo Fernandes e Luís Vieira de Sousa.

Na vintena de 1940 a 1960 nova gente surgiu: Engenheiro Victor Pinheiro, João Melo, Crispim Pinto, Daniel Pereira Araújo, Manuel Freire Leitão, Rogério Lopes (filho), Manuel Teixeira Valença, Orlando Soares, Ilídio Oliveira, Lívio Rocha, Armando Sampaio, José Rocha e Camilo Sousa Santos.

Hoje a ASSOCIAÇÃO VILANOVENSE continua a dispôr de homens de bem para servi-la.

Homens que não poderão livrar-se das ânsias e das carências dos tempos em que vivemos, bem diferentes, infelizmente, desses tempos idos em que os nossos avós souberam firmar uma obra duradoura.

Todavia, dentro das limitações naturais, é essa gente nova que, para honrar os seus avoengos, ainda lhes conserva e mantém a obra construída, procurando aumentá-la para bem do próximo.

Os seus nomes — alguns bem o mereceriam ser agora — serão apontados mais tarde, pelos vindouros, ao fazerem uma história que, para ser justa, só na distância do tempo poderá encontrar expressão autêntica.»

«...Aqui fica, pois, a traços largos — demasiado largos, diga-se — o que tem sido a vida da ASSOCIAÇÃO VILANOVENSE DE SOCORRO MÚTUO, obra meritória do povo gaiense, por onde passaram quase cinco gerações entre a fundação e a conclusão do centenário.

Trata-se de uma mutualidade que atesta, de facto e de direito, a valia da fraternidade humana e da solidariedade social, e que, por isso, cremos, bem mereceria ser distinguida, de modo indelével, pela própria Municipalidade».

DOUTRINA

O MUTUALISMO E A SUA FUNÇÃO SOCIAL

Abordar a temática do mutualismo é, para mim, experiência bem aliciante, já que se trata dum sector tão marcadamente virado para a prestação de serviços sociais que a ninguém deixará dúvidas quanto à sua destacada acção em favor das populações mais desprotegidas.

Não é, porém, tarefa fácil abordar a relevante questão mutualista, dada a profundidade dos fins que se propõe e das metas que pretende atingir; tendo em conta a precaridade dos indispensáveis elementos de que disponho e a falta de traquejo na matéria, para tratar, mesmo que aligeiradamente, a problemática mutualista, não seria eu, com certeza, a pessoa indicada para o fazer.

Sobreponho, porém, a estas falhas, que não são poucas, a vontade que, sempre, me anima quando, como é o caso, se trata de dar um contributo, se bem que modesto, a favor das classes economicamente mais débeis e, logo, carecidas de condições mínimas de sobrevivência, para as quais, ninguém duvidará, o sistema mutualista está eminentemente vocacionado; parafraseando uma feliz expressão, dir-se-à que, em termos muito simples mas, também muito concretos, trata-se duma actividade fomentada por pobres e destinada a pobres.

Pese embora as dificuldades que já enunciei, e que me inibem de dar, porventura, ao tema a profundidade desejada, fá-lo-ei, contudo com as poucas possibilidades que me restam.

A acção mutualista, como é sabido, desenvolve-se desde há muitas e muitas décadas e, como se sabe também, antecedeu em largas dezenas de anos o aparecimento do regime de previdência, que pretendia trazer às populações a prestação de uns quantos bens e serviços sociais, os quais, pela sua limitação, desde logo foram objecto de acérrimas mas justas críticas por parte da generalidade dos seus utentes, sendo hoje, mais do que nunca, largamente contestado, sabido como é que se trata duma organização pesadamente burocrática e que está longe de servir, como lhe competia, as carências populacionais no campo assistencial, porque desfazada dos objectivos que originaram o seu aparecimento.

Afastar-me-ia dos meus propósitos se tentasse fazer, aqui, uma análise comparativa, que não pode existir, entre os serviços do regime geral de previdência e os que estão confinados às associações mutualistas, pois que, atentas as reais possibilidades económicas e de organização dum e doutro, logo se concluirá que os primeiros têm ao seu dispor verbas incomensuravelmente mais avultadas e mecanismos adequados que lhes proporcionam a prestação de serviços mais diversificados, embora, como já se acentuou, a sua eficácia esteja bem distante do mínimo desejável.

Este não é, nem poderia ser, o caso das instituições mutualistas, pois que confinadas à minguada cotização dos seus associados e, por isso, dispondo de recursos financeiros modestíssimos, está-lhes vedada, desde logo a prestação de certos serviços sociais, embora os seus dirigentes sempre se tenham empenhado em ultrapassar sem o conseguir alguns condicionalismos legais que lhes são impostos para dilatar a sua acção e conceder melhores regalias aos seus sócios, quer no que concerne à elaboração dos subsídios, quer na assistência médica e medicamentosa, etc., etc., o que raras vezes tem sido bem entendido e apoiado pelas entidades competentes que parecem ver na causa mutualista um obstáculo concorrencial para a previdência geral, quando, em minha opinião, deveria ser encarado como um seu complementar e, logo, merecedor de total apoio.

Concluir-se-à, portanto, que a actuação das instituições mutualistas, sobretudo tendo em conta a sua precaridade económica, tem sido altamente positiva, embora longe de reflectir os anseios dos seus dirigentes, e pena é que não lhes seja

facultado um mais amplo campo de manobra que permita uma maior dinâmica e consequente implementação de acções ao serviço das populações que tão devotadamente procuram servir.

Por serem por demais conhecidas, não se vão enumerar, aqui, as várias actividades mutualistas nem benefícios que dela resultam, mas penso que valerá a pena destacar, pelo peso que revela, o número de pessoas que beneficiam da prestação dos seus serviços; para tanto, e apenas como um exemplo, aliás o único que conheço mas que ilustra o dinamismo do sector, sirvo-me da nossa Associação, que, tendo aproximadamente 54.000 sócios, estende a sua actividade a cerca de 200.000 pessoas, se considerarmos que cada associado terá um agregado familiar de três ou quatro componentes usufruindo dos direitos que os nossos estatutos lhes consignam. Creio que estes números, que não se pretendem rigorosamente exactos, darão uma panorâmica de quão benéfica é a acção mutualista no campo social.

Átrio e escadaria de acesso ao Salão Nobre

Evidenciada, ainda que de forma muito aligeirada e, logo, carecida dum maior aprofundamento, a actividade mutualista, aparece-nos como ponto fundamental a considerar que, a despeito da larga implantação do mutualismo, designadamente nas classes mais populares, e dos benefícios que estas recolhem da sua actividade, há que procurar fazer mais e melhor para que a acção mutualista não fique estática mas, antes, se desenvolva por forma a interessar, cada vez mais as largas camadas populacionais para as quais, está fundamentalmente vocacionada, que, por desconhecimento da importante realidade que representa o sector e dos benefícios que ele proporciona, ainda não se decidiram pela sua participação.

Os dirigentes das associações mutualistas querem por certo, tornar mais viva, mais dinâmica e mais actuante a sua acção, já que, pese embora toda a sua boa vontade no sentido de dotarem as instituições que servem dos mecanismos que lhes permitam avançar com novos e mais destacados benefícios para os seus associados, sentem, quase sempre, que isso não lhes é possível por condicionalismos arcaicos e retrógados que os amarram e os impedem de actuar de acordo com as prementes e sentidas necessidades dos inúmeros núcleos mutualistas espalhados ao longo do país.

Como primeira e mais importante medida para se conseguir tal objectivo e, porventura, atingir, pelo menos em alguma medida, a meta que se deseja, julgo que seria de toda a importância e utilidade a realização dum Grande Congresso Mutualista, onde, aí sim, se debateriam ideias e se apontariam pistas para o encontro de soluções concretas conducentes à eliminação das várias carências do sector, isto para além, é evidente, da formulação da reivindicação de justas e oportunas medidas a pôr à consideração de quem tem poderes de deliberação; se assim não for, o sector continuará estático e incapaz de se orientar por uma dinâmica mais actual e que lhe possibilite o arranque de novos e mais substanciais benefícios para os que — e são muitos e muitos milhares — utilizam os serviços mutualistas.

Esta é, quanto a mim, a trave-mestra de todo o problema e o primeiro aspecto a encarar e a dinamizar para que se ultrapasse a actual situação e alguma coisa de útil se faça em favor daqueles que carecem de tudo e quase nada têm.

Fica lançada a ideia, têm a palavra os dirigentes mutualistas.

Carlos da Silva Canedo

1.as JORNADAS MUTUALISTAS DE VILA NOVA DE GAIA

27 e 28 de Novembro de 1982

Assistiram às jornadas em epígrafe representantes de várias associações mutualistas portuguesas, alguns dos quais, no final das comunicações apresentadas, intervieram na sua discussão.

A mesa que dirigiu os trabalhos esteve constituída como segue:

Presidente: **Dr. Bagão Félix,** Secretário de Estado da Segurança Social, que era ladeado pelo Dr. OLIVEIRA RAMOS, Presidente da Comissão Instaladora do Centro Regional do Norte da Segurança Social, Dr. CÍCERO VICENTE GALVÃO, Director dos Serviços de Tutela e Apoio às Instituições Privadas de Segurança Social, ANTÓNIO JOSÉ MONTEIRO CARDOSO, representante da Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos, ADELINO TEIXEIRA DE CARVALHO e MANUEL MOREIRA, Deputados pelo Círculo do Porto à Assembleia da República e ALFREDO CANEDO, do Montepio Costa Gooldophim, e pelos senhores GERMANO AUGUSTO NASCIMENTO, Presidente da Assembleia Geral da Associação Vilanovense de Socorro Mútuo, Dr. ARTUR LOPES CARDOSO, da Associação Cultural Amigos de Gaia, ROGÉRIO SOUSA SANTOS, da Associação Oliveirense de Socorros Mútuos, LUÍS ALBERTO CARNEIRO, da Liga das Associações de Socorros Mútuos do Porto e AMÉRICO PENDÃO, da Liga das Associações de Socorros Mútuos de Vila Nova de Gaia.

O Secretariado das Jornadas, que orientou os trabalhos e se encarregou da apresentação das respectivas conclusões, era constituído pelos senhores Dr. CARLOS FIGUEIREDO MOTA, FRANCISCO ANTÓNIO MARQUES DA SILVA e CARLOS DA SILVA CANEDO.

Antes da abertura das jornadas, o senhor DANIEL BAPTISTA, Presidente da Associação Vilanovense de Socorro Mútuo, agradeceu a comparência das várias entidades e convidados e referiu das razões que ditaram a respectiva organização: discutir os problemas do mutualismo e contribuir para a solução dos mesmos.

Até à apresentação das conclusões vários oradores usaram da palavra.

Transcrevem-se de seguida, os trabalhos que foram presentes ao Secretariado (e só um foi proferido de improviso, pelo senhor ANTÓNIO REIS, da Associação de Socorros Mútuos A Vencedora do Porto), assim como as conclusões aprovadas.

DISCURSO PROFERIDO PELO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL, DR. BAGÃO FÉLIX, NA SESSÃO DE ABERTURA DAS 1.as JORNADAS MUTUALISTAS DE VILA NOVA DE GAIA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1982

1. Ao longo de quase três anos no desempenho das funções de secretário de Estado da Segurança Social tenho tido a oportunidade de participar muitas vezes em cerimónias realizadas em instituições particulares de solidariedade social.

É, no entanto, a 1.ª vez que participo numa sessão promovida por uma Associação de Socorros Mútuos, pelo que me permito começar por salientar o importante significado que para mim reveste.

Não é por simples cortesia formal que saliento a importância destas 1.as Jornadas Mutualistas promovidas, em boa-hora, pela Associação Vilanovense de Socorro Mútuo.

Trata-se de uma iniciativa de indiscutível alcance que bem pode significar um momento decisivo no relançamento das Mutualidades.

2. Foi animado pelo desejo de contribuir para esse fortalecimento **que o Governo aprovou o Decreto-Lei n.º 347/81 e o Decreto-Regulamentar n.º 58/81, relativo às bases por que se regerão as Associações de Socorros Mútuos.**

Está o Governo consciente, no entanto, de que não basta a publicação na folha oficial de um diploma para que tudo se modifique. Dir-se-á que é uma condição necessária mas não suficiente.

Necessária pela manifesta existência de um conjunto de diplomas e normas dispersas, reflectindo diferentes momentos políticos e históricos e tendo por alicerce legislação com 50 anos de existência.

Se o movimento mutualista tem no nosso País tradições profundas, remontando aos princípios do século XIX, esta quarta dimensão de vida do Homem que é o Tempo, se importante foi para consolidar as Mutualidades, deve também ser um factor de exigência e de enriquecimento.

As mutualidades não nasceram por iniciativa legal, mas por coesão entre os Homens. As mutualidades sempre têm sido uma expressão organizada da luta contra os riscos sociais e não o mero reflexo da actuação de qualquer estado, seja ele mais ou menos interventor.

É esta a sua grande força. Esta é a razão porque, apesar de múltiplas contrariedades, têm persistido e afirmado a sua individualidade.

3. **Teve o Governo a preocupação de, através dos novos diplomas, não interferir directa ou indirectamente na vida das Associações para além das funções que ao Estado competem no domínio da fiscalização institucional e da protecção dos interesses dos sócios e beneficiários.**

Pelo contrário, procurou-se contribuir para a dignificação das mutualidades, favorecendo-se a sua existência para assegurar respostas sociais que, de outro modo, não seriam tão amplas e diversificadas, nem adaptadas aos condicionalismos concretos de cada comunidade sócio-profissional ou local.

4. **Como o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 347/81 refere, as Associações de Socorros Mútuos são associações de fins não lucrativos que, por meio das quotizações dos seus sócios, prosseguem, no interesse destes ou das suas famílias, fins de previdência e auxílio recíproco.**

Estamos claramente perante um pilar fundamental da expressão da iniciativa particular, centrada no princípio geral da liberdade: liberdade de criação, liberdade na definição de objectivos, liberdade de adesão.

E estamos também perante a consagração da necessidade de preservar nos níveis básicos de organização social — aquilo a que poderemos chamar sociedades particulares por

contraposição à grande sociedade civil — os princípios da responsabilidade e eficácia na procura do bem comum e na luta contra os riscos sociais.

É nas organizações primárias que o aproveitamento dos recursos para satisfação de necessidades melhor se promove.

Creio convictamente que cada vez é mais o Estado que se tem de organizar à medida das necessidades dos diferentes patamares da sociedade e não esta que se deve mover ao sabor dos caprichos e conveniências da organização burocrática do Estado.

Não deixa de ser curioso, por exemplo, verificar-se que a actuação das Associações de Socorros Mútuos ultrapassa normalmente as barreiras orgânicas por onde se movem os esquemas oficiais da protecção social.

Normalmente, nas Associações de Socorros Mútuos não são os factores organizativos que comandam os objectivos a prosseguir, mas estes que condicionam a sua organização interna e as regras do seu funcionamento.

A mesa de Honra das I Jornadas Mutualistas, de Vila Nova de Gaia, vendo-se na presidência o senhor Dr. Bagão Félix, Secretário de Estado da Segurança Social

Todos sentimos as dificuldades que resultam de haver departamentos do Estado muitas vezes virados de costas uns para os outros ou pelo menos desfazados nos seus objectivos, no aproveitamento dos seus recursos, criando complicações na vida dos cidadãos. Todos sentimos, por exemplo, a necessidade de maior interligação entre a organização da segurança social e da saúde, em que por vezes as razões de ordem orgânica ou formal prejudicam uma melhor assistência global.

Nas mutualidades, porém, finalidades estatutárias como as de protecção à família, através da pensão de viuvez e subsídios por morte ou funeral, de protecção nas situações de incapacidade temporária para o trabalho, de protecção aos idosos e inválidos, através de pensões de reforma e de assistência médica e medicamentosa e estabelecimentos e equi-

pamentos sociais interligam-se harmoniosamente como corolário lógico da luta solidária contra as dificuldades e carências sociais.

5. Num Mundo crescentemente invadido por modelos de felicidade mais ou menos materialistas ou mecanicistas e por uma febre de consumismo é reconfortante falar destas instituições.

Cada vez mais se consome e menos se poupa. A solidariedade entre as gerações vê-se ameaçada por uma sociedade utilitarista em que apenas se faz apelo aos esquemas de consumo. O espírito de entre ajuda e cooperação tem dificuldade em resistir ao crescente individualismo de interesses. O anonimato nas relações entre os homens tende a dificultar as relações de vizinhança indispensáveis à construção da solidariedade. A humanização da vida confronta-se com a moeda como único valor de troca e a mercadoria como único sentido do consumo.

Por tudo isto, importa reencontrar, como sentido e suporte da vida, os valores da solidariedade, da justiça social e em que o Estado surja como componente instrumental e a pessoa humana como eixo das preocupações e motivações.

Daí a grande importância do Mutualismo como expressão fidedigna desta tripla exigência: solidariedade, justiça e entre ajuda. Daí a força do Mutualismo como baluarte no choque do futuro, bem para além dos modelos políticos.

É sem dúvida um esforço e um desafio decisivos. Sou dos que acredito firmemente que os fenómenos associativos estruturais resistem sempre às dificuldades conjunturais de cada momento. Estou mesmo convicto de que é em momentos de crise que se lançam as sementes dos novos impulsos do futuro.

6. Se na origem das mutualidades esteve a ausência ou insuficiência de esquemas previdenciais obrigatórios adequados às eventualidades, poder-se-ia ser levado a crer de ânimo leve que com o desenvolvimento dos regimes contributivos de segurança social, que gradualmente têm vindo a abranger a generalidade dos portugueses, aqueles que já não teriam espaço de actuação e que a breve trecho iriam desaparecer.

O tempo se encarregaria porém de negar, apesar das dificuldades e vicissitudes.

E, apesar de o número de mutualidades ter decrescido bastante por esse facto e de mais recentemente (entre 1974 e 1980) ter passado de 132 para 117 o total existente, o número de sócios, pelo contrário, subiu de 565 000 para 608 000 o que significa que em cada 15 portugueses 1 é sócio de uma Associação de Socorros Mútuos.

Mais de 20 000 pessoas abrangidas por prestações pecuniárias, 300 000 consultas e tratamentos médicos, mais de 200 000 contos de quotizações, cerca de 500 000 contos de despesas e um património livre ou afecto a fundos de reserva superior a 2 milhões de contos são também a prova da vitalidade das Associações de Socorros Mútuos.

7. Gostaria, neste contexto, de fazer uma breve referência aos chamados **esquemas complementares de segurança social** e à sempre discutida opção entre os esquemas de protecção baseados na repartição ou na capitalização, porque de um modo ou outro estão intimamente associados à própria natureza das mutualidades.

Não sendo este o momento oportuno para entrar em pormenores de ordem técnica, apenas direi que o regime financeiro de repartição foi consequência de profundas alterações económicas e demográficas, não invalidando totalmente porém, e ao contrário do que muita gente supõe, os sistemas de capitalização.

Estudos recentes terão mostrado que o problema não se coloca, apenas, numa escolha entre estes dois sistemas. O que é necessário, em termos sociais globais, é estabelecer, para os diversos grupos de beneficiários, que parte dos benefícios, designadamente pensões, deve ser financiada por cada um dos sistemas.

O problema não é, pois, opôr a repartição e a capitalização em oratórias estéreis e ideo-

logizadas. É por isso que, quer no plano estrito da segurança social, quer no plano global do País, a interligação entre os sistemas oficiais de Segurança Social e os esquemas complementares se torna fundamental.

A capitalização colectiva possibilitada pela mutualização dos riscos satisfaz com igual eficácia o objectivo de justiça social e o imperativo do crescimento económico, desenvolvendo a poupança e o investimento. As vantagens decisivas de uma gestão colectiva da poupança devem conduzir a um desenvolvimento de instituições de capitalização sem fim lucrativo para os quais os poderes públicos deverão definir um Estatuto renovado.

Esta é outra das funções primordiais das Associações de Socorros Mútuos que em tempos de excesso de consumo e de aplicação especulativa e individualizada de poupanças importa justamente realçar.

8. **Mas será necessário refletir um pouco mais sobre a questão genérica dos esquemas complementares que neste País têm proliferado de uma maneira anárquica e corporativizante.**

Todos sabemos como, quer no âmbito da contratação colectiva (apesar de expressamente proíbido na lei), quer ao nível da regulamentação interna de empresas se desenvolvem sistemas complementares das prestações garantidas pelo regime geral da Segurança Social. No entanto, quase sempre financiados à custa dos resultados das empresas, que é como quem diz à custa dos outros, designadamente dos consumidores ou mesmo até do contribuinte, como é o caso de sistemas implantados em empresas públicas deficitárias. E muito poucas vezes incluindo nas suas fontes de financiamento as quotizações a cargo dos interessados na concessão das respectivas prestações. Trata-se, em nosso entender, de diferir os encargos desses esquemas complementares para os anos posteriores, quando não para a geração futura não se assegurando a cobertura financeira e solvabilidade futura.

9. Que não se entendam as minhas palavras como desestímulo à complementariedade da protecção social garantida pelo Estado. Pelo contrário, sou claramente adepto desses esquemas, até pela consciência de que o sistema obrigatório não pode, nem deve, cobrir todos os riscos e satisfazer todas as necessidades. **Uma sociedade que encarregue o Estado de resolver todos os problemas está inevitavelmente condenada à falência.** Entendemos que a nossa sociedade se deve fundamentar na responsabilidade do indivíduo. A segurança não é o «segurismo», mas a realização para todos de um nível de garantias mínimas, tão elevadas quanto possível, acima das quais se exercem as iniciativas e as responsabilidades individuais. Como há tempos vi escrito, é necessário incentivar a formação de «núcleos de solidariedade directa», espécie de cooperativas de vizinhança de serviços colectivos auto-organizados por cidadãos livremente associados.

Por tudo isto no projecto de Lei de Bases de Segurança Social, já aprovado este mês pelo Governo e que aguarda autorização legislativa do Parlamento, se refere nas suas Bases 53 e 54 que podem ser instituídos por iniciativa dos interessados esquemas complementares das prestações garantidas pelo regime geral, que, no entanto, estão sujeitos à normas regulamentares emanadas do Ministério dos Assuntos Sociais relativas à sua estrutura de gestão e às condições técnicas e financeiras do seu funcionamento.

É também aqui que surge a importância das Associações de Socorros Mútuos, quer as actualmente existentes como expressão organizada do dever moral de solidariedade e de justiça e emanação criadora da sociedade civil, quer as que se deseja possam vir a surgir como suporte institucional de esquemas complementares coerentes, equilibrados e baseados na responsabilidade colectiva. Daí aquele diploma traduzir essa preocupação ao referir que **«os esquemas complementares podem ser geridos por pessoas colectivas criadas com esse fim, designadamente as associações de socorros mútuos».**

10. Estas Jornadas sugerem-me, finalmente, uma última reflexão. Tem sido preocupação da Secretaria de Estado da Segurança Social a descentralização de acções e um diálogo mais vivo, actuante e mobilizador entre os Centros Regionais de Segurança Social e as instituições particulares, designadamente no domínio da acção social e dos equipamentos colectivos.

Creio firmemente que esse diálogo tem sido muito positivo no conhecimento e cobertura das carências nas comunidades locais. E se claramente se compreende que tenha sido naquele domínio que o relacionamento mais se alicerça nesta fase de instalação dos serviços, creio que é chegado o tempo de se estimular **uma maior articulação entre os centros regionais e as Associações de Socorros Mútuos, sem que daí possa ou deva resultar diminuição de autonomia e capacidade própria das instituições face ao Estado.** O preceito do projecto de Lei de Bases a que atrás aludi e o desejo de reforçar o papel na sociedade das actuais e novas mutualidades são só por si razões bastantes para se iniciar um novo período de relacionamento. É também um desafio aos Centros Regionais que neste caso reforçadamente deverão respeitar a individualidade própria de cada associação e apoiar com os meios ao seu alcance a sua actividade, através de formas de cooperação apropriadas.

11. Vou terminar não sem antes agradecer sensibilizadamente o convite que me foi formulado pela Associação Vilanovense de Socorro Mútuo, que tão brilhantemente vai celebrar este ano o centésimo aniversário da sua fundação. Trata-se de uma das maiores mutualidades do nosso País, quer pelo número de associados, quer pelo volume dos benefícios concedidos.

É uma associação que apesar de todas as contrariedades tem sabido resistir e que hoje se pode orgulhar de ter à sua frente pessoas cuja dedicação e espírito de sacrifício honram as mutualidades portuguesas e que provam que a solidariedade mais do que uma dádiva é uma conquista.

Faço sinceros votos para que a Associação Vilanovense de Socorro Mútuo possa continuar a ser uma exemplar escola de civismo e solidariedade dentro do movimento mutualista que se deseja reforçado, renovado e cativante para as gerações mais jovens.

COMUNICAÇÃO APRESENTADA ÀS 1.as JORNADAS MUTUALISTAS DE VILA NOVA DE GAIA, PELO DR. CÍCERO VICENTE GALVÃO, DIRECTOR DOS SERVIÇOS DE TUTELA E APOIO ÀS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE SEGURANÇA SOCIAL EM 27 DE NOVEMBRO DE 1982

Presente e futuro das Associações de Socorros Mútuos

1. Os corpos gerentes da Associação Vilanovense de Socorro Mútuo tiveram a gentileza de na oportunidade da celebração do primeiro centenário desta prestigiosa instituição, me dirigir um convite para proferir algumas palavras nesta sessão de abertura das Primeiras Jornadas Mutualistas de Vila Nova de Gaia, integradas nas comemorações daquela feliz efeméride.

Ao corresponder a tão honroso convite, cabe-me, pois, o grato privilégio, por certo imerecido, de usar da palavra nesta sessão, e ao fazê-lo, não posso deixar de tecer algumas considerações muito singelas a que não se poderá chamar palestra e muito menos conferência, mas simplesmente considerações ou, quando muito, reflexões sobre mutualismo, mais concretamente sobre associações de socorros mútuos, que se me afiguram oportunas.

O Senhor Presidente da Direcção da Vilanovense quando, em nome de todos os corpos gerentes da associação, me dirigiu tão amável convite, pediu-me que, tão breve quanto possível, o informasse do tema que iria tratar, para o efeito de o citar no programa destas Jornadas.

Confesso que hesitei sobre o tema a escolher e se não fosse o receio de ser interpretado como menos sério, escolheria para título do trabalho, parafraseando o sábio Alexis Carrel, «As associações de socorros mútuos, essas desconhecidas».

Mas não, tal título, poderia ser interpretado, efectivamente, como se de uma simples frase bem humorada se tratasse, com uma ponta de ironia, e o mutualismo, justamente por, na actualidade, estar a ser pouco conhecido, ou melhor, estar a ser esquecido entre nós, não merece esta graça, por ser, na realidade, um assunto muito sério, com o qual não se deve brincar.

Tal título teria, talvez, apenas uma vantagem — chamar a atenção de quem nele reparasse para o facto de, na verdade, todo este grandioso movimento de solidariedade que tem o nome de mutualismo e que se desenvolveu no nosso País, de uma forma legal e institucionalizada vai para duzentos anos, infelizmente na época actual ser pouco conhecido, estar a cair no esquecimento, não ter tido o apoio oficial que merece e a sua obra só ser conhecida localmente, vivendo as mutualidades numa exagerada modéstia e simplicidade.

No entanto, o Mutualismo em Portugal tem dado provas de grande vitalidade, pois poderia pensar-se que com a implementação do seguro social obrigatório no nosso País desapareceria, a breve trecho, ou pelo menos diminuíria sensivelmente este movimento de inter-ajuda, o que de facto não aconteceu.

Escolhi, pois, para título desta despretensiosa comunicação «Presente e futuro das Associações de Socorros Mútuos».

2. Em 1973 realizou-se entre nós um Congresso sobre Previdência Social, no qual o Mutualismo não foi esquecido e teve a honra de constituir o tema de uma secção.

Na oportunidade da discussão do respectivo relatório, um participante na sua intervenção formulou severa crítica.

O trabalho tinha 72 páginas e a parte dedicada à história do movimento mutualista ocupava mais de 40.

Falava-se muito do passado, com prejuízo do presente e do futuro...

O autor ficou surpreendido com o reparo. Ele próprio, ao elaborar o seu relatório, nem reparava que havia dedicado mais de metade do trabalho na descrição da génese e da evolução do movimento de solidariedade social, que culminou no Mutualismo sob a forma actual em quase todos os países da Europa, a partir dos princípios do século XIX, designadamente na Inglaterra, com o incremento dos Friendly Societes durante a chamada Revolu-

ção Industrial, mas que, aliás, eram de existência muito antiga, e ainda na França, Bélgica, Suiça, Holanda, Alemanha e Portugal.

A crítica parecia pertinente e o autor só encontrou uma justificação: É que o movimento mutualista era tão nobre, tinha raízes tão profundas no tempo que, num trabalho daquela natureza, justificava-se que se desse um justo desenvolvimento à sua história, sem prejuízo, como efectivamente se verificava, de que o presente e o futuro tivessem o necessário tratamento. talvez aquele número de páginas representasse a parte proporcional que no conjunto pertencia ao passado.

O arguente aceitou a justificação. Quanto ao presente dava-se uma panorâmica do movimento mutualista em Portugal naquela época. E quanto ao futuro nas conclusões sugeriam-se, entre outras, as seguintes medidas:

— Assegurar e manter uma permanente campanha de divulgação dos princípios mutualistas, com vista à sua mais activa participação nas realizações da segurança social.
— Desenvolver a cooperação através de acordos com os Serviços Médico-Sociais.
— Os esquemas de benefícios a praticar pelas mutualidades, em virtude da evolução social verificada nas últimas décadas, deviam ser devidamente ajustados à prática de modalidades complementares do seguro social obrigatório.
— Proceder à revisão da legislação mutualista, devendo nos respectivos trabalhos ser considerada a representação das mutualidades.

Adiante faremos uma referência à forma como tem vindo a ser dado cumprimento a estes votos solenes.

3. Em Portugal instituiu-se o seguro social obrigatório com a publicação da Lei n.º 1884, de Março de 1935, e a sua regulamentação que se lhe seguiu, feita pelos Decretos n.os 25 935, de 12 de Outubro do mesmo ano e 28 321, de 27 de Dezembro de 1937, os quais progressivamente deram realização prática à protecção da população activa e dos familiares seus dependentes, na doença, na invalidez, na velhice e na morte. Mais tarde instituiu-se o regime do abono de família e prestações complementares.

Poderia então pensar-se que tais medidas, da maior importância social, fariam perder ao mutualismo a sua razão de ser e provocar o êxodo da massa associativa, pelo menor interesse que passavam a ter as associações de socorros mútuos, determinando a sua extinção a curto prazo.

Na realidade, desde os princípios do século XIX e até à implementação do regime de Previdência Social obrigatória em 1935 no nosso País, pode dizer-se que os benefícios que os cidadãos podiam receber, no caso de se verificarem factos contingentes relativos à vida ou saúde dos interessados ou seus familiares sob uma forma de Previdência Social organizada, era através das associações de socorros mútuos, instituições que os próprios interessados livremente fundavam e administravam.

No entanto, a maior parte da população desprotegida era assistida por outra forma de instituições, como as meritórias Santas Casas da Misericórdia, Confrarias de Beneficência e Irmandades, também com fins religiosos, cuja acção altruísta era de índole caritativa.

As primeiras associações de socorros mútuos que foram criadas foram:

— Montepio do Senhor Jesus do Bonfim (1807).
— Montepio dos Ourives de Prata Lisbonense (1822)
— Montepio Jesus Maria José (1822).
— Montepio da Associação Filarmónica (1834) — em actividade.
— Sociedade dos Artistas Lisbonenses (1839).
— Montepio Geral (1840) — em actividade.
— Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio e da Indústria (1854) — em actividade.
— Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio de Lisboa (1872) — em actividade.

No campo da doutrinação do mutualismo distinguiram-se, entre outros sociólogos, Alexandre Herculano, Lobo d'Ávila Lima, Fradesso da Silveira e Costa Goodolfim.

Existem ainda numerosas associações centenárias em plena actividade, entre as quais a prestimosa Associação Vilanovense de Socorro Mútuo, cheia de vitalidade, como provam estas jornadas compreendidas na celebração do seu centenário que estamos a festejar.

Como se viu, apesar do rápido desenvolvimento da Previdência Social obrigatória, as associações de socorros mútuos não sossobraram.

É certo que as associações que tinham como finalidade principal a concessão de assistência médica e medicamentosa, em face do incremento dos Serviços Médico-Sociais, viram reduzido substancialmente o número dos seus sócios, a ponto de algumas terem de ser extintas ou pela liquidação pura e simples ou pela fusão com outras. Noutros casos procedeu-se à reconversão do seu esquema de benefícios.

Entretanto, no campo das modalidades de prestações diferidas, com os subsídios de funeral e subsídios de valor mais elevados em caso de morte, (modalidade praticada pelas chamadas lutuosas), ou capitais a prazo, pensões de sobrevivência, invalidez e velhice, importa referir que o êxodo dos sócios não se verificou, antes, assistiu-se ao desenvolvimento dessas associações, como por exemplo, o Montepio Geral, «O Legado do Operário de Évora», «O Legado do Caixeiro Alentejano», «A Mutualidade Popular de Faro», «A Previdência Portuguesa», de Coimbra e a «Previdente» do Porto e numerosas associações aqui no Norte do País que se dedicam à concessão de auxílio para funeral de sócios e familiares, entre os quais se destaca pela sua longevidade e importância associativa, a Vilanovense de Socorro Mútuo.

Interior de um consultório médico

Dado que estes benefícios são, de natureza, nitidamente complementares dos esquemas de prestações pecuniárias concedidas pelo seguro social obrigatório, chega-se à conclusão que modalidades complementares deste tipo despertam muito interesse entre a população activa, designadamente entre os cidadãos que possuam maior sentido de previdência.

É evidente que um reforço da pensão de sobrevivência ou de um subsídio em caso de morte, nunca serão demasiados para acudir às necessidades resultantes do desaparecimento do suporte da família.

Os trabalhadores portugueses têm mesmo manifestado esse desejo em várias oportunidades e a sobrevivência das associações de socorros mútuos é a prova evidente desse estado de espírito.

4. A Associação de Socorros Mútuos a «Previdência Portuguesa», de Coimbra, em Outubro de 1975 tomou a iniciativa feliz de organizar um plenário nacional de associações de socorros mútuos. Das conclusões desse plenário são de salientar as que se referiam à criação de um Secretariado Nacional das Associações de Socorros Mútuos e à necessidade de se nomear uma comissão para o efeito de estudar a reforma da legislação mutualista cujos diplomas fundamentais datavam de 1931 e 1932.

O Secretariado foi, na prática, imediatamente constituído de facto, mais tarde institucionalizado como Federação e agora em União, dado ser esta a forma que a lei exige para as instituições que prossigam os fins que esta se propõe realizar.

A comissão para o estudo da reforma da legislação mutualista veio a ser constituída em 1976, por despacho do Secretário de Estado da Segurança Social, da qual fizeram parte quatro dirigentes mutualistas e três técnicos do Ministério dos Assuntos Sociais.

A comissão apresentou oportunamente os resultados dos seus trabalhos, os quais vieram a culminar com a publicação do Decreto-Lei n.º 347/80, de 22 de Dezembro e do Decreto Regulamentar n.º 58/81, de 30 do mesmo mês.

Os estudos para a elaboração dos diplomas que promoveram a reforma da legislação sobre as mutualidades assentaram nos três princípios fundamentais seguintes:

1.º — **Princípio da solidariedade,** pelo qual os sócios inscritos voluntariamente asseguram o pagamento de prémios puros calculados acturialmente para as modalidades que subscrevem e uma quota de montante proporcionado ao benefício subscrito que assegure o funcionamento administrativo da instituição e os mesmos sócios se mostram disponíveis a participar na gestão da mesma quando eleitos para os respectivos corpos gerentes.

2.º — **Princípio da cooperação inter-associações,** através do qual as associações de socorros mútuos podem:

a) — Constituir uniões e federações. As primeiras com o objectivo de assegurar-lhes a representação de interesses comuns e contribuir para a expansão e aperfeiçoamento da sua actividade e as segundas com a finalidade de criar e manter, de forma regular e permanente, serviços ou equipamentos de utilização comum e a desenvolver acções de segurança social de responsabilidade também comum, das instituições federadas;

b) — Celebrar acordos entre si para facultar aos associados a inscrição em modalidades não previstas no Estatuto da Associação a que pertençam mas previstas nos estatutos das outras Associações interessadas no acordo;

c) — Celebrar acordos entre si, com outras instituições privadas de solidariedade social ou outros organismos de saúde ou de outra natureza para utilização de serviços ou instalações

3.º — **Princípio da complementariedade,** segundo o qual, em face da universidade do sistema de segurança social prevista na Constituição, as associações de socorros mútuos devem preferentemente praticar esquemas de benefícios complementares dos prosseguidos pela Segurança Social

5. Segundo os dados mais recentes de que dispomos, existem 125 associações de socorros mútuos em actividade, das quais cerca de 20 se encontram em muito precárias circunstâncias de funcionamento.

As modalidades que praticam essas 125 associações são as seguintes:

25 — Assistência médica
72 — Assistência médica e medicamentosa
22 — Invalidez
14 — Velhice
6 — Sobrevivência
21 — Subsídio por morte
102 — Subsídio de funeral

Existem 20 associações com farmácia privativa e 12 com Caixa Económica anexa.

O número de sócios inscritos nas associações de Socorros Mútuos no final de 1980 era de 607 667.

Desde 1975, a evolução da população associativa foi a seguinte:

1975 — 566 791
1976 — 569 829
1977/78 — Os respectivos elementos não se encontram disponíveis no Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social
1979 — 595 355
1980 — 607 667

As receitas globais atingiram os seguintes valores (em contos) no mesmo período:

1975 — 235 809
1976 — 241 496
1977 — 301 951
1978 — não se dispõe de elementos
1979 — 344 448
1980 — 489 213

E as despesas (em contos):

1975 — 195 207
1976 — 200 205
1977 — 217 571
1978 — não se dispõe de elementos
1979 — 272 268
1980 — 345 599

Este movimento de receitas e despesas deu azo à formação dos seguintes saldos positivos, facto digno de assinalar nesta época de déficits crónicos na generalidade das instituições (em contos):

1975 — 40 602
1976 — 41 291
1977 — 84 380
1979 — 74 178
1980 — 143 614

Tais saldos devem representar sensivelmente o necessário aumento dos Fundos Permanentes, ou seja das Reservas Matemáticas com a correspondente representação específica no Activo.

Vejamos agora, qual a origem das receitas em 1980 (em contos):

— Quotizações – 163 674
— Subsídios e outras comparticipações – 8 094

— Rendimentos (ilíquidos) – 173 146
— Outros – 144 299
— Total – 489 213

Por outro lado, as despesas foram assim classificadas em 1980 (em contos):

— Pensões – 25 251
— Subsídios – 55 350
— Prestações não pecuniárias – 13 646
— Administração – 227 685
— Outros – 23 667
— Total – 345 599

Fonte: Anuário Estatístico da Segurança Social, publicado pelo I.G.F.S.S.

Embora globalmente a situação seja francamente positiva, com a formação de um saldo superior a 143 mil contos em 1980, um analista menos conhecedor da realidade mutualista no nosso País, faria facilmente esta crítica:

— As despesas de administração atingem 46,5% das receitas totais;

— As mesmas despesas de administração representam cerca de 66% do total das despesas.

Mas um conhecedor da realidade mutualista sabe que tais factos se explicam devido aos elevados custos de administração, crescentes todos os anos, que não são acompanhados a curto prazo pelo correspondente aumento de quotas, sujeito a formalidades morosas, além do natural retraimento dos corpos gerentes em procederem com frequência ao agravamento do custo das quotas, com o natural receio do afastamento de sócios e de dificultar a admissão de novos.

Quanto à elevada percentagem de despesas de administração em relação às despesas totais a explicação é idêntica, pois aumentam todos os anos os encargos administrativos, principalmente devido à inflacção, e as restantes despesas, designadamente com pensões e subsídios, crescem em muito menor proporção, pois os valores das prestações pecuniárias são fixos e só podem ser aumentados através de alterações estatutárias ou regulamentares, cujas formalidades são sempre morosas.

Este estado de coisas virá a modificar-se quando as associações de socorros mútuos actualizarem os valores das prestações pecuniárias e adoptarem modalidades com maior caracterização de complementariedade do regime geral da segurança social, pois praticamente com o mesmo encargo administrativo passa a conceder-se uma importância, maior de prestações.

Efectivamente, enquanto os encargos com prestações pecuniárias subiram, de 1979 para 1980, 13,26%, as despesas administrativas aumentaram 41,82% no mesmo período.

No que respeita à situação patrimonial, os valores das associações de socorros mútuos tinham, a seguinte representação em 31 de Dezembro de 1980 (em contos):

Títulos de Crédito – 388 426
Numerário e depósitos – 307 831
Imóveis – 699 885
Outros – 527 183
Total – 1 923 325

Nota-se que o valor atribuído a Imóveis está manifestamente sub-avaliado, pois as importâncias desta rubrica nos Balanços das associações são as do valor da aquisição ou nalguns casos praticamente «por memória» por se encontrarem amortizados.

Estes valores garantem os seguintes Fundos (em contos):

Fundos Permanentes
(equivalentes a Reservas Matemáticas) – 1 153 158
Fundo de Reserva – 456 126

Outros Fundos – 269 994
Total – 1 879 278
Fonte: Anuário Estatístico da Segurança Social, publicado pelo I.G.F.S.S.

Nota-se a cobertura completa das responsabilidades técnicas e de outras Reservas pelos valores patrimoniais, havendo ainda um saldo de mais de 44.000 contos que porventura garantirão o passivo exigível.

As estatísticas oficiais não nos oferecem elementos mais pormenorizados ou mais diversificados e completos que permitam uma análise mais perfeita da gestão global das associações de socorros mútuos portuguesas. Importa reformar os dados constantes dos verbetes estatísticos, de maneira a poder obter-se a sua perfeita imagem no presente.

No entanto, seja como fôr, a gestão das associações de socorros mútuos é da exclusiva responsabilidade dos seus corpos gerentes dentro de um regime de autosuficiência com base na autonomia administrativa e financeira que possuem. Têm ainda as associações de socorros mútuos o grande mérito de nunca terem pedido nada ao Estado.

6. A publicação, em Dezembro de 1981, do Decreto-Lei n.º 347/82, e do Decreto-regulamentar n.º 58/82, veio dar satisfação aos anseios das associações de socorros mútuos expressos em várias oportunidades, designadamente, como se referiu atrás, por ocasião do Congresso de Previdência Social de 1973 e no Plenário das Associações de Socorros Mútuos efectuado em Coimbra em 1975.

Assim, por aqueles diplomas e através de uma União, assegura-se a possibilidade de expansão e divulgação dos princípios mutualistas de uma forma generalizada, e definem-se as condições em que as associações de socorros mútuos podem estabelecer formas de cooperação com instituições e serviços oficiais de segurança social ou de saúde e se incentivam as associações, na sua acção de previdência à prática de modalidades complementares do regime geral de benefícios da Segurança Social.

Aqueles diplomas regulamentam ainda as seguintes matérias:

— Actualização das normas sobre a formação, funcionamento e duração dos mandatos dos corpos gerentes;

— Aplicação dos valores de forma idêntica à que é autorizada para o caucionamento das reservas matemáticas das companhias de seguros, tendo sido já esclarecido, por despacho do Senhor Secretário de Estado da Segurança Social, que nada obsta que as associações de socorros mútuos concedam aos seus sócios empréstimos para habitação própria, com garantia hipotecária;

— Criação de um novo órgão dos corpos gerentes, o Conselho Fiscal, no caso das associações de socorros mútuos com caixas económicas anexas, órgão com competência para se pronunciar ou para deliberar sobre matérias que, nos termos dos estatutos ou por exercício de competência delegada pela Assembleia Geral, a direcção tenha de submeter ao seu parecer ou aprovação;

— Celebração de acordos entre associações de socorros mútuos, que tenham em vista, designadamente:

a) — Facultar aos sócios de uma associação a inscrição em modalidades não prosseguidas pela associação a que pertencem, mas previstas nos estatutos de outra ou outras intervenientes no acordo;

b) — Proporcionar a utilização em comum de instalações ou serviços;

— Integração em associações de socorros mútuos de qualquer entidade, fundo ou instituição que prossiga fins de solidariedade social em regime contributivo, desde que tal integração tenha merecido o acordo das respectivas associações e seja requerida pela maioria simples dos beneficiários no gozo dos direitos;

O exercício de qualquer cargo nos corpos sociais das associações é gratuito, mas pode justificar o pagamento das despesas que dele derivem. E quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade das associações exijam presença prolongada de um ou mais membros dos corpos sociais, podem estes ser remunerados desde que os estatutos o permitam sendo o respectivo montante fixado pelo órgão estatutário competente, de harmonia com normas gerais estabelecidas pelo Ministério dos Assuntos Sociais.

7. As acções sociais das associações de socorros mútuos tanto podem ser desenvolvidas instituição por instituição, como sob a forma de Federações, como a lei permite, criando e mantendo estes serviços ou equipamentos de utilização comum pelos sócios das associações federadas e desenvolvendo acções de segurança social também comuns.

Podem ainda as associações celebrar acordos entre si, promovendo a interpretação de benefícios.

Estão, pois, criadas as condições para que as associações de socorros mútuos possam actualizar os seus esquemas de benefícios, de harmonia com a sua vocação, quer seja no domínio de assistência médica e medicamentosa, quer seja no domínio das prestações pecuniárias de invalidez, de velhice e sobrevivência.

Actualmente as modalidades mais praticadas pelas associações de socorros mútuos são do seguinte tipo, além do muito vulgarizado subsídio por funeral:

a) — **Subsídio de sobrevivência,** a pagar aos beneficiários por morte do sócio;

b) — **Subsídio a prazo** que será pago ao sócio, findo o prazo convencionado, ou aos beneficiários ou herdeiros se o sócio falecer antes;

c) — **Subsídio duplo** (Subsídio misto de capital duplo), que será pago ao próprio sócio, findo o prazo convencionado e igual montante aos beneficiários ou herdeiros quando o sócio falecer;

d) — **Subsídio dote** — constituído pelo sócio a favor de um beneficiário, que será pago no fim do prazo convencionado. Se o beneficiário falecer dentro do prazo estabelecido, o sócio é reembolsado do total das quotas, mantendo-se a obrigação da Associação de pagar o subsídio se o beneficiário fôr vivo no fim do prazo convencionado.

Citamos estas modalidades a título exemplificativo. Nota-se a falta de modalidades que garantam a partir de certo prazo, ou idade do sócio pensões de velhice, ou então em caso de invalidez.

Particularmente nas prestações pecuniárias, importa criar modalidades que sejam objectivamente complementares das que são concedidas pelo regime geral da Segurança Social.

Em traços largos são estas as perspectivas que se abrem para as associações de socorros mútuos.

8. Esta exposição já vai longa, mas antes de terminar queria fazer aqui mais um breve apontamento.

Vimos que no decorrer do século passado o movimento mutualista se desenvolveu em Portugal, assim como num grande número de países da Europa, por iniciativa das classes trabalhadoras, para se protegerem contra determinados riscos que isoladamente não podiam vencer.

Assim se criaram organizações com muitos milhares de inscritos, cuja adesão era eminentemente voluntária. Tratava-se de gente responsável, com espírito de previdência que desta forma se precavia contra certas contingências da vida. Mas os menos responsáveis e previdentes não aderiam a essas organizações — por indiferença, incúria ou desleixo, e estes eram sempre em número muito maior.

O mutualismo, como organização de previdência livre, não conseguia resolver por si só os problemas das carências sociais das populações. Era assim por todos os países da Europa e Portugal não podia ser excepção.

Com efeito, no nosso País, pela altura da reforma da legislação mutualista de 1931, os sócios inscritos nas associações de socorros mútuos eram em número de 578 976, que nessa época representaria aproximadamente 20% da população activa. O número global de inscritos tem progredido lentamente e atingiu em 1980, 607 667, o que representa agora 15% da população activa.

A impossibilidade do associativismo livre conseguir abranger o total da população activa, chegou a provocar o desânimo entre os seus adeptos.

Na verdade, em países onde o sentido cívico da previdência existia em elevado grau, como, por exemplo, na Bélgica, Holanda, Suiça e Alemanha, os respectivos governos aproveitaram as estruturas mutualistas para através delas, organizarem o seguro social obrigatório, medida que só fazia falta para proteger a parcela residual dos cidadãos menos previdentes.

Como noutra ocasião já referi, parece oportuno citar a declaração do Prof. italiano Luzzatti, no Congresso Internacional dos Seguros Sociais, celebrado em Roma, em 1908. Reconhecia-se já que pelo processo do livre associativismo não era possível garantir à totalidade das populações dos vários países a necessária segurança social.

Um aspecto da Farmácia da Liga das Associações Mutualistas de Vila Nova de Gaia

O prof.Luzatti era um entusiasta do seguro livre e nesse congresso não hesitou em proclamar a sua desilusão de idealista em termos lapidares que vale a pena transcrever:

> «Sou um convertido. Passei uma parte da minha vida defendendo o seguro livre contra o seguro obrigatório. Sugeri e pedi aos patrões que segurassem todos os seus trabalhadores, rogando aos operários que proporcionassem nesse sentido todas as facilidades.
> Foi tudo em vão. Disse então aos patrões e aos operários: A liberdade é uma coisa grande e formosa mas se não vos inscreveis voluntariamente, nós seremos obrigados a inscrever-vos. A obrigação é horrível mas é necessária.
> Fundamos a Caixa do Estado para invalidez e velhice e temos esperado pelos segurados, procurando-os e tratando-os com solicitudes maternais. Sabeis qual o resultado de nove anos de experiência? Devíamos ter 8 milhões de segurados, tivemos apenas 250 000 e já perdemos desses, 50 mil, arrependidos da previdência. Restam-nos 200 000, a maioria funcionários ou inscritos pelas municipalidades.
> O número de voluntários é ínfimo. A previdência livre fez bancarrota no nosso país».

Eram repassadas do pessimismo estas palavras, pois o seguro livre não só não conseguia na Itália abranger a totalidade da população, como também em todos os outros países.

Já no último quartel do século XIX os Estados modernos tinham reconhecido a necessidade de instituir o seguro obrigatório.

Este movimento teve origem na Alemanha, no quadro da legislação promulgada por Bismark em 1883 e fez moda. Os demais países da Europa seguiram-se e chegou a Portugal, em 1919, com uma série de decretos que visavam a protecção dos trabalhadores na doença, nos acidentes de trabalho, na invalidez, na velhice, sobrevivência e no desemprego.

Tais decretos, porém, ficaram inoperantes e nunca chegaram a ter aplicação na prática. Só em 1935 foi promulgada a lei n.º 1 884, em 16 de Março, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 25 935, de 12 de Outubro de 1935 quanto a uma categoria de instituições e pelo Decreto n.º 28 321, de 27 de Dezembro de 1937, quanto a outra, institucionalizando-se assim entre nós, de uma forma eficaz, o seguro social obrigatório.

Verificada a cobertura cada vez mais completa pelo Seguro Social obrigatório da população activa, os esquemas de benefícios das associações de socorros mútuos, encaminham-se para uma actuação de complementariedade. Foi assim que sucedeu nos demais países da Europa e é assim que deverá suceder em Portugal numa acção devidamente articulada.

Para tanto o mutualismo português conta já com legislação adequada, algumas estruturas eficazes, como sejam instituições em pleno funcionamento em quase todos os Distritos do País dedicações admiráveis de abnegados dirigentes e o apoio dos Serviços Técnicos da Secretaria de Estado da Segurança Social, de que é testemunho o interesse manifestado pelos Senhores Secretários de Estado e Director-Geral da Segurança Social pelas questões mutualistas.

Dispondo de todos estes elementos, estamos certos que se poderá construir um futuro melhor do nosso mutualismo, e contribuir assim para a melhoria das condições sociais dos portugueses.

Muito obrigado.

COMUNICAÇÃO APRESENTADA PELO SENHOR LUIZ ALBERTO DE ARAÚJO CARNEIRO, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DAS ASSOCIAÇÕES DE SOCORRO MÚTUO DO PORTO, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1982

«O mutualismo e a segurança social. Como torná-los complementares para benefício da sociedade».

Minhas senhoras; Meus senhores:

Antes de entrar no tema proposto para esta sessão, e que se prende com a complementaridade entre o Mutualismo e a Previdência Social, seja-me permitido apresentar à Associação Vilanovense de Socorro Mútuo as mais cordiais felicitações, em nome da instituição que aqui tenho a honra de representar ou seja a Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto, saudações duplamente justificadas, posto que, por um lado, comemora uma provecta idade e o que não obsta a que se apresente com uma vitalidade digna de admirar e enaltecer. A comprovar esta asserção está o facto do seu movimento populacional registar, ainda hoje, uma escala sempre evolutiva.

Depois, «A Vilanovense» é, igualmente, digna do nosso apreço e felicitações, pela iniciativa tomada de aproveitar esta efeméride para reunir à sua volta outras Instituições congéneres, possibilitando, dessa forma, uma chamada de atenção geral s/ as Mutualidades, bem como para os fins para que foram criadas o que redundará, por certo, numa campanha de propaganda de Ideia Mutualista.

Como corolário desta «pacífica agitação», — passe o pleonasmo —, estas comemorações servirão, ainda, para lembrar às instâncias superiores a existência destas Agremiações, cujo valor é, por vezes, substimado e esquecido, descontando, embora, a existência dos muitos assuntos que assoberbam os governantes.

Nessa conformidade, e concluindo este preâmbulo, queremos, ainda, apresentar à Associação em festa, os votos de plena continuidade de progresso associativo, para bem da população que a constitui, a qual acolhendo-se à sombra da sua protecção, daí recolhe benefícios que, de outra forma, não usufruiria, como seria de direito, e lhe deveria ser concedido pelas entidades responsáveis pelo bem estar social.

Nunca será demais lembrar a quem superiormente governa, que o Mutualismo foi, é e continuará a ser durante muito tempo, ainda, — disso estamos convencidos —, um Movimento complementar dos fins a que se propõe a Previdência Social e que, por isso mesmo, deveria ser encarado com um pouco mais de atenção e carinho que, nem sempre lhe é dispensado.

A colaboração prestada pelas Associações Mutualistas às organizações sociais de carácter social, é assás conhecida de todos os presentes, pelo que será supérfluo estar aqui a pormenorizá-los.

Confirmando aquela cooperação temos a circunstância de que apesar dos aperfeiçoamentos da orgânica que a Previdência Social tem vindo a apresentar através dos tempos, a população sente que necessita do apoio das Mutualidades, facto amplamente comprovado pelo número, sempre crescente dos associados inscritos, bem como pela quantidade também sempre mais elevada, do número de sócios que dos seus Serviços Clínicos se socorrem.

Daqui se infere, como é natural, que tais aumentos não se registariam se os serviços da Assistência Oficial satisfizessem, plenamente, as necessidades dos beneficiários.

Como assim não acontece, daí resulta que a população acorre, cada vez com maior afluência aos serviços das Mutualidades, como força coadjuvante da Assistência Oficial, quer utilizando as consultas médicas que as Associações lhes facultam, tanto nos seus consultórios privativos, como nos serviços centralizados nas Ligas das Associações do Porto e Gaia, isto no que se refere ao Norte.

Nos seus relatórios anuais as respectivas gerências registam, em cada ano, número sempre superior de utentes ao dos exercícios precedentes.

Para além das consultas de carácter geral, das especialidades e de enfermagem, passaram os associados a contar com a possibilidade de poderem ver o receituário validado, para fim dos descontos da Caixa de Previdência, o que lhes veio facilitar, enormemente, a vida em termos de economia de tempo, pelo que, uma vez mais, se testemunha a complementaridade dos bons ofícios das Associações face à Previdência Social.

De resto, e como é sabido, nunca foi possível ao longo dos tempos, os governos de qualquer Estado, prestarem uma completa e satisfatória assistência aos seus povos.

Para obviar a essas insuficiências nasceu, na Idade Média, as chamadas Confrarias bem como outras instituições da mesma índole, cujos fins eram os de prestar a solidariedade que pediam ao Povo, na protecção contra riscos diversos, provendo, tanto quanto possível, embora então de maneira incipiente, às necessidades sociais.

Tais organizações, de carácter voluntário, foram-se radicando, adaptando e aperfeiçoando na prestação de serviços em prol das gentes mais desfavorecidas.

Às Confrarias sucederam-se as Misericórdias, que vieram, por sua vez, melhorar, de algum modo, os benefícios a dispensar aos mais necessitados.

Por sua vez, a ideia que inspirou as Mutualidades foi, inicialmente a do auxílio a grupos profissionais e defesa das classes trabalhadoras, isto motivado, principalmente pelo desenvolvimento industrial, do que resultou o desvio da mão-de-obra do campo para os maiores aglomerados citadinos.

Também as Mutualidades foram, por assim dizer, as pioneiras do nascimento do Seguro Social, pois foi baseado nos benefícios constantes nos respectivos estatutos, que esse Seguro ensaiou os primeiros passos.

Como é conhecido, as Associações de Socorros Mútuos prestam a sua assistência, não apenas aos milhares dos seus sócios como aos componentes dos seus agregados familiares, de onde se conclui, ser assás elevado o número de pessoas abrangidas pelos benefícios associativos.

Referentemente aos primórdios das Mutualidades, verifica-se que aquelas foram um marco importante, como atrás se disse, no início da concessão de direitos à assistência e da defesa de regalias dos desprotegidos interesses das classes trabalhadoras, face à insegurança de então, no que se referia à doença, desemprego, inabilidade por velhice e ainda por motivos de prisão.

Quanto à assistência nesta última modalidade, pode parecer estranho, no momento presente, o que não deve, porém, ser interpretado como amparo ou defesa do crime, já que deve ter-se em conta que nem só os marginais são presos, — quando o são —, pelos seus actos, pois qualquer pacato cidadão poderá ser preso por um motivo fútil ou ocasional.

Recordo que uma Associação do Porto, a «Benéfica dos Empregados no Comércio», ainda há bem pouco tempo mantinha na letra dos seus estatutos, o direito ao subsídio por prisão, aos seus associados.

Mas, voltando à época da fundação das Mutualidades, recordo que eram seus objectivos principais, suprir e remediar dentro das suas capacidades, a ínfima ou, por assim dizer, nula protecção do Estado, aos trabalhadores, situação que se mantém sensivelmente inalterável, até cerca do fim dos anos 80.

Lembremos ter sido a Alemanha a instituir entre os anos de 1883 e 1889, os seguros na doença, acidentes de trabalho e velhice, seguro que abrangia, por obrigatoriedade, os trabalhadores de certas indústrias, medidas que vieram, depois, a reflectir-se noutros países.

Em 1927, com fim de obviar ao surto de desemprego que, então, grassava naquele país, foi introduzido o subsídio para este fim.

Na Inglaterra em 1884 e influenciada por tais medidas de ajuda mútua, apareceram, em grande número esquemas de Associações para o efeito, garantindo a assistência na doença, desemprego e morte.

Nos derradeiros anos do século XIX, foi, então fixado o seguro social obrigatório e entre 1916 e 1920, foram reformuladas as leis de seguro na doença, velhice e morte, dando-se, assim, uma viragem e impulso na protecção social, aparecendo, como consequência, a Previdência Social, também esta, ainda, inspirada e baseada nas regras das Mutualidades.

De igual forma a França, Canadá e outros países passaram a estabelecer leis de segurança social.

Na convenção da Organização Internacional do Trabalho, de 1952, foram estabele-

cidas como normas mínimas de segurança social as seguintes:

Assistência médica, subsídios na doença, no desemprego, prestações na maternidade, nos acidentes de trabalho, na velhice e invalidez bem como pensões de sobrevivência.

Posta «grosso-modo» a questão assistência, em geral, verifica-se que todas as regalias apontadas constavam, já, dos Estatutos das velhas Associações de Socorros Mútuos, benefícios que, como é evidente foram actualizados e aperfeiçoados.

Deve ter-se em conta, porém, que a única e mais importante diferença que caracteriza e diferencia os esquemas preconizados e adoptados pelo Mutualismo e pelos Seguros Sociais, é que quanto ao primeiro, as inscrições e contribuições são voluntárias enquanto que para os segundos, são obrigatórias.

Pois, apesar de voluntária, a assistência prestada pelas Mutualidades aos seus associados representa um precioso complemento do Seguro Social.

Regista-se que a criação do Seguro Social obrigatório no nosso país é de criação relativamente recente pois datam de Maio de 1919, — Decretos 5636, 5637 e 5638 —, a instituição do seguro na doença, acidentes de trabalho, velhice e sobrevivência.

Aconteceu, porém, que tais leis não tiveram a continuidade desejada e entraram num marasmo que, infelizmente, é pecha do nosso país.

Por esse motivo, a ideia do Seguro Social esteve adormecida e entrou, praticamente, no esquecimento.

Como, porém os governos não podem alhear-se, inteira e indefinidamente do bem-estar social das populações, ao retomar o assunto viu-se forçado a reconhecer o valor das Mutualidades na elaboração da legislação de previdência, em geral. Nessa conformidade as Associações de Socorros Mútuos foram classificadas e tem sido mantidas na terceira das categorias das instituições de previdência, considerando portanto, as Mutualidades no âmbito da Previdência Social.

Há cerca de onze anos, mais propriamente em Setembro de 1971, o Dec.-Lei 413, marcou, como ponto de partida, a evolução e reorganização da Assistência Social, estabelecendo acções paralelas com a Previdência Social, a Saúde, a Justiça, a Administração Interna, etc., medidas, diga-se de passagem, inoperantes por todas as inconvenientes duplicações.

O referido Dec.-Lei admite até que dada a progressiva expansão do âmbito e actividade da Previdência e as óbvias inter-relações, é de prever mesmo que a Assistência Social venha, no futuro, a constituir com aquele sector, um conjunto de serviços nitidamente diferido e diferenciado!!

De recordar é, também, que a Constituição, no seu art. 63.º, prevê o enquadramento das instituições privadas de solidariedade social, — título ultimamente atribuido às Associações Mutualistas, como adiante se verá —.

Tudo isto se refere, para insistirmos no facto de que, através dos tempos, sempre os Governos foram forçados a reconhecer e aceitar a realidade que é a colaboração das Mutualidades como precioso complemento da assistência oficial.

Recordemos ainda entre a legislação, desde o remoto Dec. 20944 de Fevereiro de 1932, que regulamentava o funcionamento das Associações de Socorros Mútuos, passando por outros dos quais se destacaram o 19281, o 31434 e mais recentemente o 637/66, todos englobam as Mutualidades no Âmbito da Previdência.

Este último, mesmo dentro da sua transitoriedade, não satisfaz, como incompleto que é, os anseios dos Mutualistas.

Nessa ordem de ideias e para reconhecer as citadas insuficiências foi superiormente nomeada uma Comissão que integrava Delegados das Associações de Socorros Mútuos para estudar e propor a revisão da Legislação Mutualista, Comissão que a seu tempo se desempenhou da sua incumbência, como seria de esperar, apresentando um trabalho que foi aproveitado, em parte, na legislação subsquente:

Só que... só que, dois anos depois continuavamos a aguardar a publicação do seu trabalho, impedindo-se, desse modo, que a já várias vezes citada complementariedade da acção social das Mutualidades pudesse ser exercida como prescrevem os seus Estatutos e como, muito justamente, os seus associados reclamam nas respectivas Assembleias Gerais, em defesa dos seus direitos como únicos e voluntários contribuintes, que são.

Pelo Dec.-Lei 519-G 2/79 de Dezembro passaram as Associações de Socorros Mútuos a ser classificadas como instituições de solidariedade social, tendo o Estado relegado para diploma próprio, a publicar, a regulamentação específica por considerar complexas as respectivas estruturas e funcionamento.

Mais um contributo foi dado pelas Associações de Socorro Mútuo à assistência e à população, quando pela Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto, foi solicitada a concessão de, ao seu Corpo Clínico, ser dada a possibilidade de passar aos sócios das Mutualidades que simultâneamente sejam beneficiários das Caixas de Previdência o receituário destinado a usufruir dos descontos respectivos.

Tal concessão veio beneficiar os Associados em ganhos de tempo, conhecida como é a morosidade e as formalidades de atendimento nos Serviços Médicos-Sociais, como já atrás se referiu.

Torna-se, porém, necessário fazer notar que, por sua vez, aqueles Serviços foram também beneficiados, já que se viram libertados da concorrência de uns milhares de utentes que ali acorreriam, especialmente às primeiras e pequenas consultas.

Esse número é deveras apreciável, se considerarmos que tal facto não é exclusivo da região do Porto, pois que os associados das Mutualidades de todo o país que o requereram, se utilizam de idênticas facilidades, ao abrigo do Despacho do Ministro dos Assuntos Sociais n.º 47/80, de 5 de Agosto.

Há que referir que o Dec-Lei 347/81, de 22 de Dezembro que regulamenta a constituição, organização e funcionamento das Associações de Socorros Mútuos, obriga à reforma dos seus Estatutos, até ao fim do corrente ano, adaptando-os às normas legais, o que siginifica que o Estado de quando em quando, se debruça sobre o caso «Mutualismo».

Finalmente o Decreto-Lei n.º 298/82, de 29 de Julho, precedendo alguns considerandos justificativos, decreta nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — São revogados o n.º 3 do artigo 88.º do Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 519-G 2/79, de 29 de Dezembro, alterado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 467/80, de 14 de Outubro e o n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 347/81, de 22 de Dezembro.

Artigo 2.º — As instituições privadas de solidariedade social deverão proceder à reforma e registo dos seus estatutos no prazo de 180 dias, contados, a partir da data da entrada em vigor do diploma a que se refere a Resolução n.º 96/81, de 18 de Maio.

Posto isto e sem considerar, nem de longe, que o assunto da cooperação prestada pelas Associações Mutualistas à Assistência Oficial, foi aqui tratado de maneira minuciosa, esclareço ter sido como única pretensão, recordar o que, por vezes, anda afastado da mente dos Governantes, e que sendo uma realidade simples e elementar, por tão evidente que é, lhes escapa.

No entanto, o Mutualismo continua a ser uma força defensora do bem estar social da população e, ainda, um indispensável contributo à acção da Previdência Social, pelo que é merecedor de ser olhado com mais atenção por quem de direito.

Assim, Senhoras e Senhores, e concluindo, faço-me eco das justas reivindicações dos consócios das Associações Mutualistas, tomando a liberdade de reclamar:

a) Que superiormente seja, de facto, reconhecida às Associções de Socorros Mútuos a sua importância como apoio complementar à Assistência Oficial:

b) Que, por essa razão, os Governos passem a facilitar, tanto quanto possível, a vida das Mutualidades, elaborando e promulgando legislação adequada e isenta de burocracias;

c) Que, para o efeito, os organismos associativos especialmente os de cúpula, tais como Ligas, Federações e Uniões, sejam ouvidos, para apresentarem as opiniões, desejos e aspirações da sua população associativa.

d) Que, enfim, as reformas da legislação, eliminem as peias que, muitas vezes, tolhem o alargamento e aplicação dos fins que as Associações se propõem facultar aos seus sócios.

Posta esta breve resenha e singela compilação de dados, quero acompanhar os desejos e votos, continuamente, formulados por todos os Mutualistas, no sentido de que as nossas ambições sejam satisfeitas.

Termino, agradecendo a atenção, por todos os presentes dispensada.

Porto, Setembro de 1982.

Luís Alberto de Araújo Carneiro

(Delegado da Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto)

COMUNICAÇÃO APRESENTADA PELO SENHOR GASTÃO HENRIQUES DA SILVA, PRESIDENTE DA DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE LISBOA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1982

«As várias espécies de mutualismo. A dedicação dos homens para valorizar pequenas contribuições em proveito dos beneficiários»

Senhoras e Senhores:

A pedido da nossa congénere, Associação Vilanovense de Socorro Mútuo, temos o grato prazer de estar aqui hoje em representação da Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio e Indústria, nesta hora de convívio entre outras instituições congéneres.

Foi-nos pedido para versarmos o tema «As várias espécies de Mutualismo. A dedicação dos homens para valorizar pequenas contribuições em proveito dos beneficiários».

Tema este bastante difícil, para nós, de desenvolver, dado que não estamos entre os pioneiros do Mutualismo. Outros, com maiores e melhores qualidades estariam mais à vontade para sobre o mesmo se debruçar. No entanto, não queremos deixar de vir dar o nosso contributo nesta hora alta da vida da Associação Vilanovense.

Entretanto, seja-nos permitido abusar um pouco da vossa paciência, para antes de iniciarmos a nossa curta exposição, fazermos um intróito referenciado à nossa congénere.

Senhoras e Senhores

Apesar de todas a vicissitudes, de todos os acidentes de percurso, aumenta o número das associações mutualistas que vão atingindo o centenário.

Agora é a vez da Associação Vilanovense de Socorro Mútuo, de Vila Nova de Gaia que celebra os seus 100 anos de existência.

Prestemos as nossas homenagens àqueles que em sucessivas gerações materializaram o seu idealismo, nesta e em muitas obras do bem comum, que ultrapassaram no tempo e continuam válidas, a desafiar a militância dos seus sucessores.

Neste nosso País e nesta época tão cheia de egoísmo e tão instável, fazer um século qualquer instituição de Socorro Mútuo, é caso raro e tão digno de reflexão e apreço que não podemos deixar de notá-lo e de regozijar-nos com aqueles que têm a responsabilidade e, com a responsabilidade, o mérito de representá-las.

Senhoras e Senhores

Desde os tempos mais remotos que o homem procurou prevenir-se contra o dia de amanhã, pensando na melhor maneira de defender o seu futuro e da sua família.

Possuido de um sentimento instintivo de que a melhor defesa é o associativismo, este surgiu expontaneamente em todas as classes sociais, sempre que o ambiente favorecia a sua aparição.

O mutualismo é uma fórmula associativa com centenas de anos, resistindo a todas as transformações político-económico-sociais e até hoje, não se tendo encontrado nada mais perfeito, mais belo e mais benéfico.

Mutualismo é uma palavra que encerra um mundo muito complexo de preocupações para o bem estar dos seus semelhantes.

Em Portugal, o princípio associativo, só em meados do século XIX começou a tomar incremento. Nasceu e desenvolveu-se devido à evolução político-social originada pela chegada do liberalismo, muito embora já existisse uma tradição de previdência, como algumas irmandades e confrarias que terminaram as suas funções com a vinda do regime constitucional em 1834, subsistindo, apenas, as misericórdias, cujos alicerces haviam sido lançados em 1498 pela Rainha D. Leonor, viúva de D. João II.

Apareceram, então, as primeiras instituições mutualistas, estabelecendo um novo sistema de previdência; rudimentar, é certo, no seu funcionamento, mas correspondendo à época histórica do seu aparecimento.

Assim, alguns paladinos convictos e desinteressados, de rija têmpera e o coração cheio de humanismo, começaram a difundir a ideia das Associações de Socorros Mútuos.

Este movimento teve uma nítida compreensão das realidades, um idealismo sincero e bem intencionado, expandindo-se não só pelas grandes cidades mas, também, por pequenas localidades.

Algumas dessas instituições criadas, não conseguiram sobreviver; mas, outras houve, que apesar de todas as contrariedades, obstáculos e dificuldades, constituem hoje padrões de glória de um ideal de solidariedade humana.

Os objectivos eram os mais variados, nomeadamente a assistência na doença e no desemprego, a concessão de subsídios para funeral, pensões de invalidez, velhice e sobre-vivência.

Dentro dos recursos escassos das suas frágeis possibilidades não deixaram de cumprir a missão que se propuseram encetar.

Fruto da expansão dos sentimentos mutualistas em embrião, que possuiam os seus fundadores, hoje, os continuadores e na medida em que as ideias foram evoluindo, alargaram a sua acção em diversos sentidos, tais como a assistência médico-cirúrgica e hospitalar.

Neste momento e segundo elementos que apuramos, existe já um grande número de modalidades concedidas pelas Associações de Socorros Mútuos.

Vejamos:

Assistência médica - 97 Associações
Assistência medicamentosa - 72 Associações
Pensão de invalidez - 22 Associações
Pensão de velhice - 14 Associações
Pensão de sobrevivência - 6 Associações
Subsídio por morte - 21 Associações
Subdídio de funeral - 102 Associações
Subsídio de doença - 50 Associações

Em certas modalidades a acção das Associações de Socorros Mútuos pode revelar uma certa tendência decrescente. Mas, seja qual fôr o prisma porqe se encare os problemas, nunca deixarão de cumprir a sua missão com outras modalidades de bastante interesse, também, para os seus beneficiários.

Pensamos que todas as nossas instituições congéneres podem encontrar condições de desenvolvimento, visto que não é lógico admitir a extinção total delas, seja qual fôr a organização Estatal que se imponha ao País.

Parece-nos que interessa ao Estado fomentar, auxiliar e desenvolver as Associações de Socorros Mútuos, porquanto estão dentro do panorama social do País, contribuem para arrastar as diversas classes num espírito associativo de largo alcance.

É preciso reconhecer o mérito da actividade mutualista e promover o fomento das melhores relações entre a previdência social e o associativismo mutualista, de forma a encontrar-se uma solução que continua a dar vida a estas instituições de solidariedade social.

A situação económica-financeira da grande maioria das Associações de Socorros Mútuos não é boa. Muitas vivem com sérias dificuldades, dispondo apenas das quotizações dos seus associados, pelo que estão longe de poder conceder maiores benefícios.

O movimento mutualista continua, infelizmente, à espera de soluções que lhe permitam alargar a sua acção a áreas carecidas, para o que necessita de um apoio que começa na legislação que lhe é aplicável.

Mudaram os nomes e as estruturas dos órgãos estatais, evoluíram na letra e no espírito do texto constitucional os conceitos sócio-políticos sobre o mutualismo, mas a sua legislação específica mantém-se obsoleta e precária e continuam mal aproveitados a dedicação e o esforço dos homens de boa-vontade que são os mutualistas.

Um aspecto da Secretaria da Associação

Concluimos por fazer um apelo à continuidade de quantos se dedicam e lutam nas associações mutualistas, mantendo-as e ambicionando o alargamento da sua acção.

Na formação do património do País e para a sua plena utilização social são indispensáveis os recursos humanos, incluindo os idealistas que em regime de voluntariado, estão vocacionados para o bem comum.

Gastão Henriques Silva

Presidente da Direcção da
Associção de Socorros Mútuos dos
Empregados no Comércio e Indústria

COMUNICAÇÃO APRESENTADA PELO ECONOMISTA DR. JOSÉ PINTO DE ALMEIDA SOUTINHO, DA ASSOCIAÇÃO VILANOVENSE DE SOCORRO MÚTUO, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1982

«Os Empréstimos Consolidados e as Associações de Socorros Mútuos»

Minhas Senhoras e meus Senhores:

O convite que me foi feito pela Direcção desta centenária Associação para proferir esta palestra, foi para mim motivo de alegria, por duas razões:

1.º — por poder colaborar, embora duma forma modesta, nas comemorações do 1.º centenário desta Associação, com tantos e tão importantes serviços prestados à causa do mutualismo nesta Vila em que nasci;

2.º — por ser há quase 40 anos sócio desta Associação, do que muito me orgulho.

Irei tratar o tema abordando os seguintes aspectos:
As razões do aparecimento da dívida pública no mundo;
a dívida pública portuguesa, sua história e situação actual;
a transformação pelo Estado Novo dos fundos das Associações de Socorros Mútuos em títulos dos chamados empréstimos de renda perpétua ou consolidada.

O progresso económico, que começou na aurora dos tempos modernos, foi acompanhado por um progressivo desenvolvimento da dívida pública. Este seu desenvolvimento deveu-se a duas ordens de factores:

1.º — a criação dos grandes estados modernos;

2.ª — as necessidades financeiras criadas pelas guerras.

Mas foi a 2.ª Guerra Mundial que provocou uma poderosa expansão da dívida pública, e a proliferação dos seus títulos por todas as camadas sociais.

Isto foi possível não só pela existência de um mercado financeiro em que os particulares puderam participar através das suas poupanças, como também pela existência de instituições financeiras encarregadas de gerir os capitais de terceiros, onde se incluem as Associações de Socorros Mútuos.

A utilização da dívida pública como meio de combater a inflacção, tem sido um dos processos utilizados pelos estados modernos incluindo o nosso. O lançamento dum empréstimo público, como os diferentes FIP'S com taxas de juros elevadas e benefícios fiscais, faz com que os particulares se sintam atraídos, desviando parte do seu rendimento que seria destinado ao consumo para aquela forma de poupança.

O incentivo à poupança através do lançamento dum empréstimo público, faz diminuir a pressão de procura, contribuindo assim para a diminuição da tensão inflacionista.

Em Portugal, não se sabe com rigor em que data apareceu a dívida pública.

As tenças são consideradas a forma mais antiga de dívida pública portuguesa.

Revestiam duas formas:

— as tenças graciosas, criadas por favor régio para premiar serviços relevantes (lembramo-nos da tença atribuída por D. Sebastião ao poeta Luiz Vaz de Camões).

— as tenças onerosas, as quais surgiam em consequência de contratos, com deveres e direitos devidamente acautelados de parte a parte.

Por volta de 1796 surgem as apólices com muitas características dos modernos títulos de crédito e, entre elas, uma que lhe facilitava a sua transmissão: a transmissão por endosso.

Mais tarde surgiram as pequenas apólices e os bilhetes de crédito titulando um empréstimo a curto prazo emitido em 1803.

No final do século XIX e princípios do nosso século foram emitidos vários empréstimos, destacando-se entre eles:

— o chamado vulgarmente empréstimo das sopeiras, em que se procurava obter fundos para a construção das estradas.

— e o conhecido pela designação popular de empréstimo das sopeirinhas destinado sobretudo a encargos com obras públicas como os caminhos de ferro.

A origem desta designação popular residia no facto dos títulos emitidos serem de valor nominal relativamente baixo, permitindo efectuar a sua democratização já que à subscrição ocorreram muitos particulares de poucos recursos, como era o caso, e infelizmente ainda no tempo actual, das empregadas domésticas.

Como já dissemos a emissão de títulos da dívida pública destina-se a fazer parte de medidas tendentes a travar um processo inflacionista e também a financiar o investimento público, ou seja, os empreendimentos lançados pelo Estado.

Uma das classificações que nos interessa referir no âmbito do tema desta palestra, é o da sua amortização ou não por parte do Estado. Assim teremos:

— os empréstimos amortizáveis e

— os empréstimos consolidados.

Estes últimos, representados por certificados de renda perpétua, foram aqueles que com a designação de (consolidado dos Centenários), foram impostos a subscrição pelas Associações de Socorros Mútuos por volta de 1940, como meio de mobilizar os fundos que os seus associados entregavam para que aquelas os gerissem, fazendo-os frutificar, de forma a poder atendê-los nas dificuldades que a vida lhes trazia, na doença, na velhice, etc. e até na morte.

Os títulos que representam esta dívida pública, chamam-se certificados de renda perpétua e definiam-se como titulando as rendas devidas pelo Estado às corporações ou instituições sujeitas às leis de desamortização ou de fins não lucrativos ou ainda daquelas instituições cujos rendimentos têm por finalidade obras altruístas, de beneficência, caridade ou instrução.

Nestas últimas instituições estão incluídas as Associações de Socorros Mútuos, que como as demais foram penalizadas com a obrigatoriedade de subscreverem títulos da Dívida Pública:

— que não eram mais amortizados ou reembolsados.

— que venciam um juro ($2^3/_4\%$) que nos tempos actuais é francamente ridículo.

— que tinham toda a característica de empréstimos forçados, só possíveis pela estrutura autocrática ou ditatorial do Governo presidido pelo Dr. Oliveira Salazar.

No anterior regime e neste caso como em muitos outros, o altruísmo, a benemerência, a caridade ou a instrução prosseguida por estas prestimosas associações, eram penalizadas como o foram com este empréstimo forçado.

Não nos esqueçamos que a criação das Associações de Socorros Mútuos, teve a sua origem na doutrina expandida pelos chamados socialistas utópicos (Fourrier, Proudhon, etc.) e estas ideias, nunca foram de agrado do Ditador, que pautava a sua actuação em termos de governação pelas ideias propaladas por Mauras e postas em prática por Mussolini.

A machadada dada nos fundos destas associações, muito contribuíu para que os fins que prosseguiam tivessem de ser reduzidos, criando graves dificuldades de que ainda hoje sofrem os efeitos, apesar de estarmos a festejar o centenário duma das mais importantes. Mas foram os dedicados Directores que por aqui passaram gerindo os seus destinos e a quem presto a minha mais sincera homenagem, apesar de arrostarem com as dificuldades e animosidade do anterior regime que conseguiram manter, teimosamente os belos ideais que presidem à actividade mutualista.

Tenho dito

COMUNICAÇÃO APRESENTADA PELO SENHOR FRANCISCO ANTÓNIO MARQUES DA SILVA, DA ASSOCIAÇÃO VILANOVENSE DE SOCORRO MÚTUO, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1982

«Breve resenha do mutualismo em Portugal»

Digníssima mesa, Senhoras e Senhores

Muito antes daquilo que se poderá designar como a era do mutualismo, foi à piedade e à caridade que se ficou devendo ajuda à miséria e à pobreza.

Isso aconteceu, por exemplo, durante a idade média e nos primórdios da era moderna, em que, almas bondosas, que temiam a Deus e ambicionavam ganhar o Céu, se dedicavam a proteger a infelicidade alheia.

Honesta ou interesseira, essa caridosa tarefa era, todavia, utilíssima.

Dependia, porém, em muito, da disposição dos benfeitores e das informações, nem sempre fiéis, que os mesmos obtinham acerca dos necessitados de benefícios.

Eram os reis — as raínhas, sobretudo —, os nobres e o clero que protegiam a pobreza, concedendo-lhe, especialmente, restos das suas mesas, tornados autêntico festim para uma plebe tantas vezes faminta.

No século XIII, contudo, alguns artífices e mercadores, no desejo de prevenir a doença e evitar possíveis prejuízos, criaram as primeiras associações, para as quais pagavam quotas e contribuiam com parte dos seus lucros.

Assim nasceram as corporações, as bolsas e as confrarias, que não dependiam do Estado mas dos seus comparticipantes, e cujos fins eram proteger estes, suas viúvas e seus orfãos, ao cobrirem os vários riscos que os pudessem ameaçar.

Em Portugal teria sido fundada em 1297, na cidade de Beja, uma organização desse tipo, que foi denominada CONFRARIA DE BENEFICÊNCIA, SOCORRO MÚTUO E PIEDADE.

Esta terá sido, provavelmente, a mais antiga corporação mutualista portuguesa.

Com o decorrer do tempo e o constante crescimento das populações foi aumentando a doença e a pobreza e, tal era o número de mendigos e de enfermos, que passaram a representar um perigo para todos os demais. Para os seus haveres e, até, para a própria saúde e vidas.

Efectivamente, muitíssimos eram os que viviam sem quaisquer condições de higiene, em perigosa promiscuidade, em muitos casos vítimas de doenças terríveis como a cólera e a peste, que, altamente contagiosas, dizimavam as pessoas aos milhares.

Era tal a situação que não se podia já atendê-la somente com a piedade e a caridade das almas bondosas e se tornava indispensável tomar medidas que estivessem mais de acordo com as circunstâncias.

Foi assim que em 1498 a rainha D. Leonor, viúva de D. João II, criou por todo o país as organizações de caridade chamadas MISERICÓRDIAS — ainda hoje existentes — com o fim de ajudar a combater a doença e a miséria.

Em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX, embora incipientemente, surgem em Portugal algumas indústrias como a da seda, do vidro, do papel, da fundição e da loiça. Crescem, naturalmente, os problemas de carácter social.

Muitas são as pessoas a braços com a incerteza do futuro e aumenta o número de viúvas e de orfãos. A doença, em alguns casos trazida dos territórios ultramarinos, mata e incapacita muita gente.

O Estado não pode mais ignorar a situação. Faz, para resolvê-la, aquilo que pode, orientando a sua acção em magníficos rasgos de bondade. Por vezes a sua obra é de uma utilidade indiscutível, como no caso de D. Maria I, em cujo reinado, graças ao Intendente Pina Manique, se cria essa obra magnífica que é a CASA PIA DE LISBOA.

É, porém, na primeira metade do século XIX, que aparece em Portugal uma nova mentalidade advinda das ideias propagandeadas pelos franceses a quando das invasões.

São filosofias novas que agradam aos cidadãos. E surge o movimento associativista como expoente dessa coisa maravilhosa que, um pouco por toda a parte, toma a seu cargo a fraternidade e a assistência mútua.

Fundam-se, então, em Portugal algumas associações de socoros mútuos: MONTEPIO SENHOR JESUS DO BONFIM (1807), MONTEPIO JESUS MARIA JOSÉ (1822), MONTEPIO DA ASSOCIAÇÃO PHILARMÓNICA (1834), SOCIEDADE DOS ARTISTAS LISBONENSES (1839) e o MONTEPIO GERAL (1840). Esta última, graças à sua Caixa Económica, de evolução em evolução, atingiu tal expressão que é hoje, indiscutivelmente, um dos maiores baluartes do mutualismo em Portugal.

O associativismo pela fraternidade não deixou de crescer e, em 1876, já existiam em Lisboa 85 associações, com cerca de 30.000 associados.

O movimento foi alastrando pelo país e o Governo, ante a verdadeira avalanche que se verificava, foi obrigado a reconhecer e a enquadrar na Administração as associações mutualistas. Fê-lo no reinado de D. Luis, pela Portaria de 6 de Julho de 1874, que define este tipo de associações e determina quais as entidades administrativas a que ficam sujeitas.

Várias portarias, decretos e cartas de lei subsequentes regulamentam e esclarecem o mutualismo, que tem os seus primeiros congressos regionais em 1904 no Porto e em 1906 em Lisboa.

Destes congressos nasce a ideia do 1.º CONGRESSO NACIONAL DE MUTUALIDADE, que tem lugar em Lisboa em 1911, com a presença de 304 mutualidades de todo o país, representadas por cerca de 480 delegados, entre os quais cinco senhoras, o que era notável para a época.

A importância deste bem organizado congresso foi enorme. O Governo da República deu-lhe o seu patrocínio, tendo sido presidentes honorários os Doutores Teófilo Braga, Presidente do Governo Provisório, Brito Camacho, Ministro do Fomento e Bernardino Machado, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O que de melhor tinha o mutualismo esteve presente. As teses tratadas foram inúmeras e as conclusões apresentadas tiveram a maior influência para o futuro.

Estava-se em plena euforia do associativismo e a fraternidade humana encontrava campo fecundo nas várias organizações operárias e trabalhadoras.

Por essa altura — 1911 — existiam em Portugal 697 mutualidades, sendo 322 do distrito de Lisboa, 246 do Porto e 129 do resto do país, ilhas adjacentes incluídas.

Homens como COSTA GOODOLPHIM, JOSÉ ERNESTO DIAS DA SILVA, CONSTÂNCIO OLIVEIRA, JORGE REIS BOAVENTURA, JOSUÉ DOS SANTOS, JOÃO PINTO DE AZEVEDO, MANUEL JOSÉ SILVA e ANTÓNIO SANTOS POUSADA eram, a par de outros, abnegados propagandistas e servidores do associativismo.

Foi a época das cooperativas escolares e militares, das chamadas «gotas de leite», das mutualidades que cobriam a assistência na doença, no desemprego, na invalidez, na velhice, na sobrevivência e nos custos de funeral. A época das Ligas de Associações, com as suas farmácias, e das Caixas Económicas.

E os homens que se dedicavam a esta verdadeira cruzada, para discutirem os seus problemas, voltaram a reunir-se em Congresso, novamente em Lisboa, a 4 de Outubro de 1923.

A intriga e a luta política que, então, campeavam no país, não ajudam o mutualismo e, só anos após, já com o chamado ESTADO NOVO, pelo Decreto N.º 19281, de 28 de Janeiro de 1931, o tema mutualismo é retomado, mas para se sujeitar as associações a regras, fiscalização e penalidades. E, também, para as obrigar a investir as reservas em títulos estatais.

Havia, então, 533 mutualidades que eram as quase únicas fontes de previdência social existentes.

Surge o ano de 1935. Decreta-se o seguro social obrigatório para os trabalhadores, que são compelidos a contribuir para as Caixas de Previdência que se criam.

As mutualidades privadas são praticamente ignoradas e entram em declínio.

As mais débeis vão-se extinguindo e as novas camadas de jovens não pensam nelas.

Assim se chega aos nossos tempos. Hoje existem 131 associações de socorro mútuo das 697 que havia em 1911. Desapareceram, portanto, nada menos que 566.

Das existentes, aglomerando mais de 700.000 filiados, 52 não chegam a 500 sócios, al-

gumas havendo que nem sequer atingem os 100. Só três mutualidades ultrapassaram os 50.000 associados: A PREVIDÊNCIA FAMILIAR, do Porto (64.000), a BENEFICÊNCIA FAMILIAR, também do Porto (57.000) e a ASSOCIAÇÃO VILANOVENSE DE SOCORRO MÚTUO, de Vila Nova de Gaia (54.000).

Significará este facto que é no norte do país que se encontram as maiores massas associativas, o que está plenamente de acordo com o interesse da região pelo associativismo e com a sua alta densidade laboral.

Em 1979, para coordenar e pugnar pelo desenvolvimento do mutualismo em Portugal foi criada a FNASM (FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE SOCORROS MÚTUOS), com sede em Coimbra, entidade esta que representou a transformação do já existente SECRETARIADO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE SOCORROS MÚTUOS.

A FNASM tem procurado ser porta-voz dos anseios das mutualidades junto do poder.

Talvez em consequência dos seus esforços e, também, pela maior compreensão da época difícil que atravessamos, em que todos não serão muitos para trabalharem pela Segurança Social, o Governo reformulou o mutualismo com dois novos diplomas: Decreto-Lei n.º 347/81, de 22.12.1981 e Decreto-Regulamentar n.º 58/81, de 30.12.81.

É ainda cedo para se tirarem conclusões. Só o tempo poderá dizer-nos das vantagens ou desvantagens desta legislação para o Mutualismo Português, que bem precisa de ser amparado e vitalizado para atingir os fins a que se propõe.

COMUNICAÇÃO APRESENTADA PELO SENHOR ANTÓNIO JOSÉ MARTINS DIAS CARDOSO, DA F.N.A.S.M. – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE SOCORROS MÚTUOS DE COIMBRA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1982

«A influência dos Decretos n.os 347/81, de 22.12.81 e 58/81, de 30.12.81 na vida das Associações Mutualistas. Comentários e sugestões»

Minhas Senhoras e meus Senhores

Em 1974, face ao reconhecimento superior do valor das associações de socorros mútuos foi, a pedido de entidade oficial, feita a apresentação das sugestões de interesse para as associações, com vista a um projecto de diploma de alteração à legislação reguladora da actividade mutualista, a qual se encontrava dispersa por variados diplomas, manifestamente desactualizados.

Das várias sugestões apresentadas merecem especial destaque:

— Redução para seis meses do prazo de um ano para a concessão de benefícios aos sócios;

— **Estabelecimento de maior latitude na colocação de fundos;**

— **Conversão dos Certificados da Dívida Pública em títulos de maior rendimento;**

— Isenção de impostos para as caixas económicas, em condições iguais às que usufruem as instituições a que são anexas;

— Facilidade na permanência nos Cargos dos Corpos Sociais e reeleição das maiorias;

— Estabelecimento de senhas de presença, com carácter facultativo, para compensação das despesas com transportes dos Corpos Sociais;

— **Isenção do pagamento para as Caixas de Previdência, na parte relativa à entidade patronal, como acontece com o fundo de desemprego;**

— Junção num só diploma de toda a legislação mutualista.

Em 1975 a Previdência Portuguesa, de Coimbra, promoveu um plenário de associações de socorros mútuos, a fim de se proceder à análise de vária legislação que as regulamentava e estudar as perspectivas futuras.

O referido plenário teve lugar nos dias 25 e 26 de Outubro, em Coimbra, com larga concorrência de delegados das mutualidades, tendo os assuntos constantes da ordem dos trabalhos merecido completa, e, por vezes, calorosa discussão, sendo de realçar o interesse da própria Direcção-Geral do Ministério da Tutela, que se fez representar por diversos funcionários superiores, cuja colaboração foi da maior utilidade no esclarecimento de certos pontos.

Além das sugestões enumeradas, muitas outras foram apresentadas e consideradas do maior valor para as mutualidades. Das conclusões aprovadas, merece especial destaque a nomeação do Secretariado Permanente, com sede em Coimbra, composto por representantes das modalidades: familiar, lutuosa e assistência na doença. Concluídos os trabalhos da comissão organizadora, o Secretariado Nacional das Associações de Socorros Mútuos fez aprovar os seus estatutos, ficando a coordenar a sua actividade na defesa dos legítimos interesses das Associações de Socorros Mútuos junto dos poderes públicos.

A publicação do Decreto-Lei n.º 636/76, de 28 de Julho, revogou grande parte da legislação mutualista. Contudo, este diploma, longe de satisfazer os anseios dos mutualistas, surgia com carácter transitório, na medida em que o seu artigo 27.º previa que no prazo de seis meses, após a sua entrada em vigor, seria publicada nova revisão global do regulamento das Associações de Socorros Mútuos, com incidência específica na caracterização e actividade de segurança social desenvolvidas pelas Associações de Socorros Mútuos.

Posteriormente, a 2 de Setembro de 1976, o senhor Secretário de Estado da Segurança Social, elabora o seguinte despacho sobre a constituição da Comissão para a Revisão da Legislação Mutualista:

«Considerando que o Regulamento das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto n.º 20 944, de 27 de Fevereiro de 1932, se encontra totalmente desajustado à realidade sócio-económica actual;

Considerando o importante papel e a válida tradição das associações mutualistas em Portugal, como expressões populares de solidariedade social;

Considerando que no referente aos corpos gerentes daquelas instituições foi recentemente publicado o Decreto-Lei n.º 636/76, de 28 de Julho, que no seu art.º 27.º reconhece a necessidade da revisão global da legislação mutualista;

Considerando que os mais directos interessados, ou sejam os sócios das mutualidades, sentiram igualmente a necessidade de redifinir a função social daquelas instituições e consequentemente rever a legislação que as rege, pois que, em Plenário Nacional, foram aprovadas várias conclusões, entre as quais se destacava a que referia a necessidade da constituição de uma Comissão para proceder aos respectivos estudos;

Considerando ainda que, nos termos da Constituição, a organização do sistema de segurança social não prejudica a existência de instituições privadas de solidariedade social não lucrativas;

Considerando que o actual Governo sancionado pela Assembleia da República estabelece a necessidade da articulação, criar-se uma Comissão que terá por objectivo rever toda a legislação mutualista tendo em vista as novas orientações de uma política de segurança social integrada e o actual contexto da sociedade portuguesa.

Neste termos:

1. A Comissão para a Revisão da Legislação Mutualista é criada com a finalidade de elaborar um projecto da nova legislação mutualista, com particular incidência na caracterização e actividades de segurança social a desenvolver pelas Associações de Socorros Mútuos.
2. A Comissão referida no número anterior é constituida por sete membros sendo dois da Direcção-Geral da Previdência, quatro representantes das Associações de Socorros Mútuos e um representante da Secretaria de Estado da Segurança Social que será o Presidente.
3. A Comissão deverá apresentar o seu relatório e projecto no prazo máximo de 120 dias, contados desde a data da entrada em funções, os quais serão subscritos pela totalidade dos seus membros podendo admitir-se pareceres de vencidos.

Os trabalhos desta Comissão foram concluidos em Junho de 1977, praticamente dentro do prazo estabelecido no despacho do senhor Secretário de Estado da Segurança Social, sendo de louvar o esforço desenvolvido pelas pessoas que constituiram esta Comissão, para elaborarem o projecto de diploma em tão curto lapso de tempo.

A partir deste momento, ficou a aguardar-se a promulgação de novo diploma. Contudo, o Decreto-Lei n.º 636/76, cujas disposições, afirmarva-se, eram transitórias, ficaram como o que havia de mais recente em matéria legislativa.

Pelo Decreto-Lei n.º 460/77, foi estabelecido o reconhecimento de utilidade pública para determinadas associações. A intenção do legislador consistia em conceder-lhes maiores benefícios, no reconhecimento dos relevantes serviços que estas instituições prestam à comunidade.

Com vista a ser reconhecido pela Lei o que no plano dos factos já estava consagrado, instruiram as associações os respectivos processos entregando-os para a competente inscrição, nas Conservatórias do Registo Comercial das respectivas áreas.

Continuaram as associações acorrentadas a disposições que se caracterizam pela mais completa neutralidade em relação aos anseios dos seus dirigentes, alguns bem legítimos, como é o caso do empobrecimento que é imposto aos fundos das associações, representados na sua maioria por títulos da Dívida Pública Consolidada. Quanto aos poucos diplomas publicados no período de 1977 a 1980, longe de resolverem quaisquer problemas, traziam a marca da desarticulação, circunstância que tornou difícil a sua interpretação, complicando ainda mais, a missão de quem tinha de gerir instituições deste tipo.

Finalmente, com data de 22 de Dezembro, foi publicado o Decreto-Lei n.º 347/81, que estabelece o novo regime jurídico das Associações de Socorros Mútuos. Este diploma revogou toda a legislação anterior, pretendendo o legislador um amplo reordenamento da legis-

lação sobre Associações de Socorros Mútuos, integrando e sistematizando um conjunto disperso e pouco coerente de disposições e introduzindo as inovações impostas pelo desenvolvimento de política social.

Em 30 de Dezembro foi publicado o Decreto-Regulamentar n.º 58/81, que passou a regulamentar a constituição, organização e funcionamento das mesmas.

Com a promulgação destes diplomas, surge-nos um novo tipo de registo «inscrição do registo das instituições privadas de solidariedade social» a efectuar nos centros regionais de segurança social e a obrigatoriedade dos benefícios não poderem ser alterados sem prévio registo da alteração do respectivo regulamento.

O regime do pessoal das Associações de Socorros Mútuos surge esclarecido um tanto tardiamente, em relação às restantes instituições privadas de solidariedade social.

Prevê-se a cooperação das associações entre si, nomeadamente facultar aos associados de cada uma delas a inscrição em modalidades não prosseguidas pelas associações a que pertencem, mas que estejam previstas nos estatutos de outras intervenientes no acordo; proporcionar a utilização em comum de instalações e serviços; as Associações de Socorros Mútuos passam também a poder celebrar acordos de cooperação com outras instituições privadas de solidariedade social. Prevê-se, também a cooperação entre as Associações de Socorros Mútuos, os Centros Regionais de Segurança Social e os Serviços de Saúde, dentro de normas a aprovar pelo Ministro dos Assuntos Sociais.

É concedida maior liberdade de acção às direcções, na aplicação das disponibilidades.

Em síntese, pode afirmar-se que o regime definido nos Decretos-Lei n.^{os} 347/81 e Regulamentar n.º 58/81 permitem a dinamização das mutualidades para a realização dos fins para que foram criadas, apesar da expectativa em que estão os seus responsáveis. Esperando-se que estes saibam assumir as suas responsabilidades pela maior liberdade administrativa de que passam a dispor.

Contudo, no sentido negativo, teremos que referir a falta de clarificação do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 347/81, porquanto defender-se-iam muito mais os interesses das associações se à sua actual redacção se tivesse incluído nomeadamente, os impostos: Imposto de Selo, Imposto Complementar, Imposto de Capitais, Imposto s/ Sucessões e Doações, Imposto de Siza, Contribuição Industrial e Contribuição Predial.

A substituição na redacção final da alínea b) do artigo 18.º do Decreto-Reg. n.º 58/81 da palavra «foram» por «ficam». Aliás, as fúnebres estavam inequivocamente dispensadas desta formalidade legal.

Englobar no artigo 47.º do Decreto-Regulamentar n.º 58/81 a obrigatoriedade de elaboração de 5 em 5 anos, contados a partir de 1 de Janeiro de cada ano em que tiver sido registada a sua constituição ou qualquer alteração do regulamento sobre benefícios a organização, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério dos Assuntos Sociais de balanço técnico e administrativo para servir de base à revisão dos deveres e direitos dos sócios.

Finalmente, um ponto quente, a que os poderes constituidos se têm furtado de solucionar refere-se à «carteira de títulos» cujos valores estão, como se sabe, afectos aos Fundos da Associação e, no que tange aos títulos da Dívida Pública Consolidada, a aplicação era imperativa, independentemente de se averiguar se a operação revelava vantagens para o credor do Estado, ou, se pelo contrário, conduziria à sua ruína. O alarme não é dado agora, pois o problema foi levantado nos primeiros anos da década de 1970. Prometeu-se que o assunto iria ser estudado e satisfeito, ao menos em parte, através da elevação da taxa de juro inscrita no título.

O tempo foi passando e a correcção não se operou. Os actuais subscritores, voluntários de títulos amortizáveis beneficiaram de sucessivas correcções, mas os prestamistas da primeira hora, constrangidos a entrar no jogo, vêm esboroar-se o património pelo sacrifício de muitas gerações.

As Associações de Socorros Mútuos possuem no momento obrigações representativas do empréstimo de cerca de 228.000 contos, valor nominal, que vencem taxas entre 2 3/4% e 4%, que dão juros irrisórios para a época e que cada vez arruinam mais as associações que os possuem.

Por força da erosão monetária e do seu baixo rendimento o seu valor encontra-se muito reduzido.

Neste panorama tão desolador, há que encarar o futuro, tal como se descreve, pois as sucessivas detracções dos Fundos não conseguem eliminar os efeitos produzidos pela depreciação de mais de centena e meia de milhares de contos, para já.

E, como não há gestão mesmo miraculosa, que seja capaz de, por si só, prover de remédio a semelhante estado de coisas, impõe-se que o Estado proceda, de imediato, à reconversão dos títulos de Crédito da Dívida Pública Consolidada.

CONCLUSÕES APRESENTADAS PELO SECRETARIADO E APROVADAS PELOS PARTICIPANTES NAS JORNADAS EM 28 DE NOVEMBRO DE 1982

Durante as 1.as Jornadas Mutualistas de Vila Nova de Gaia foram apresentados os seguintes trabalhos:

1. Pelo Sr. Dr. Cícero Vicente Galvão, Director dos Serviços de Tutela e Apoio às Instituições Privadas de Segurança Social, foi apresentado um trabalho sobre o «Presente e Futuro das Associações de Socorros Mútuos», no qual, de modo profundo, se historiou a situação das Associações e os esforços que, em seu entender, o Ministério da Tutela procura levar a cabo com vista à consolidação de tais Associações, já que as considera de interesse social dentro da panorâmica de segurança dos Portugueses, tendo salientado os princípios de solidariedade, de cooperação inter-associações e o de complementariedade com a Segurança Social Oficial.

   Em seguida, realizou um bosquejo estatístico, em que, por um lado, destacou os aspectos patrimoniais das Associações e a população por elas coberta, referindo a legislação actual que contemplará o funcionamento das Instituições em apreço.

   Salientou:

   a) a necessidade de uma melhoria de benefícios para os Associados;
   b) a vantagem de o associativismo livre poder alargar-se a uma maior percentagem da população activa e, assim, atingir o passo da complementariedade com a segurança social.

2. O Sr. Secretário de Estado da Segurança Social no discurso que, seguidamente, proferiu, destacou, novamente, a legislação publicada, apesar de considerar que essa legislação constituiu um passo, mas não um caminho completo, tanto mais que as mutualidades resultaram de um trabalho privado, no qual o Estado não participou. Teceu considerações sobre os aspectos consumistas da sociedade em que se vive e, na qual, o espírito de entre-ajuda e cooperação desapareceu para dar lugar a uma expressão individualista mais marcada, convindo, no entanto, que o mutualismo é um baluarte de choque para além dos modelos políticos.

   Disse, depois, que a mutualidade poderia constituir uma complementariedade de segurança substituindo-se aos esquemas adicionais de pensões que algumas empresas praticam por motivos de ordem convencional.

   Terminou deste modo, a 1.ª parte, das Jornadas.

Após um intervalo e já sem a presença do Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, entrou-se no período correspondente à apresentação de comunicações.

3. A primeira foi proferida pelo Sr. António Reis, Presidente da Direcção da Associação de Socorros Mútuos «A Vencedora» do Porto que começou por lamentar, de forma veemente, o abandono de certas entidades que tinham comparecido à primeira parte das Jornadas, e que, em seu entender, demonstrou, uma falta de espírito essencialmente mutualista, já que se observou somente a vontade de mostrar uma presença visível. (O Sr. Presidente da Assembleia Geral da Associação Vilanovense de Socorro Mútuo prestou informações sobre os motivos que levaram algumas das entidades presentes a abandonarem a sessão). O seu trabalho teve como tema «a conveniência de interessar a juventude pelo mutualismo». Desenvolveu uma série de considerações sobre a burocracia que impede ou retarda a gestão das mutualidades, levando os responsáveis a ultrapassar regras obsoletas e impeditivas para poderem administrar correctamente.

4. O Sr. Luís Alberto Araújo Carneiro, Presidente da Assembleia Geral da Liga das Associações de Socorros Mútuos do Porto apresentou uma comunicação sob o título «Mutualismo e a Segurança Social» na qual realizou a história evolutiva do mutualismo após o que referiu a concessão obtida para os sócios das Mutualidades da sua Liga de conseguirem dos respectivos clínicos receituário válido para a Segurança Social Oficial.

Assim se obteve um benefício não só para as Mutualidades, como também para a diminuição do trabalho arrastado da Segurança Oficial. As conclusões com que finalizou a sua comunicação constarão da parte final deste trabalho.

A comunicação seguinte foi já realizada na parte de tarde e dela se ocupou.

5. O Sr. Gastão Henriques da Silva, Presidente da Direcção da Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio e Indústria de Lisboa, sob o título as «Várias espécies de Mutualismo», referindo aspectos históricos sendo de parecer que competiria ao Estado fomentar, auxiliar e desenvolver as Associações de Socorros Mútuos. Todavia, frisou que a mudança das estruturas e dos nomes dos orgãos estatais não alterou o carácter genericamente obsoleto e precário de toda a legislação da Segurança Social Privada, não se aproveitando, assim, o esforço e a dedicação dos homens de boa vontade que são os Mutualistas.

6. O Sr. Doutor José Soutinho falou sobre os empréstimos consolidados e o ónus que representaram e ainda representam para as Associações de Socorros Mútuos, que, em 1940, foram obrigadas a subscrever títulos sem amortização, mais características de uma sociedade em crise financeira, do que de um Estado Novo que se dizia em ressurgimento.

7. O Sr. Francisco Silva, após uma saudação às figuras Mutualistas mais representativas e que se encontravam presentes, realizou uma síntese histórica sobre o Mutualismo em Portugal, mergulhando nas Instituições pias criadas a partir do século XIII.

8. O Sr. António José Martins Cardoso dirigente da FNASM - F. N. de Associação de Socorros Mútuos, de Coimbra, falou sobre a «Influência dos Decs.-Lei 347/81 e Decreto-Regulamentar 58/81 na vida das Associações Mutualistas». Referiu as sugestões e pedidos apresentados às instâncias oficiais com vista à melhoria, desburocratização, e diminuição de custos, sugestões e pedidos esses, que ainda aguardam concretização por virtude da legislação publicada não ter entrado em vigor pleno, emitindo também resposta positiva a alguns pedidos. Por outras palavras, tudo seria quase perfeito se a legislação tivesse sido aplicada imediatamente fazendo desaparecer as peias e as dificuldades com que as Associações de Socorros Mútuos lutam.

Referiu, o aspecto dos consolidados que, no montante de 228 000 contos, se inscrevem nos activos das Mutualidades, com um nível de remuneração irrisório.

Após a leitura da última comunicação foi aberto um período para debates, tendo-se realizado cinco inscrições dos Srs. António Pereira Júnior, da Previdência Portuguesa de Coimbra, Dr. Correia Pires, dos Serviços Técnicos do Ministério da Tutela, Manuel Santos, da Caixa de Crédito Portuense, Alfredo Canedo, do Montepio Costa Goodolfim e Inácio Santos Viseu Júnior da Liga das Associações do Porto, os quais abordaram vários aspectos ligados à Legislação Mutualista, ao esclarecimento de questões de carácter fiscal, muito importantes para a rendabilidade das Associações e à incapacidade das estruturas de que as mesmas Associações dispõem para poder dar cabimento a toda a burocracia que sobre elas recai.

Estabeleceu-se um diálogo, no qual o Dr. Cícero Galvão tomou parte prestando esclarecimentos detalhados sobre as questões abordadas, tendo o Sr. Gastão Henriques da Silva informado um dos intervenientes sobre o direito de antena a conquistar na R.T.P. por parte das Mutualidades, até agora, «desconhecidas» para tal efeito pelo referido órgão de comunicação.

Encerrada a sessão pelo Sr. Presidente, Dr. Cícero Galvão, o Secretariado efectuou este relato da mesma, extraíndo do que nela se passou, tanto quanto julgou interpretar o teor das comunicações e intervenções, as seguintes

CONCLUSÕES:

1.º Que há necessidade absoluta de se desonerarem as Mutualidades do peso dos empréstimos consolidados, fazendo-os substituir por empréstimos amortizáveis a médio prazo, com a manutenção ou ligeira beneficiação da taxa de juro;

2.º Que se torna necessário clarificar, em certos aspectos, disposições do Decreto-Lei n.º 347/78 e do Decreto-Regulamentar n.º 58/81;

3.º Que devem ser especialmente definidos através dos Ministérios dos Assuntos Sociais e das Finanças e Plano, de modo inequívoco, as isenções fiscais que devem contemplar as Mutualidades relativamente a todos os impostos existentes.

4.º Que devem encetar-se démarches para que seja concedida às Mutualidades a isenção do pagamento de contribuições para as Caixas de Previdência dada a função supletiva que as mesmas Mutualidades têm em relação à Segurança Social.

5.º Que as Mutualidades devem ser ouvidas previamente sobre qualquer matéria de carácter legislativo, que sobre elas haja ideia de publicar.

6.º Que sejam claramente definidos os termos e condições em que se deve verificar a «complementaridade» da acção das Mutualidades Privadas relativamente à Segurança Social Oficial.

7.º Que estas conclusões sejam levadas ao conhecimento de quem de direito, dentro do Ministério da Tutela, através da FNASM - Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos, na sua qualidade de organismo aglutinador das Mutualidades.

Vila Nova de Gaia, 28 de Novembro de 1982

O Secretariado das 1.as Jornadas Mutualistas de Vila Nova de Gaia

Dr. Carlos Figueiredo Mota
Francisco António Marques da Silva
Carlos da Silva Canedo

1.os JOGOS FLORAIS MUTUALISTAS

Como constava do programa comemorativo do Centenário, a Associação Vilanovense de Socorro Mútuo levou a cabo os denominados «1.os JOGOS FLORAIS MUTUALISTAS», para o que contou com o valioso apoio e conselho da Associação Cultural «Amigos de Gaia», representada na Comissão Organizadora das Festas pelo seu Vice-Presidente, senhor Horácio Pinto Lourenço.

Apoiaram também esta iniciativa de carácter cultural o GOVERNO CIVIL DO PORTO, a CÂMARA MUNICIPAL DE GAIA, por intermédio do seu Pelouro de Cultura, a JUNTA DE FREGUESIA DE MAFAMUDE e a CASA-MUSEU TEIXEIRA LOPES, que ofereceram prémios diversos para atribuição aos vencedores dos jogos.

O Júri classificativo, constituído pelos senhores Prof. Dr. MANUEL DA CRUZ MALPIQUE, DR. CARLOS SANTOS VALE e escritor FERNANDO DE ARAÚJO LIMA, atribuiu todos os prémios previstos — cinco em cada uma das quatro modalidades — e, ainda, algumas menções honrosas, tal a valia dos trabalhos apresentados, em número de 250, recebidos de várias partes do país.

Os prémios foram entregues aos vencedores durante o Sarau Artístico realizado em 30 de Novembro de 1982 no Auditório Nacional do Teatro Carlos Alberto, na cidade do Porto.

Nas folhas que se seguem, transcrevem-se os trabalhos premiados, os prémios atribuídos e os nomes e localidades dos respectivos autores.

1.º PRÉMIO DE CONTO

Esc. 6.000$00 e Troféu «Governo Civil do Porto»

Autor: *José Rodrigues Canedo* - Porto

O IRREVERENTE

A primeira reunião diária não tinha importância. Fazia-se na barbearia do Sevilha e a conversa, embora «barbeiral», não se estendia muito para além de certos limites, porque sempre apareciam senhores importantes, funcionários dos correios, da Fazenda, etc., etc., e os homens do rio não queriam competir... Porém, uma vez escanhoados os queixos ou cortadas as farripas, a rapaziada dirigia-se à loja da Terinha e, aí sim!, a conversa deslizava fácil, pitoresca, entre copos de tinto!

Homens duros, aqueles! Fundamentalmente, bons! Mas quem os ouvisse e os não conhecesse bem, iria julgar que eram ferrabrazes ou matafrades... Era o jeito natural de seres para quem a vida era árdua de seu natural, curtida entre nortadas e nevoeiros da barra, na dura faina da estiva, descarregando o carvão proveniente de Cardiff e carregando a madeira para a retorna! Entre eles, naturalmente, especialmente, principalmente... O Chico Novo. Chico Novo que não nascera na vila, mas que ali arribara um dia, algo pedante, exibicionista, mandão. Outro qualquer teria tido dificuldade em impor-se perante aqueles homens coriáceos, mas a verdade é que ao Chico sempre cabia a última, a induscutível palavra!

O Varinho calava-se, o Fiúza sorria na sua timidez, o Carne Assada ainda esboçava sua resistência àquele estivador de «importação», mas o certo é que o Chico Novo arengava a todos nas sessões da loja da Terinha e todos acabavam por o acatar.

Corria a fama de que ele era madraço e que chegava a provocar em si próprio pequenas mutilações para andar temporadas no seguro, de costas ao alto... Da fama não se livrava! Mas quê? Ele dizia sempre:

— Pois sim! Vocês são os entendidos mas o capataz bem sabe que, para mandar convenientemente e fazer uma estiva em condições cá está o Chico. O resto é conversa...

O certo é que aquele adventício, estivador de fresca data, acabava sempre por vencer a sua, com o estilo exibicionista e dominador que o caracterizava! Para mais, irreverente...

Uma das coisa que o Chico Novo nunca aceitou foi juntar-se aos outros como sócio da associação de socorros. Eles, pobres coitados!, pagavam as magras quotas, juntavam-se, defendiam-se...

— Tretas! Tretas, meninos! Ainda não vi ninguém governar-se à custa do mutualismo...

— Bem — esboçava o Varinho — governar-se, não, mas temos ajuda, temos o funeral pago, e até o cartorário senhor Albino chega a ajudar do seu bolso alguns pobres que têm as quotas em atrazo...

— Pois é, do seu bolso! Misérias, misérias... E para mais, quero eu lá saber do meu funeral! Quando eu morrer, deitem-me ao rio, que me tem consumido a vida.

O assunto veio à baila muitas vezes, pois na época ía na vila um grande entusiasmo pelo mutualismo. A loja da Terinha era de resto um local de inscrição para muitas famílias pobres do local... para muitas que não para a do Chico Novo, igualmente pobre mas comandada por sua excelência o irreverente. Certo dia porém, entre fumaças de cachimbo e vapores de álcool («para aquecer o canastro esburacado pelos ares húmidos do rio»), à repetição, pelo Chico, de que não queria saber do funeral para nada, o Fiúza, na sua timidez, arriscou:

— Olha lá, tu terás muita razão, mas se calhar ainda não pensaste que, se vieres a morrer à frente da «velha», ela não tem dinheiro nem condições para o enterro nem vai deitar-te ao rio!

A «velha» era a mãe do Chico, a Aninhas bordadeira, gastando infatigavelmente os olhos e afunilando os dedos, noite fora, madrugada alta, enquanto o filho estava no rio, a bordar, a bordar... Chico, solteirão «irreverente», idolatrava a velha. E dizia!

— Aquilo é uma artista. Mal empregada! Cá o filho, sem vaidade, tem a quem sair... Mas espera lá, ó Fiúza, ainda não tinha pensado nisso.

Passou a pensar. Muito. Sem se decidir assim à primeira, para não dar parte de fraco diante daqueles «podricas»...

E estava quase a esquecer outra vez o caso quando o senhor Albino, cartorário da associação, o foi procurar à «segunda sessão» da tarde, na loja da Terinha.

— Chico, estou informado que a sua mãe é uma boa bordadeira, capaz dos mais finos trabalhos. Sei que, com isso, ela o ajuda muito a ganhar a vida, embora — sorriu — você não precise, porque também é um artista no seu trabalho. Ora acontece o seguinte: a nossa associação faz em breve cem anos (cem, veja lá!) e nós precisamos de uma bandeira nova, de boa seda e com um lindo bordado. Se a sua mãe o quiser fazer, nós pagamos bem.

Chico Novo ficou maravilhado, envaidecido. Foi-se-lhe a irreverência rio abaixo... Na loja da Terinha e na barbearia do Sèvilha fez-se imediatamente a consagração prévia da bordadeira distinguida com tão importante convite.

Aninhas bordadeira trabalhou noites e noites a fio, esmerou-se, transcendeu-se naquele trabalho considerado histórico. Saíu obra-prima, e toda a vila foi ver a bandeira exposta na vitrina da loja da Terinha!

Sessão solene. Foguetes, iluminações, autoridades, nomes grandes do mutualismo. Senhora Aninhas bordadeira convidada para a mesa. Pernas a tremer. Enorme choro de emoção. O pagamento generoso e a nomeação da bordadeira para sócia benemérita (porque não havia dinheiro que pagasse tão belo trabalho!).

Chico Novo é agora sócio da associação. Ninguém se ri dele, antes o felicita!

Bem pouco tempo depois, Aninhas bordadeira descansa enfim dos seus bordados, das longas vigílias, das frias madrugadas. E o caixãozinho estreito que a leva ao humilde coval vai no carro da associação, coberto pela linda bandeira bordada pelas suas humildes mãos de fada...

Na «segunda sessão» do dia seguinte, na loja da Terinha só se fala a meia voz. A dor esmaga aqueles rudes homens, condoídos da imensa dor do Chico. Mais um copo. Mais uma cachimbada. E Chico Novo, o irreverente, o céptico do associativismo, que podia agora, uma vez morta a «velha», pedir que o lançassem às águas do rio quando morresse, pediu, baixinho, entre soluços:

— Estão a ouvir, seus «podricas»? Quando eu me for, que alguém peça lá na associação que me façam esta última vontade: ponham-me a bandeira que a velhinha bordou!...

Exposição dos prémios para os 1.^{os} Jogos Florais Mutualistas

2.º PRÉMIO DE CONTO

Esc. 4.500$00 e Troféu «Junta da Freguesia de Mafamude»

Autora: *Maria Adriana Cruz Guimarães* - Porto

«PALAVRAS À SOLTA»

Cheguei de comboio muito rapidamente à Capital, onde uma chuva miudinha, batida por vento forte, lembrava o Porto. Cerca de quarenta pessoas, esperam impacientes a chegada dos táxis. A mala pousada a meu lado, começa a ser erguida com dificuldade — ando e páro — o guarda-chuva, parece querer voar. E se voasse? Seria uma enorme e desajeitada borboleta, voando pelo céu cinzento... e eu, ficaria à chuva, triste, amarga, sem graça...

No hotel, conforto — bom acolhimento — primeiro sorriso.

Vou novamente para a rua. Tomo um café — passar tempo — ver montra com saias coloridas aos quadrados — é moda... — a iluminação chama-me, contactar com pessoa, falar, ver coisas, tudo me tenta. A empregada risonha, entrega-me duas saias — vou prová-las. Visto primeiro a que gosto menos, talvez para depois ter a alegria de dizer — é isto mesmo! Mas não disse... Aperta-me a que tenho vestida, irrito-me, dispo-a impetuosamente e zás!... Um estalinho, é o fecho que rebenta e também um pouco da fazenda. Espanto — contrariedade — renúncia... e trouxe aquela, ficando lá a que eu gostava... O comerciante, não colaborou. Ele está ali, para ganhar dinheiro e não para ser compreensivo.

Deitei-me, mas antes liguei a televisão, para ver o Henrique VIII mandar cortar cabeças impiedosamente. Tal como o comerciante, nem pagando o prejuízo...

De manhã, o sol ainda amedrontado da chuva tristonha da véspera, acabou por brilhar. Magnífico sol, desta Lisboa!

Batem à porta do quarto, para avisar que não há luz, nem pequenos almoços, nem água quente. Desculpas, sorrisos desbotados e acabo por perceber, que se trata duma greve. Nisto foram solidários... para prejudicar.

Tomo um banho quente-frio, desço 120 degraus, tomo o pequeno almoço e salto para a rua, onde há luminosidade e movimento.

Complicações por causa da falta de semáforos. Entro num táxi, que se esbarra num cruzamento. Só pude ver o capot do outro carro, levantar-se diante dos meus olhos assustados e ouvir um ruído de chapas amolgadas e faróis partidos.

Condutora do outro carro — já de meia idade — aflita, nervosa, motorista quase sem poder falar e eu só com um joelho esmurrado. Obrigada meu Anjo da Guarda! Subo o resto da Avenida, a pé. Indianos de olhar profundo e sorriso melancólico vendem Yó-Yós luminosos. Compro-lhes um — ele deixa-o cair — partiu (tal como a saia...) fico com dois, mas ele muito gentilmente, só quer receber o preço dum. Insisto, recebeu. Vou subindo, vejo mais indianos e exóticos japoneses de sorriso rasgado de orelha a orelha. Compro uma esferográfica com relógio. Ao entregar-ma, deixa-a cair. O sorriso ficou mais amarelo, mas ele, com toda a dignidade herdada dos seus antepassados, entrega-me outra. Insisti, paguei as duas. Não há dúvida, que estou hoje com azar! E dou azar...

Antes de regressar ao Hotel, compro lanternas, pilhas, velas e fósforos. No átrio do hotel, acendem-se pequenas chamas amarelas e pelos corredores e por todos os lados. O Gigante, tem pés de barro... não tem gerador! Subo mais 120 degraus — força! — e enquanto vou subindo ritmadamente, cruzo-me com outras vítimas — pagar bem e sofrer...

Entro no quarto de lanterna na mão. Parece que vou assaltar alguém, mas eu é que não quero ser assaltada e por isso, atiro a luz para todos os cantos. Espreito pela janela, o resto de luz do dia. Quase todas estão abertas, como querendo recolher aqueles raios de luz.

Solidão — cansaço — penumbra... Melhor será, ir para baixo.

Ontem, um pianista consagrado tocou piano no salão de entrada. Quem sabe se virá hoje? Quem dera! Seria uma óptima maneira de passar as horas de escuridão. Anoitece devagarinho. Ouço dizer, que se esgotaram nos estabelecimentos, as velas, as lanternas, as pilhas e tudo que dá luz. Vejo pela porta envidraçada, as pessoas que parecem fugir para casa — é o corre-corre para lugar seguro. A rua já ficou cor de chumbo. Passam salpicos rápidos de luz, são os faróis dos carros, que juntamente com toda a iluminação interior dos autocarros, animam esta Lisboa sem luz, mas sempre com vida!

No Hotel, velas lembram Igrejas — dois de Novembro — sepulturas...
Instintivamente, sobe-me aos lábios uma prece.

Entra um pouco de ar, pela porta de vai-vém — as velas inclinam mais a sua pequena chama... O pianista não virá? era agradável... ele saberia tocar sem luz... ele era um óptimo pianista!

Empregados sobem e descem com pesadas malas. Cansaço — sofrimento — culpa de outros...

Parece-me ouvir música. Aproximo-me — maravilha! O pianista não faltou! Às escuras, ele toca ainda melhor! Encantamento... Sigo direita ao piano, atraída pelo som dolente dum fado antigo. Para esta penumbra, só mesmo fado... O piano espalha belos sons, pelo salão, naquela suave obscuridade, tocado por um pianista invisível!

As pessoas, batem palmas leves, macias, a dizer bem com o ambiente.

Pessoas entram, ou passam silenciosamente e o piano toca e não se vê quem o faz vibrar assim! Recolhimento, tudo sem querer perturbar.

Luz de isqueiro, rápida, seguida dum minúsculo ponto, que permanece aceso.

Um vulto está sentado, ao lado do pianista. Espreita-me, cumprimenta-me.

Agora ouve-se música ligeira portuguesa, para desanuviar um pouco o ambiente. Estas melodias, lembram festa, bailaricos, balões, fogo do ar e sardinhas assadas!

O senhor que está junto do piano, levanta-se, fala comigo em inglês e eu ouço interessada. Está ali, para tentar esquecer um pouco, a morte da Esposa — há um ano —. Quer ser ouvido e eu gosto de o ouvir e de ver o seu sorriso franco. Ele fala bem o português, pois é filho de Pais portugueses, que viviam na Califórnia. Ao som da música, ele falou da sua vida, do seu desgosto, da solidão, tudo com uma voz forte e ao mesmo tempo amena.

Com um sorriso confiante, falou nas «crianças». Os netos? quantos?

Não, os netos — disse ele — também tenho alguns, mas eu falo dos filhos... Compreendi. Filhos, as crianças de sempre, para os Pais!

A escuridão começou assim, a dissipar-se. A luz invadiu a sala, as pessoas, a música, a melancolia...

Sentimos que se aproximava um rapaz, que trauteava a bela melodia, que nesse momento o pianista tocava. Era mesmo um conhecido cantor brasileiro, também filho de portugueses. Ele anima-se, canta, encanta, faz convívio, ajuda, associa-se àquele momento e enche a sala de alegria e o tempo passa a correr. De repente uma sombra passa-lhe no olhar. Fica um pouco apavorado, ao lembrar-se, que a sua Mãe — já idosa — se pode atrapalhar ao acender a vela durante a noite. Ofereço-lhe uma das minhas lanternas. A felicidade que lhe vi saltar dos olhos, deu-me uma enorme paz.

Perguntam-me se toco, se canto... Não, escrevo. Pedem-me para dizer qualquer poesia. O pianista parece adivinhar e toca música de Richard Clayderman. Não posso resistir e digo alguns poemas. Agrado geral.

«Very nice!» — «Y Qui maravilha!»

Não sei porque os disse tão sentidamente... talvez a luz romântica... as pessoas certas, o momento exacto.

Da escuridão, fez-se luz! Lindo e simples. Assim devia ser a vida... mas não é. Na sala, tudo é claro, tudo brilha! «Estamos mesmo numa boa!» exclama o jovem brasileiro.

Surgiu então, uma rapariga alemã, que pediu música clássica.

O pianista abriu a tampa do piano de cauda e como por encanto, saíram as partituras dos mais célebres compositores de todo o mundo!

A erudita alemã, ficou a saber, que em Portugal, um bom pianista sabe tocar bem, qualquer música.

Grupo maravilhoso — solidário — alegria repartida por todos!

E porque aconteceu tudo isto? Porque maldosamente, cortaram a luz à Capital, durante vinte e quatro horas.

Quando a luz voltou, já não fazia falta. A noite mais escura de Lisboa, tinha sido iluminada com associativismo, pela Arte, pela alegria e pela atracção dum convívio luminoso e puro!

3.º PRÉMIO DE CONTO

Esc. 3.500$00 e Busto «Napolitana»

Autor: *Francisco Silva* - Vila Nova de Gaia

SOLIDARIEDADE

O Carlos era o menino bonito da Companhia. Todos gostavam dele. Os colegas e as colegas. Elas, então, nem se falava! Que se vestia com todo o aprumo e nunca lhe faltava uma graça para contar.

Os seus vinte e um anos cheios de vigor tinham algo de estranho: uma espécie de chave para abrir amizades. Não precisava de se esforçar ou de fazer adulação, que os amigos surgiam-lhe naturalmente.

Na Companhia onde trabalhava, como em toda a parte, aliás, gabava-se daquilo de que poucos se gabavam: todos eram seus amigos.

Era um pouco «cabeça no ar». Gostava de gastar e de dar, impulsivamente, esquecendo-se, por vezes, que em casa era bem preciso aquilo que tão magnanimamente esbanjava.

Noitadas com os companheiros não tinham conta. Comiam, bebiam e divertiam-se até às tantas.

Exactamente numa dessas patuscadas o Carlos queixou-se:

— Sinto uma dor esquisita aqui. — E apontou para o ventre.

— Isso é apêndice — exclamou um dos participantes na borga, o Doutor Carvalho, jovem médico da Companhia. — Quando quizeres é só apareceres-me no hospital. Livro-te disso num instante.

Aquela estranha dor voltou em dias seguintes. Às vezes fraca; outras, incomodando terrivelmente.

E o Carlos decidiu-se. Foi procurar o companheiro das festanças.

No hospital quase nada disseram. O Doutor Carvalho já sabia do que se tratava: «vens por causa do apêndice! Não é?...»

Os amigos eram para as ocasiões e, logo no dia seguinte, o Carlos estava internado, passando por sobre uma longa lista dos que aguardavam cama.

Na parte da tarde desse mesmo dia, dormindo que nem um justo graças à anestesia, a barriga foi-lhe retalhada pelo amigo para o livrar dos padecimentos.

Quando Carlos acordou, entrapado e com uma má disposição terrível tais as dores que sentia, o Doutor Carvalho sorriu-lhe.

— Então? Que tal vai isso?

A custo ganhou coragem para responder:

— Mal... Sinto-me estranho e tenho dores...

— É assim. Amanhã já estarás muito melhor. Uns dias mais e voltas a casa.

Mas isso não aconteceu. Cada vez estava pior. A temperatura não o largava. Comer, nem pensar nisso. E até o que bebia era obrigado a vomitar.

O Doutor Carvalho, assediado pelos colegas e familiares do doente, começou a titubear e, a certa altura, o doente, esquelético e macilento, abandonou o hospital para «ir morrer a casa».

Pareciam ser vinte e um anos destinados a «apagarem-se». Um companheiro e familiar que amigos e família estivessem condenados a perder.

E surgiu a ideia. Talvez se se ouvisse outro médico... Um «truta». Daqueles que levavam couro e cabelo.

A família do Carlos, porém, era demasiadamente modesta, para pensar nessas coisas. Foi então que o Guedes lançou a ideia lá na Companhia. Falou com todos. Argumentou.

Tinham que fazer qualquer coisa para não deixar morrer o colega. Pelo menos para tentar isso.

Ninguém se recusou. Todos contribuiram. Uns mais, outros menos. Conforme o que cada um podia e, por vezes, mesmo com mais do que podia.

O dinheiro apareceu. Mexeram-se conhecimentos. O próprio Doutor Carvalho afincadamente colaborou.

E o Carlos foi visto por um «mestre». Depois por outro. Dia e noite, à cabeceira do leito, ora um ora outro, estava um colega.

Remédios caros compravam-se. Cama especial arranjou-se. Enfermeiro para tratamentos apareceu.

Por decisão dos médicos procedeu-se a novo internamento. Não no hospital desta vez, mas na Casa de Saúde onde o «mestre» operava.

Gastava-se. Mas o dinheiro ía sempre aparecendo, que os colegas, em belíssima prova de amizade, continuavam a prover para que ao Carlos nada faltasse.

Nova operação. Mais dias de sofrimento para aquele quase cadáver. E, finalmente, o início da recuperação.

A primeira comida. O sentar-se na cama. A temperatura a desaparecer pouco a pouco.

Quatro longos meses se tinham passado. Muitos milhares de escudos tinha rendido aquela extraordinária cadeia de solidariedade e de camaradagem. Horas e horas tinham sido gastas pelos colegas em vigílias e visitas.

O doente, de novo em casa, entrou em franca convalescença.

Já ía contando as suas anedotas à Margarida, colega por quem sempre se sentiu atraído e que era das mais assíduas a visitá-lo.

Ela ria quando ele insistia:

— Sabes? Tenho a sensação que cheguei mesmo a morrer!

— Estiveste quase, estiveste! — confirmava ela. — Mas não morreste e assim nos poupaste lágrimas e dinheiro para flores.

Carlos recompunha-se mais e mais. Já se levantava aos poucos e, com uns passeios dentro de casa, passou a comer que era um gosto vê-lo.

Os colegas da Companhia, como a família, sentiam-se felizes. Não era vaidade, mas achavam que lhes competia uma larga parte na alegria comum.

Chegou, finalmente, o dia em que Carlos retomou o trabalho. › Todos quizeram comemorar o facto.

Falaram à administração que, dada a originalidade do caso, lhes deu a necessária aquiescência.

No fim do dia, na sala grande das reuniões, houve beberete. As raparigas primaram em apresentar uma bonita mesa e nenhum dos funcionários faltou.

Brindes e mais brindes. Lágrimas e abraços. Palavras repletas de emoção.

Carlos sentia-se possuído de uma enorme gratidão. Como poderia ele retribuir aos amigos o que por ele tinham feito?!

Foi isso mesmo que perguntou quando o fizeram falar, no fim da festa.

— Que nunca seja preciso fazê-lo — responderam.

O Guedes, que a todos tinha impulsionado para aquela grande manifestação de companheirismo, atalhou, sorrindo:

— Se casares com a Margarida ficamos todos pagos. — E concluiu — só o que ela chorou por ti!...

Não foi dito do Guedes. Mas no ano seguinte Carlos e Margarida casaram.

O decorrer da doença contribuíra para cimentar a grande afeição que entre ambos existia, transformando-a em verdadeiro amor.

Hoje, que os anos passaram, são avós. De quando em quando, ainda gostam de rememorar os tempos idos.

Ela, sempre bem disposta, apesar dos cabelos brancos, ainda lhe atira a sua gracinha:

— Meu morto-vivo!... Lembra-te que tive de ajudar a roubar-te à morte, para poderes ficar para mim!...

Carlos recorda as horas em que a sentia a seu lado, quando tivera a vida por um fio.

Deita-lhe um braço sobre o ombro e, como que a falar consigo próprio, exclama:

— Sabes? Acabei por ficar grato à doença. Com ela aprendi o que pode valer a amizade e a força que a união proporciona. E, para além disso, aprendi que não poderia perder a linda enfermeirinha que tu foste.

E um beijo de ternura vivifica aquele amor tranquilo que teve a mais linda moldura do mundo: a solidariedade.

4.º PRÉMIO DE CONTO

Esc. 2.000$00 e Busto «Isabel»

Autor: *Dr. Manuel Lopes Vilaverde* - Lisboa

A PRENDA DE ANGÉLICA

Nasceu numa vila nortenha, vizinha do rio, não longe do mar. E logo se ouviram, como outrora no Natal da bíblica Belém, maviosos e doces cantos de festivo júbilo, vindos não sei de que longínquas e ocultas paragens. Eram — assim se julgava — possíveis vozes de anjos a associar-se à aparição de um outro anjo na terra dos mortais. Por isso lhe chamaram **Angélica**.

Singularmente bela, de olhos luminosos, quase divinos, as aveludadas mãos a abrir-se em promessas de ventura, correspondia docemente às carícias, como que a dar-se a quem lhe acenava algum sorriso.

À medida que os dias passavam, ia-se notando, com alegria e espanto, que a menina crescia sob o impulso estranho de uma força criadora. E já no final da sua adolescência, a sua frescura juvenil desafiava as incursões impiedosas do tempo. Enquanto as meninas da sua idade iam sofrendo as naturais transformações da vida, nela se fixavam, numa conjugação harmoniosa, um eterno encanto de criança, um perpétuo ar de pureza e uma graciosidade de perfeita mulher adulta.

Que força sobrenatural ou oculto mistério envolvia aquela alma de sinal divino, aquele corpo mais celestial que terreno?

Diziam os mais devotos que os dotes do corpo glorioso, prometidos pela Escritura aos Santos para depois da morte, adornavam já, antecipadamente, aquele ser aparentemente isento de mortalidade.

A sua fama ia correndo mundo e na sua terra natal não havia boca que não pronunciasse, com sentimento de profundo afecto e natural admiração, o nome daquela estranha mulher.

Nada tendo de seu por herança, muito possuía por doação, mas tudo distribuia graciosamente pelos outros, com especial predilecção por aqueles que, por malefícios do infortúnio ou sob o signo da desgraça, haviam decaído de bens e careciam agora do seu amparo. Era, assim, ao mesmo tempo rica e liberalmente pobre. Por isso, todos a escolheram para o seu banco de segurança colectiva, a que confiavam grande parte dos seus haveres, na certeza de que, sob a sua guarda, teriam garantidos frutuosos rendimentos e acauteladas as suas economias contra as incertezas do futuro. Por isso lhe chamaram, depois, **Angélica do Socorro**, como que a significar a missão social que providencialmente ía desempenhando.

Nas doenças como nas calamidades públicas, nas desgraças dos mais anos agrícolas como nas necessidades morais, a sua mão prodigiosa vinha em socorro dos infelizes, a quem abria o cofre com as suas duas chaves — a de aço e a do coração — doando, com os depósitos materiais ali guardados, os mais preciosos valores do espírito: compreensão e justiça, carinho e confiança, amizade e paz.

Quando um dia, após uma vivência de amor e bem-fazer, atingiu os cem anos de existência, era então o orgulho de toda a povoação, pela pujança da sua vitalidade, elegância do seu porte, a perpetuidade da sua beleza original.

— Que divindade te protege, Angélica? — perguntavam-lhe, quase invejosas, as senhoras da vila.

— A benção de Deus e o amor dos humanos não me deixaram envelhecer — respondia, entre reconhecida e orgulhosa.

Na tarde do seu aniversário, a senhorial e nobre centenária viu junto de si, feliz e agradecida, toda a gente que a amava e lhe veio ofertar beijos e flores, enquanto um coro de escolhidas vozes lhe cantava os feitos e a glória.

Nesse dia festivo, um ar novo purificou a terra e o céu daquela vila. E aconteceu, então, o inesperado. O vizinho mar abrandara os seus movimentos inquietos e as ondas vieram mansamente depositar na areia da praia, trazido de obscuras e remotas origens, um valiosíssimo anel de ouro e prata, enriquecido de dezasseis pedras preciosas, figurando outras

tantas letras, que, lidas e dispostas cuidadosamente por uma certa ordem, permitiam descobrir o nome «ANGÉLICA DO SOCORRO».

— Relíquia de alguma rainha oriental morta no Oceano! — gritaram logo uns.

— Objecto de uso pessoal de alguma lendária princesa que o perdera na areia! — pensaram outros.

Havia também quem julgasse tratar-se de algum roubo deixado, na pressa da fuga, de algum barco pirata. Mas não. Era opinião geral — a sábia voz do povo — que o achado não era mais do que uma **prenda de anos**, caída da região celeste pela mão de sua madrinha, a Rainha dos Anjos, a Virgem do Socorro, que assim quis recompensar aquela afilhada, cujo nome era feito de um pedaço do céu, por ter estabelecido naquela terra um verdadeiro reino de sincero e útil convívio social.

E a terra de Angélica, agora abençoada pela presença do milagre, vive com ela, na íntima camaradagem das coisas simples e das almas boas, sem envelhecer. E, como ela, não morrerá, pois há-de ser sempre a terra de **Vila Nova**, vizinha do rio e querida do Mar.

Um grupo de vencedores dos 1.os Jogos Florais Mutualistas

5.º PRÉMIO DE CONTO

Esc. 1.000$00 e Busto «Eça de Queiróz»

Autora: *Maria Adriana da Cruz Guimarães* - Porto

«MUTUALISMO COM AMOR!»

Estar em Lisboa para esta missão, é como sonhar que se está num baile maravilhosamente vestida e calçada e acordar de manhã, descalça e em camisa de noite!

Todos os dias, eu sonho com uma boa novidade, para na manhã seguinte, o telefone me transmitir mais uma desilusão.

Com um filho internado no anexo do Hospital da Estrela, eu tenho vivido dias e noites de ansiedade e recorro a toda a gente para me auxiliar.

Encontrei — graças a Deus! — muita ajuda, mas também muita falta de associativismo a uma causa justa e angustiante.

Começou assim o meu calvário e o de tantas mães!

Tento visitar o meu filho e o porteiro sempre de má cara, responde que o não pode chamar. Tento passar-lhe alguns alimentos de que ele gosta e necessita e o porteiro nega-se a entregar-lhos. Só com a mão cheia de notas, eu consigo alguma coisa. Tudo tão difícil, tão egoísta, tão desumano! Sem mutualismo...

No entanto, hoje a sorte mudou um pouco. O caso passou-se assim:

Saí do hotel às onze da manhã, fui a um Snack e enquanto tomava um chá, mandei preparar dois pregos no pão e embrulhar alguns bolos e sandes.

Meti tudo numa grande bolsa, que me acompanha nestas andanças e a que já chamo «a bolsa mágica», porque sempre cabe lá, tudo que pretendo e aí vou eu com o meu tesouro, o almoço do meu filho!

Nunca antes, eu tinha atravessado o Parque Eduardo VII de lés a lés, como nesta manhã primaveril, de sol claro e transparente. Pareceu-me uma maravilha!

Quase não se sentiam os ruídos da grande cidade e os pássaros eram aos milhares, chilreando de árvore em árvore.

Enquanto ía passando, observava as pessoas, para me distrair um pouco dos pesados problemas que me afligiam.

Num banco, um parzinho de namorados, troca palavras em voz baixa, talvez projectos de futuro...

Mais adiante, um rapaz modestamente vestido, tira com ar cansado, os sapatos dos pés e exibe umas velhas peúgas. Andará à procura de emprego? Será cobrador? Ou, quem sabe, talvez os sapatos lhe tenham sido oferecidos por mão generosa e pé pequeno...

Mais além, uma rapariguinha esconde um papel, ao ver-me passar. Deve ser uma carta de amor e talvez o hábito que tem de fazer tudo às escondidas, a torne assim desconfiada e esquiva.

Vou passando pelo meio dos bancos onde se encontra esta gente tão variada, sentindo o cheirinho dos bifes, misturado com o aroma das plantas, deste feiticeiro parque!

Crianças brincam alegremente, correndo e dando gritinhos de espanto, ao verem os imponentes pavões, vaidosos do seu leque de penas de tons irisados. São crianças iguais a todas as outras, simples, despreocupadas, brincalhonas, por vezes irreverentes. Crianças iguais ao meu filho, quando lhe foi permitido ser criança...

Junto ao lago, um amigo dos peixes, deita-lhes migalhas de pão. Abrandei o passo para ver de fugida, uma ninhada de patinhos recém-nascidos, tentando aprender a nadar. Que beleza!

Passei por um casal americano. Tiram fotos aos pavões, aos patos e riem descontraídos, quase sem notarem a minha humilde presença.

Num banco, onde o sol bate, está sentada uma inglesa bastante idosa. Sorri ao ver-me passar, talvez tenha sentido o cheirinho a bifes...

Quem de certeza o sentiu, foi um cão rafeiro, que me tem seguido e que não temo, pois sei bem o que pretende. Lamento, mas não posso dar-lhe um bocadinho...

Já quase ao chegar à rua, abandonando aquele refrescante parque, vi parar uma camioneta com turistas espanhóis. Rapazes muito jovens, acompanhados dum Padre. Chegam com grande algazarra, espreitando pelas janelas.

Alguns, devem ter a idade do meu filho e são vivos e expansivos como ele.

Mocidade cheia de esperança, que espera da vida, muito mais do que a paisagem desoladora duma guerra...

Entro na barafunda das ruas, sempre com a bolsa bem agarrada e as pernas já quebradas de cansaço.

À porta do Hospital, o porteiro pouco disposto a falar e a dar ajuda, parece o guardião dum tesouro, que afinal se resume a rapazes doentes, desiludidos e a maior parte mutilados.

Argumento, digo que tenho um recado urgente para dar ao meu filho e vejo-o ao longe, mal vestido, mal lavado, ansioso que eu entre com «a bolsa mágica». O porteiro olha de soslaio para o meu porta-moedas, donde vá sair umas notas, que foram mais uma vez, o «abre-te Sésamo». Era uma ajuda mútua...

Aproximei-me do meu filho, falei-lhe, entreguei discretamente o embrulho dos pães com bife, que ele meteu apressadamente nos bolsos das horrorosas e largueironas calças. O embrulho dos bolos, foi directamente (por fora...) para o estômago, sumindo-se dentro do casaco descosido e desbotado.

— Fiquei mais gordo agora! — diz ele com o seu habitual e resistente bom humor. Sorrimos, com um sorriso pobre e desbotado, como aquela roupa...

À saida, agradeci novamente ao fiel guardião, dei-lhe mais uma nota e pela primeira vez, ele tirou-me o boné, cumprimentou, mas não sorriu.

Ele tem cara, de quem não sabe ajudar, nem sorrir...

Mas eu ofereci-lhe um rasgado sorriso, com um atencioso — muito obrigada — pois quero voltar amanhã e depois e depois e até quando Deus quiser!

Voltei a atravessar o parque, desta vez devagar, apreciando a alegria das flores, abrindo mais os olhos ao que me rodeava, aproveitando também, para descansar um pouco. Quando me sentei, fui tirando discretamente os pés de dentro dos sapatos, como vira fazer ao rapazinho e logo respirei aliviada, levantando a cabeça para o céu azul claro de Lisboa!

Para hoje, foi missão cumprida, mas terei de recomeçar com fé, com força, com coragem e esperança na ajuda de bons amigos. Um dia, o telefone vai dar-me a boa-nova. Tantas maneiras de ajudar o próximo!

Toda aquela gente que eu tinha visto no parque, estava certamente precisada de auxílio.

A moça que lia a carta às escondidas, o rapaz que tirara os sapatos dos pés já pisados, os namorados... as crianças e mais que ninguém, aquela velhinha marginalizada, esquecida naquele grande parque da cidade!

Tanto amor à vida e tanta vida sem amor!...

Enquanto mergulhava no mar revolto destes pensamentos, caíu-me no regaço uma folhinha verde, da bela árvore cheia de magestade, que me cobria.

Guardei-a como recordação desta viagem através dum parque encantador, que eu nunca tinha atravessado a pé, com uma «bolsa mágica»...

Ano de 1969. Mutualismo, com Amor!

MENÇÃO HONROSA DE CONTO

Medalha comemorativa do Centenário da Associação Vilanovense de Socorro Mútuo

Autor: *Francisco Silva* - Vila Nova de Gaia

A «ASSOCIAÇÃO»

— Carlos! Oh Carlos!...

Era a mãe a chamá-lo. Lá tinha que deixar aquele belo jogo da pincha.

Já ganhara duas «cócas» e um «pé de metal». Estava com sorte. Que pena!

Mas lá foi, submisso, com o cabelo em desalinho, de calções esburacados e pés descalços.

— Diga, mãe!...

— Tens que ir à Associação buscar estes remédios.

Era o pai, que estava na cama havia muitos meses. Depois daquela grande molha que apanhara no rio, quando trabalhava na estiva.

Nunca mais ficara bem. Tosse, tosse, sempre tosse. Nem se podia dormir lá em casa. Que toda a noite era aquilo.

O rapaz lá foi, com a receita fechada numa mão, embrulhando os dois mil reis que a mãe lhe dera, para, se fosse necessário, pagar alguma coisa.

Brincalhão, roendo um pedaço de boroa ia, rua fora, atirando, com a fisga, pedras aos pardais que lhe apareciam.

Passou à Farmácia Moderna. A dos ricos. Que tinha aquele lindo relógio de caixa, que cantava as horas, e que, por cima do balcão, tinha um grande quadro com uma taça e duas cobras entrelaçadas.

O rapaz gostava sempre de espreitar à porta, para ver aquilo.

Que comprar remédios nem pensar nisso. Ali só iam os que podiam, como o regedor, o inspector das escolas e o senhorio.

Breve chegou à farmácia da Associação. Mais modesta, com bancos aos lados e um gradeamento de madeira, em vez de balcão.

Como ele se deslumbrava ao ver aqueles grandes frascos, um cheio de líquido verde e outro de líquido arroxeado.

— Quero estes remédios para o meu pai! — berrou para o boticário.

Este aproximou-se. Pegou na receita, que leu, e disse-lhe:

— Vai demorar meia hora. — E perguntou. — O teu pai é sócio?

«Tá» aqui a «caderneta» — mostrou o miúdo.

E, enquanto esperava, veio jogar a bola para a rua, com o rapazio que por ali andava.

Aviada a receita — uma pomada e um xarope feitos lá nas traseiras — o pequeno regressou a casa. Entregou o dinheiro à mãe, que nem fora preciso pagar nada.

E voltou à brincadeira, contando os botões cuidadosamente.

Naquela vida se ia mantendo o pai do Carlos. Sempre com febre. Sempre cheio de fastio.

A «mulher» não podia sequer apaparicá-lo. Que o dinheiro era mesmo por conta-gotas.

Salário não havia. Só o subsídio da Associação. E lá ia ela, todas as semanas, de tabela na mão, receber à secretaria.

Não era nada. Mas era a única coisa que tinha.

O companheiro — que nem casada era — cada vez ia a pior.

O senhor doutor da Associação pusera-lhe ventosas no peito e nas costas para o aliviar, mas o mal era demasiadamente rebelde e não cedia a nada.

Nem a pomadas, nem a xaropes. Nem a hóstias.

O Carlos quase não se dava pelo que estava acontecendo. Nos seus oito anos, preocupava-se era com o caldito, mal adubado, às horas, e com o jogo da barra ou o da bola. Deste último, trazia os pés numa lástima, de tantas topadas que dava.

Quanto ao pai, a única coisa que sabia era que estava doente.

Todas as manhãs, quando se levantava e à noite, antes de se deitar, estendia a cabeça para a alcova escura, pedindo, em jeito de rotina, sem sequer ver a cara do enfermo: A «bença» pai!...

Um dia, após tantas visitas do doutor e tantas idas à Associação buscar remédios e subsídios, o pai morreu.

A mãe chorou como o rapaz nunca tinha visto. Os vizinhos entraram lá em casa e ele foi quase posto fora.

Veio um homem medir o pai. Depois trouxe um caixão e velas para acender.

Tudo aquilo era uma novidade para ele, que estava quase contente, ao ver todo aquele movimento lá em casa.

Aos compinchas, que procuravam espreitar à porta, ia dizendo, com uma espécie de alegria por lhes poder dar a novidade:

— Foi o meu pai que morreu!

Depois houve o funeral. Ele não foi. Ficou com a mãe, que não parava de chorar, enquanto as vizinhas procuravam consolá-la.

O Carlos foi crescendo. Fez o primeiro e o segundo grau e empregou-se na fábrica da loiça.

Já moço foi às sortes e, escolhido para a vida militar, ali contactou com outros jovens e aprendeu muita coisa que não sabia.

Quando voltou à fábrica tinha a cabeça cheia de ideias. E só então avaliou o quanto a Associação tinha valido ao pai, mandando-lhe médico a casa, pagando-lhe medicamentos e subsídio e, finalmente, tratando-lhe do funeral.

Meteu-se em reuniões. Ouviu o que os mais velhos diziam. Ele próprio também se atreveu a dizer o que pensava.

E quando voltou à Associação foi para ser seu dirigente.

Sentia-se obrigado a isso. Assim como tinham ajudado o pai, ele achava que lhe competia trabalhar para poder ajudar os outros.

Já lá vão muitos anos. O Carlos há muito que também se foi.

Mas na Associação lá ficou o seu retrato, como justa homenagem ao muito que por ela trabalhou.

1.º PRÉMIO DE POESIA LÍRICA

Esc. 6.000$00 e Troféu «Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia»

Autor: *João Braz* - Portimão

RECRUTAMENTO

Poetas que passais de olhos fechados
Por este mundo de miséria e dores,
A fazer versos certos e rimados
Que falam só de pássaros e flores:

Despertai dessa funda letargia
Que é um crime de lesa-humanidade,
Porque na vida há muito mais poesia
Para além de luar e de saudade...

O tempo de mentir chegou ao fim;
É hora de dizer palavras certas!
Já se não querem torres de marfim,
Mas portas e janelas bem abertas!

Vinde! Mas acordados, com coragem,
De rosto erguido e num andar seguro;
Seremos companheiros de viagem
Por caminhos abertos ao futuro!

Levando o coração cheio de amor,
Havemos de ir, sem que o temor nos dome,
Deixar, onde os não há, pão e calor
Para ninguém morrer de frio ou fome...

Vamos tentar um modo de viver
De que um doce Rabi deu alto exemplo,
Quer perdoando a quem nos ofender,
Quer expulsando os vendilhões do Templo.

É tanta a iniquidade sobre a terra,
A dor tamanha, e o egoísmo é tal,
Que hoje, poetas, há que fazer guerra,
Mas uma guerra santa contra o mal!

Nessa guerra não vamos ser vencidos,
Entremos nela sem qualquer receio!
Seremos vencedores, porque unidos
Na mesma fé, no mesmo justo anseio!

2.º PRÉMIO DE POESIA LÍRICA

Esc. 4.500$00 e Troféu «Associação Cultural Amigos de Gaia»

Autor: *José Rodrigues Canedo* - Porto

PREGÃO

Ouçam o meu pregão! A vida é breve
E o futuro começa mesmo agora!
Mutualismo quer ser bola de neve
Que rola e cresce pela vida fora...

Ouçam o meu pregão! Dêem-se as mãos,
Liguem-se pelos laços da amizade,
E sejam, mais que amigos, mais que irmãos,
Os filhos duma nova Humanidade!

Ouçam o meu pregão! E que nenhuma
Acção brutal lhes não mereça nojo!
— Que a poesia do Mar mora na espuma
E a da Terra na simples flor do tojo...

Vejam os homens como deve ser
E não como decerto muitos são.
Vamos mudá-los todos e viver
Mudando nós! Ouçam o meu pregão!

Ouçam o meu pregão, escorraçando,
Mais do que a «vã cobiça», a vã conquista
Se não for a do Bem! Eu vou clamando!
Ouçam o meu pregão — sou mutualista!

3.º PRÉMIO DE POESIA LÍRICA

Esc. 3.500$00 e Busto «Napolitana»

Autor: *Dimas Lopes de Almeida* - Seixezelo (Carvalhos)

SE EU PUDESSE

Se eu pudesse com poesia
Pagar a renda de casa
E meu pão de cada dia,
E a guerra, que tudo arrasa,
Converter em harmonia.

Se eu pudesse com os meus versos
A tantos males pôr termo,
Conjurar demos diversos
E curar o mundo enfermo
Juntando os homens dispersos.

Se eu pudesse com poesia
Dar a todos instrução.
Casa, saúde, alegria,
Fartura de vinho e pão
E também paz e harmonia.

Se eu pudesse com cantigas
Alegrar o nosso povo,
Encher todas as barrigas
E criar um mundo novo
Sem ódios e sem intrigas.

Se eu pudesse pôr a Ciência
Ao serviço da união
Sem se ocupar da violência
E meios de destruição
Que tornam negra a existência.

Eu seria um mutualista
Decerto como nenhum,
Pois o mal que me contrista
Convertia em Bem comum
Indo da Paz à conquista.

Pudesse eu com minha trova
Amparar cada velhinho
E dar uma vida nova
À criança do caminho
A quem o mundo dá sova.

Não posso mudar o mundo,
Mas um simples trovador
Torna o mal menos profundo
Se espalha trovas de amor
assim como grão fecundo.

Eu arranco erva daninha
Fazendo a vida mais bela
Enquanto o mundo espezinha
Os mais e tudo atropela
Com sua ambição mesquinha.

Parecendo coisa inútil,
A Poesia é um tractor
E o Poeta, pra ser útil,
Semeia versos de amor
E não qualquer coisa fútil.

4.º PRÉMIO DE POESIA LÍRICA

Esc. 2.000$00 e Busto «Eça de Queiróz»

Autor: *José Afonso de Castro Bastos* - Vila das Aves

ODE AO MUTUALISTA

Mutualista, a tua fé é grande
Num mundo que será o que imaginas...
E a nós também a tua fé se expande
Enchendo o nosso peito de boninas!...

Sem ti, o universo, não enchia,
Pela ajuda fraterna que lhe dás,
Como não enche a própria luz do dia
Se a não doirar o sol das manhãs!...

A vida se antevê bem pessimista
Se alguém não lhe tecer outra moldura...
Por isso é que nasceste, ó Mutualista,
Por isso é que quem sofre te procura!

Cada passo que dás o mundo avança
Ao ritmo do amor e da verdade,
Porque é sempre p'lo bem que a gente alcança
A via que nos leva à eternidade!

E não há nem galáxia nem trovão
Que te vença a lisura das maneiras...
E dás a vida pela Associação
Em troca só de lutas e canseiras!

As tuas mãos erguidas são dois laços
Onde a esperança é cada vez mais forte!
— Quizesse o homem cobiçar teus passos
De mútua amizade e respeitoso porte!

Eivando o teu caminho de açucenas
Vai semeando o pão que hás-de ceifar...
Porque, p'ra ti, a vida não é apenas
a cómoda estagnação de vegetar!...

Por isso, ó meu amigo, ó meu irmão
De gestos nobres e de fala calma,
Aqui te deixo a minha saudação
Que não é mais que o éco da minha alma!

5.º PRÉMIO DE POESIA LÍRICA

Esc. 1.000$00 e Busto «Mário»

Autora: *Maria Eulália de Sousa Martins* - Vila Nova de Gaia

Tu jovem
A quem a vida sorri
Tu jovem
Que nunca sentiste fome de pão
Duma carícia ou dum gesto de ternura
Tu que nunca sentiste
O frio da solidão
E ris
Dos jovens que a teu lado passam
E se sentam nos bancos da escola
Ris porque têm cara de fome
Fome de amor que lhes não dão
Não rias
Estende-lhes a mão
Reparte com eles teu quinhão
Dá-lhes amor e compreensão
Defende-os das injustiças
Dos cegos p'la soberba e pela ambição
Junta-te a jovens
Como tu e como eles
Dêem-se as mãos
Construam um mundo novo
Um mundo sem fronteiras
E sem barreiras sociais
Um mundo em que
Se possa acreditar
Que todos somos iguais.

MENÇÃO HONROSA DE POESIA LÍRICA

Medalha Comemorativa do Centenário da Associação Vilanovense de Socorro Mútuo

Autor: *Alfredo Cabral*- Lisboa

PRESÉPIO DA MINHA INFÂNCIA

Quando eu era pequenino,
sem conhecer a maldade
nem o vício do pecado,
sem saber do meu destino
de poeta malfadado,
tive um presépio também:
— o colo de minha Mãe!

...Doce Natal do meu lar,
que não me sais da lembrança!
Quem me dera regressar
aos bons tempos de criança,
quando tu, ó minha Mãe,
teus olhos postos nos meus,
as mãos erguidas a Deus,
me ensinavas a rezar...
...Rezava pelos doentes,
rezava pelos leprosos,
tolhidos e cancerosos,
os infelizes, sem sorte,
que nascem aleijadinhos
e jazem entrevadinhos
no catre dum hospital,
cheios de pus e de chagas,
à espera que a Madre Morte
os liberte do seu mal...
Rezava pelos ausentes
que andam nas águas do mar,
em tempestades e perigosa...

Rezava pelos mendigos,
sem o calor duma brasa,
pelos irmãos pobrezinhos
que não sabem onde moram
porque não têm uma casa...
Rezava pelos que choram
pelos famintos sem pão,
pelos órfãos sem abrigo,
pelos tristes dos ceguinhos
que nunca viram a luz,
em perpétua escuridão;
por todos que em vão imploram
o alívio da sua cruz...
Pelos nossos inimigos
que tanta vez nos ofendem
com injúrias e com pragas;
pelos maus que não entendem
a lição fundamental
deste dia de Natal...

Da minha infância distante,
não te esqueci, vida fora,
eu te evoco nesta hora
meu presépio fascinante,
cheio de encanto e de luz,
em que tu eras Mãezinha,
a minha Nossa Senhora,
e eu era, Senhora minha,
o teu Menino Jesus!

1.º PRÉMIO DE SONETO

Esc. 5.000$00 Troféu «Comissão Municipal de Turismo»

Autor: *Dimas Lopes de Almeida* - Seixezelo (Carvalhos)

UNIÃO FRATERNA

Nas coisas pequeninas há grandeza
Quando se juntam em fraterna união.
Olha o céu e repara na beleza
Das estrelas rasgando a escuridão.

Parece ser a lei da Natureza
Que pôs, até no mais pequeno grão,
O branco pão que vai à nossa mesa
E tem, no próprio altar, consagração.

Das pequeninas uvas sai o vinho
E as pedras que pisamos no caminho
Só ganham resistência quando unidas.

É assim que através do Mutualismo,
Deixando a solidão e seu egoísmo,
Se juntam numa vida muitas vidas.

2.º PRÉMIO DE SONETO

Esc. 4.000$00 e Busto «Caridade»

Autora: *Maria Adriana da Cruz Guimarães* - Porto

«DE MÃOS DADAS»

O tempo vai passado, há milhares de anos!
Os dias e as horas e os minutos,
Segundos mesmo, dão só desenganos...
E eu, vejo-os passar d'olhos enxutos!

É uma longa espera, esta vida!...
Quem dera fôsse já o «amanhã»...
O dia, essa hora prometida
De bondade, justiça e vida sã!

Como tudo seria bem diferente
Se houvesse mais ajuda e compreensão
Se o mundo fosse justo e mais clemente!

De mãos dadas, cheias de humanismo
Sem olhar para a cor de qualquer mão
Com Amor e com Paz, em Mutualismo!

3.º PRÉMIO DE SONETO

Esc. 3.000$00 e Busto «Napolitana»

Autor: *Alexandre Rodrigues Fernandes* - Vila Nova de Gaia

TEORIA E PRÁTICA
(O VALOR DO MUTUALISMO)

Venham pomposas falas de profetas
Garantir, a quem sofre, um mundo novo;
As mentes sonhadoras dos poetas
Atraíam, com seus versos, todo o Povo;

Surjam as vidas que se dizem rectas,
Tão cheias de virtudes como um ovo,
A apontar, em «teoria», novas metas,
Da humanidade esp'rança de renovo;

Mesmo assim vale mais o MUTUALISMO,
Que, «praticando» o amor e o altruísmo,
Sempre aos outros estende a sua mão...

Socorrer mutuamente quem precisa,
Eis o supremo alvo da divisa
Que faz de cada homem um irmão!

4.º PRÉMIO DE SONETO

Esc. 2.000$00 e Busto «Isabel»

Autor: *Alexandre Rodrigues Fernandes*- Vila Nova de Gaia

NA HORA DA VERDADE...

Quando na vida sentes que, ao teu lado,
Teus amigos, sem dó, de ti fugiram.
Ao julgarem-te mais necessitado,
Agora que os teus bens diminuiram,

Quando te vês sozinho, abandonado,
Porque os outros teus rogos não ouviram,
E, deixando-te triste, desolado,
Em momento cruel não te acudiram,

Quando sentes que toda a humanidade
Se encontra mergulhada, em realidade,
Nas densas trevas dum feroz egoísmo,

Nessa hora de angústia e de revolta,
Em que as forças do mal andam à solta,
é que tu dás valor ao MUTUALISMO!...

5.º PRÉMIO DE SONETO
(ESC. 1.000$00 E BUSTO «MÁRIO»)

Autor: *Dimas Lopes de Almeida* - Seixezelo (Carvalhos)

CRISE DE CONSCIÊNCIA

Nossa crise actual é de consciência.
Já não existe Paz na Humanidade,
Porque os homens puseram sua ciência
Ao serviço da Guerra e da maldade.

Jesus pregou a Paz, fraternidade,
Mas o mundo mergulha em tal demência
Que o ódio hoje em dia tudo invade,
Por toda a parte impera só violência.

Preciso é fomentar o Mutualismo
Ou iremos cair em fundo abismo
Se os homens não deixarem de ser maus.

Numa tremenda luta fratricida
Nós vamos destruindo a própria vida
E reduzindo o Mundo a negro caos.

QUADRAS

1.º Prémio - Esc. 4.000$00
e Troféu «Associação Vilanovense de Socorro Mútuo»

Se estivesse em minhas mãos,
se as minhas mãos fossem fadas,
fadava todos os homens
para andarem de mãos dadas!

Autor: *Alfredo Cabral* - Lisboa

2.º Prémio - Esc. 3.000$00
e Busto «Caridade»

O mutualismo é semente
De resultado seguro:
Das migalhas do presente
Garante o pão do futuro

Autor: *José Rodrigues Canedo* - Porto

3.º Prémio - Esc. 2.000$00
e Busto «Eça de Queiroz»

Mutualismo ergue a bandeira
Do bem sempre renovado;
O homem que ajuda o homem
Tem sempre Deus do seu lado

Autor: *José Afonso C. Bastos* - Vila das Aves

4.º Prémio - Esc. 1.000$00
e Busto «Isabel»

Se todos somos irmãos
— E decerto que o seremos —
Vamos lá dar-nos as mãos,
Sentir a força que temos.

Autor: *Francisco Silva* - V. N. de Gaia

5.º Prémio - Esc. 1.000$00
e Busto «Mário»

Se grãos de areia são praia,
E gotas de água são mar,
O que pode ser a arraia
Quando se chega a juntar!

Autor: *Joaquim Moreira da Silva* - Sandim (Gaia)

MENÇÕES HONROSAS

Premiadas com medalha comemorativa do Centenário
da Associação Vilanovense Socorro Mútuo

Todo aquele que não ajuda
Nunca pode viver bem!
Pois se um dia a vida muda
Terá que pedir também

Autora: *Maria Adriana C. Guimarães* - Porto

O último fato é prenda
Da Associação de Socorros;
Nós damos só a fazenda,
Ela dá feitio e forros...

Autor: *José Rodrigues Canedo* - Porto

Por mais que na vida subas
Estende a mão aos de baixo:
Mutualismo lembra as uvas
Unidas no mesmo cacho

Autor: *Dimas Lopes de Almeida* - Seixezelo (Carvalhos)

— O SARAU ARTÍSTICO

— A DISTRIBUIÇÃO DOS PRÉMIOS DOS 1.os JOGOS FLORAIS MUTUALISTAS

— A ROMAGEM AO CEMITÉRIO E A MISSA DE SUFRÁGIO

O SARAU ARTÍSTICO

Na noite de 30 de Novembro de 1982, pelas 21,30 horas, teve lugar no Auditório Nacional do Teatro Carlos Alberto, na cidade do Porto, o Sarau Artístico para o qual tinham, sido distribuídos bilhetes aos sócios da Associação e tinham sido efectuados convites a entidades diversas, associações congéneres e vencedores dos jogos florais.

Os lugares do Auditório estavam totalmente preenchidos, havendo muitas pessoas que assistiam ao espectáculo de pé, nas coxias laterais da sala.

Nas duas primeiras filas de cadeiras sentavam-se os convidados especiais, como autoridades e representantes de entidades várias.

Entre outros, estavam presentes os senhores Coronel Rocha Pinto, Governador Civil do Porto, João José Rodrigues de Freitas, Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e o representante no Porto da Secretaria de Estado da Cultura.

Actuaram no Sarau, graciosamente, a ACADEMIA MUSICAL DE VILAR DO PARAÍSO, cujos alunos, superiormente dirigidos pelo seu Director, senhor Hugo Berto, executaram vários números musicais e corais, sempre calorosamente aplaudidos pela assistência, e o ORFEÃO DA MADALENA, que, regido pelo seu Director Artístico, senhor José Pereira de Castro, deliciou o público com a interpretação de alguns clássicos, primorosamente executados.

Teve, assim, o muito público presente no Auditório Nacional do Teatro Carlos Alberto, a dita de ouvir algumas composições de Chopin, Bizet, Rimsky-Korsakov, Bach, Schubert e Händel e, ainda, uma bela peça musical do distinto compositor gaiense, Professor César de Morais, que o grande coro da Academia Musical de Vilar do Paraíso, regido pelo autor, executou maravilhosamente.

A DISTRIBUIÇÃO DOS PRÉMIOS DOS 1.^{os} JOGOS FLORAIS MUTUALISTAS

Entre as actuações dos dois conjuntos que actuaram no Sarau, efectuou-se a distribuição de prémios aos vencedores dos Jogos Florais, a maioria dos quais estava presente.

Por entre os aplausos da assistência, encarregaram-se dessa tarefa os senhores Governador Civil do Porto, representante da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Presidentes da Assembleia Geral e da Direcção da Associação Vilanovense de Socorro Mútuo e Tesoureiro da mesma agremiação.

Encarregou-se da leitura dos poemas premiados o locutor da Rádio Renascença, senhor Fernando Rocha, a cargo de quem esteve a apresentação do Sarau.

A ROMAGEM AO CEMITÉRIO E A MISSA DE SUFRÁGIO

No dia 1 de Dezembro de 1982 efectuou-se a romagem ao cemitério de Mafamude.

Pelas 9,30 horas concentraram-se, para esse efeito, na sede da Associação, à Rua Marquês de Sá da Bandeira, os representantes de várias associações mutualistas, recreativas e desportivas do concelho, os Corpos Gerentes da Associação Vilanovense de Socorro Mútuo e muito público.

Organizou-se um cortejo, que era aberto pela charanga dos Bombeiros Voluntários de Coimbrões, com o seu simpático grupo de «majorettes».

Seguiam-se os porta-bandeira das colectividades presentes e, finalmente, o restante público.

O cortejo, anunciado pelo som estridente dos clarins da fanfarra, encaminhou-se para o cemitério de Mafamude onde, junto ao cruzeiro, usaram da palavra os senhores Serafim

Rodrigues Canedo e Germano Augusto Nascimento, respectivamente Tesoureiro da Direcção e Presidente da Assembleia Geral da Associação, que se referiram, com palavras do maior respeito, aqueles que tendo servido a mutualidade dela tinham sido afastados pela morte, ali repousando para sempre.

Acabada a romagem, todos se dirigiram para a Igreja Paroquial onde os reverendos Manuel Vaz, pároco de Mafamude, Fernando Queiróz, pároco de Santo Ovídio e Manuel Romero Vila, rezaram missa sufragando a alma dos dirigentes e sócios da Associação já falecidos.

À homilia o Reverendo Manuel Vaz teve palavras de louvor para todos quantos tinham servido a Associação e que a morte levara, não deixando de pôr em destaque a valia deste tipo de agremiações em que os homens se dedicam ao auxílio dos seus semelhantes.

O Coro infantil da Academia Musical de Vilar do Paraíso actuando durante o Sarau Artístico

Algumas das bandeiras de colectividades que tomaram parte na romagem ao Cemitério de Mafamude

O Tesoureiro da Associação discursando na romagem ao Cemitério de Mafamude

Um aspecto da romagem ao Cemitério de Mafamude

Outro aspecto da romagem, junto ao Cruzeiro do Cemitério

A SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DAS FESTAS

Na quarta-feira, dia 8 de Dezembro, teve lugar, no Salão Nobre da Associação, a Sessão Solene de encerramento das comemorações do Centenário.

Pelas 15 horas foi constituída a mesa de honra, sob a presidência do representante do senhor Presidente da República, **Dr. Caldeira Guimarães**, chefe da Casa Civil da Presidência da República, que tinha à sua direita os senhores **Dr. Luís Barbosa**, Ministro dos Assuntos Sociais, **Germano Augusto Nascimento**, Presidente da Assembleia Geral da Associação, **Dr. Francisco Ribeirinho**, Adjunto do Ministro dos Assuntos Sociais, **Dr. Cícero Vicente Galvão**, Chefe dos Serviços de Tutela e Apoio às Instituições Privadas de Segurança Social, **Major Barbosa**, representante do Comandante do Regimento de Artilharia da Serra do Pilar, **Professor Manuel Pires Veloso**, Provedor da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, **Horácio Lourenço**, representante da Associação Cultural Amigos de Gaia; e à sua esquerda, os senhores **Coronel Rocha Pinto**, Governador Civil do Porto, **Engenheiro Hermenegildo José da Silva Tavares**, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, **Manuel Moreira**, Deputado à Assembleia da República, pelo Círculo do Porto, **António Coutinho da Fonseca**, Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, **Fernando Vieira**, Presidente da Junta de Freguesia de Mafamude, **Serafim Canedo**, representante do Conselho Municipal de Vila Nova de Gaia e **Inácio Santos Vizeu Júnior**, da Comissão de Honra das Festas.

Em lugares especiais, na teia, estavam o **Reverendo Padre Manuel Vaz**, em representação de sua Reverência o senhor Arcebispo-Bispo do Porto, o senhor **Dr. Carlos dos Santos Vale**, orador oficial da sessão e o senhor **Francisco António Marques da Silva**, da Comissão de Trabalho das Festas.

Era magnífico o aspecto do Salão Nobre, que se encontrava repleto de público, onde sobressaía elevado número de senhoras.

Antes da abertura da sessão foi lido um telegrama do Exmo. Senhor **Dr. Azeredo Perdigão**, da Fundação Calouste Gulbenkian, que era do seguinte teor:

«AGRADEÇO AMÁVEL CONVITE V. EXAS. ME ENDEREÇARAM PARA SESSÃO SOLENE PRÓXIMO DIA OITO PONTO NÃO POSSO INFELIZMENTE ESTAR PRESENTE PONTO RESTANTES ASSUNTOS CONSTANTES VOSSA CARTA FORAM ENVIADOS MEU COLEGA ADMINISTRADOR PELOURO SAÚDE E PROTECÇÃO SOCIAL PARA ESTUDO E INFORMAÇÃO PONTO MELHORES CUMPRIMENTOS».

A SAUDAÇÃO AOS CONVIDADOS E AO PÚBLICO

Aberta a sessão, usou da palavra o senhor **Germano Augusto Nascimento**, Presidente da Assembleia Geral da Associação Vilanovense de Socorro Mútuo, que agradeceu a presença das autoridades civis, militares e religiosas, bem como do público que assistia à sessão, e que, depois de tecer algumas considerações sobre o Mutualismo, fez o elogio do orador oficial, senhor Dr. Carlos dos Santos Vale.

A ORAÇÃO OFICIAL

Usou então da palavra aquele orador que, depois de cumprimentar os membros da mesa e a assistência, proferiu brilhante oração, que foi longamente ovacionada por todos os presentes, e cujo texto adiante se transcreve.

A INTERVENÇÃO DO SENHOR MINISTRO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

O senhor **Dr. Luís Barbosa**, que se seguiu no uso da palavra, proferiu um discurso de improviso, focando actividades dos serviços dependentes do seu Ministério e referindo as muitas dificuldades com que tais serviços — sobretudo a Segurança Social — se debatem.

Elogiou as actividades mutualistas, que disse bem conhecer desde os seus tempos de moço, e referiu que haveria sempre lugar para este tipo de previdência privada, a despeito da existência da Segurança Social oficial.

Aspecto geral da Mesa de Honra da Sessão Solene de encerramento das festas

O senhor Dr. Luís Barbosa, Ministro dos Assuntos Sociais, usando da palavra durante a Sessão Solene

Mais referiu que, no seu entender, haveria que aproveitar e fomentar a ambas, tornando-as complementares uma da outra, para o que, aliás, — afirmou — fora mesmo publicada já legislação apropriada.

Terminou endereçando saudações à Associação Vilanovense de Socorro Mútuo pelo seu Centenário e fez votos para que muitos anos mais se sigam na actividade da Associação para bem do mutualismo.

A assistência dispensou às palavras proferidas pelo senhor Ministro uma prolongada salva de palmas.

DESCERRAMENTO DE FOTOGRAFIAS DE SERVIDORES DA ASSOCIAÇÃO

Coube, então, a palavra ao Tesoureiro da Associação em festa, senhor Serafim Rodrigues Canedo que, em improviso pleno de entusiasmo, se referiu à Associação, a muitos homens de bem que a serviram e, de modo especial, à fraternidade que deve imperar entre os seres humanos.

Informou que interviera na sessão porque lhe coubera desempenhar-se da grata tarefa de prestar homenagem a alguns dos servidores da casa, cujas fotografias iriam ficar, na galeria de retratos, atestando a gratidão de sócios e dirigentes por aquilo que tinham feito pela mutualidade.

Assim, com breves referências a cada um dos homenageados por parte do orador, foram sendo descerradas, perante os aplausos da assistência, as seguintes fotografias:

— Do DOUTOR JOAQUIM FRANCISCO PEDROSA JÚNIOR
(por seu filho, Dr. Joaquim R. Oliveira Pedrosa)

— Do DOUTOR ANTÓNIO COELHO JÚNIOR
(por seu filho Dr. António J. Coelho da Silva)

— Dos COMPONENTES DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA QUE DIRIGIU A ASSOCIAÇÃO DE 1938 A 1945 (UM CONJUNTO COM OS SENHORES **Alcídes Ferreira, Antero Sousa Leite, Camilo Bento Monteiro, Gilberto Ferreira da Silva, Higino Santos, José Pereira da Silva e Manuel Pinto Canedo)**
(pelo senhor Inácio Santos Vizeu Júnior)

— De JOSÉ MENDES DA ROCHA
(pelo Presidente da Direcção da Associação, senhor Daniel Macedo Baptista)

O ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Terminado o descerramento das fotografias, o senhor Dr. Caldeira Guimarães, teceu brevíssimo comentário às festas em curso, felicitando, em nome do senhor Presidente da República, que ali representava, os Corpos Gerentes da Associação Vilanovense de Socorro Mútuo pela valiosa efeméride que se festejava.

Em seguida declarou encerrada a sessão.

Seguiu-se um ligeiro beberete servido aos convidados na secretaria da Associação, onde, em franco convívio, se marcou o acto festivo, com o corte e serviço de bolo de aniversário e com alguns brindes pelo progresso da agremiação aniversariante.

Aspecto parcial da assistência à Sessão Solene de encerramento das festas

A ORAÇÃO OFICIAL

PROFERIDA

PELO SENHOR

DOUTOR CARLOS SANTOS VALE

ORAÇÃO OFICIAL PROFERIDA PELO SR. DR. CARLOS SANTOS VALE

Senhor representante de S. Ex.ª o senhor Presidente da República
Senhor Ministro dos Assuntos Sociais
Senhor Governador Civil
Senhor Presidente da Câmara
Exm.as autoridades civis, militares e religiosas
Senhores dirigentes de instituições Mutualistas e outras Associações
Senhores dirigentes da Associação Vilanovense
Minhas senhoras e meus senhores:

Seria muito grato para nós saudar pessoalmente nesta ocasião o senhor Presidente da República, quando se procede ao encerramento das Comemorações deste período festivo da Associação Vilanovense de Socorro Mútuo.

Na verdade, saudar o senhor Presidente da República seria o mesmo que saudar a própria Pátria, nesta hora alta e solene de um grande jubileu, quando esta Associação celebra o seu 1.º Centenário num momento em que se casam as virtudes do passado com as realidades do presente e onde também perpassam as esperanças do futuro.

Todavia, está V. Ex.ª aqui como um símbolo e não somos só nós a exprimir-lhe um cumprimento.

É toda a gente que enche este salão e que se levanta para aclamar V. Ex.ª na qualidade em que está investido.

1 — Andam hoje aqui palavras universais no clarão e no esplendor do centenário em que todos — e muitos são! — em que todos, dizia, são poucos para glorificar e exaltar uma efeméride tão significativa e, ao mesmo tempo, tão cheia de simbolismo.

Nesta comemoração não há somente o fulgor das expressões e dos votos; há também, e, sobretudo, o valor das obras e o mérito das acções.

Entretanto, quero saudar respeitosamente V. Ex.ª nesta terra de Vila Nova de Gaia, uma terra de 250 mil habitantes, de tradição neolítica, que firmou a sua história desde o fundo dos tempos, como atestam documentos insuspeitos.

É aquela terra a que se reportava Idácio, que fôra a **Portucale castrum antiquum** do Concílio Lucense, em 568, e a **Villa de Portugal** que, no século X, mais precisamente em 922, o Rei D. Ordonho II, no instrumento da **donatio amplissima** doara com outras terras ao bispo resignatário de Coimbra, D. Gomado, recolhido então no Mosteiro de Crestuma, uma **Villa de Portugal** que estava marcada em seus limites e termos por outras vilas, as de **Mahamuti** e de **Colimbrianos** (Mafamude e Coimbrões).

Afinal, é uma terra que vem do Castelo romano de Caio Lélio, a terra da falada Lenda do Rei Ramiro, onde paira pelo menos como facto certo uma expedição marítima com uma luta entre um rei cristão e um rei mouro, Abencadão.

O rei árabe Alboaçar fora vencido através de um estratagema, numa lenda empolgante que João Vaz de Évora exaltou no seu «Romance de Gaia» e que a freira portuense Bernarda Ferreira de Lacerda também enaltecera.

Diga-se que é uma lenda dos ciclos cavalheirescos que o Livro de Linhagens recolheu e que, já mais perto de nós, Almeida Garrett cantou no poema «Miragaia». Vila Nova de Gaia, a grande urbe do nosso tempo, fôra **in illo tempore** cidade romana, a **Cale**, que andou pendurada num socalco, frente à curva do rio, como Garrett assinala no «Arco de Sant'Ana».

Gaia é a terra que D. Afonso III e D. Dinis, em seus forais, encheram de isenções e privilégios para agravar o Bispo: **A Mea Villa de Gaya** e a **Villa Nova de Rey**, que veio a ser a **Villa Nova depar de Gaya.**

Digamos ainda que é uma terra que socorreu o Defensor do Reino e que acolheu o Prior do Crato num momento difícil e que, no princípio do século passado, sofreu as invasões napoleónicas e que até colaborou na construção de uma ponte de barcas para dar

passagem às tropas anglo-lusas na perseguição aos soldados do general francês e, logo a seguir, com as guerras liberais, conquistou um título — **Polacos da Serra** — que é um galardão atribuído por D. Pedro IV, por grandes feitos obrados pelos Vilanovenses durante o cerco.

Estiveram nessa luta Garrett e Herculano, além do tribuno de Aveiro, José Estevão, que fôra sargento de artilharia, e ainda Manuel Bento Rodrigues, natural de Santa Marinha, encarregado da crónica dos combates, que veio a ser Cardeal Patriarca de Lisboa.

Digamos também que este burgo é terra de grandes nomes da escultura, como Afonseca Lapa, Soares dos Reis, Fernandes de Sá, Teixeira Lopes, Diogo de Macedo, Sousa Caldas, Henrique Moreira e outros mais.

Esta terra foi sempre terra de monges, de soldados e de artistas, como é também senhora e dona desse tesouro chamado Vinho do Porto, que é mais exactamente Vinho do Douro, o nosso grande Embaixador.

Senhor Ministro dos Assuntos Sociais:

2 — A presença de V. Ex.ª, senhor Ministro, constitui uma grande distinção, uma honra insigne, até porque essa presença significa de alguma maneira que o Governo da Nação se interessou pelas cerimónias e pelas comemorações, tomando directamente parte nelas e de um modo relevante.

No conhecimento da obra de V. Ex.ª quero transmitir-lhe as homenagens respeitosas da minha admiração.

Senhor Governador Civil:

Sabe V. Ex.ª dos sentimentos que muitos Vilanovenses lhe tributam, em simpatia, em respeito, em dedicação.

Não sou eu apenas a revelar essa nota que os povos de Vila Nova lhe tem manifestado.

Tem sido uma constante na administração do distrito.

Peço, senhor governador, para aceitar o meu melhor preito.

Senhor Presidente da Câmara:

É devida a V. Ex.ª uma palavra de agradecimento e de merecida vassalagem pelo esforço que tem desenvolvido nas suas tarefas, sempre com seriedade, com descrição, sem sensacionalismos.

Quero transmitir-lhe neste dia todo o apreço e carinho pela boa vontade de que tem dado provas, no aspecto do cumprimento da Lei, deixando-lhe a melhor saudação com os protestos da minha amizade.

A todas as demais autoridades civis, militares e religiosas, associações mutualistas, culturais ou de recreio, envolvendo também os corpos directivos da instituição em festa e todos os convidados, quero deixar também os meus cumprimentos de muito respeito e a manifestação do meu maior apreço.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

3 — 8 de Dezembro de 1882!
8 de Dezembro de 1982!
Um centenário...

Duas datas afastadas e duas épocas diferentes: — Ontem, um facto do fim do séc. XIX, com sabor puramente idealista; agora, um acto do presente, uma realidade viva do fim do séc. XX, um passo do historial da Associação que continua a viver encorporada nas experiências vindas do passado, numa perseverança que é razão do seu poder e numa disciplina que é fundamento do seu triunfo.

O senhor Dr. Carlos Vale, quando proferia a Oração Oficial da Sessão Solene de encerramento das festas

Esta Associação Vilanovense durante esse tempo teve os seus génios, as suas figuras imortais, que foram e ainda agora são suas glórias, que podem dizer-se porventura seus deuses tutelares.

Andam aí sentimentos de fraternidade, não só local, mas também nacional, que — em sua humanidade e em seu sentido cristão — assumem aspectos de grande solidariedade.

Esta data da fundação de uma instituição mutualista é também uma data dedicada pela igreja a fazer invocação e homenagem a que fora consagrada como padroeira de Portugal!

A Senhora da Conceição, orago da Igreja de Santa Maria do Castelo de Vila VIçosa, foi instituída como padroeira do Reino nas Cortes de 1646, à sombra dos desígnios de D. João IV.

O Papa Pio XII até publicou uma encíclica em que destinou tal dia — na sua excelsa invocação — para as preces dos povos católicos pela Paz Mundial que se quereria fundada — em vez das armas ou do poder — na justiça, na caridade e no perdão.

Façamos nós o voto de que o Sol, grande senhor dos momentos felizes, possa cobrir a instituição com o seu calor e as suas bençãos.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

4 — Quando estivemos aqui, na comemoração do nonagésimo aniversário da Associação, na noite de 7 de Dez.º de 1972, neste mesmo salão exprimimos um voto dizendo assim:

«Oxalá possamos voltar aqui quando a Associação celebrar o grande jubileu do seu Centenário para com ela nos congratularmos, com a esperança que desejamos seja certeza de a encontrarmos mais rica e mais próspera, mais jovem e mais forte».

Efectivamente, a predição não iludiu as nossas crenças, nem a nossa fé.

Cá estamos todos, neste dia de feriado nacional e da padroeira, a comemorar como facto extraordinário este passo de uma instituição prestimosa na passagem dos 100 anos.

Dissemos todos... Mas afinal, nem todos! Faltam alguns.

Digamos por eles: presente!

Aqui viemos de novo para nos congratularmos na certeza de encontrarmos a Associação mais rica de sentimentos, mais próspera e até mais opulenta em seus ideais, além de se mostrar mais moça e com maior pujança.

E é assim que a instituição se vai esquecendo de festejar a sua velhice.

Ao contrário dos homens, à medida que avança nos anos, cada vez rejuvenesce mais e cada vez mais se fortifica. Festejemos, pois, a sua juventude!

5 — Na primeira metade do século XIX, como se tem dito, apareceu, em Portugal um surto de idealismo mutualista, que resultara por ventura das ideias difundidas pelos franceses no tempo das invasões.

Surgiu daí um movimento de associativismo que tinha em vista desenvolver a fraternidade e, em solidariedade, ensaiar uma prática de assistência mútua, que se estendeu até ao último quartel.

Começou aí a escrever-se a história da Associação Vilanovense e a vertebrar-se a força da sua unidade e até mesmo da sua espiritualidade.

E posta esta evocação digamos que esta instituição mutualista, um grande movimento de associativismo, principiou a defenir-se e a impor-se.

E depois — além de outros aspectos — em colóquio permanente de pessoas de boa vontade, dominadas por um ideal que dispunha da força de um **quid** humaníssimo — em seus postulados universais — promoveu a boa compreensão e prosseguiu num giro de fraternidade entre os seus sócios.

Foi por esse tempo que se fundaram no país diversas associações desse tipo. Entre outras fundaram-se, em 1807, o **Montepio do Senhor Jesus do Bonfim;** em 1822, o **Montepio** denominado de **Jesus, Maria, José;** em 1834 outro **Montepio,** o da **Associação Filarmónica;** cinco anos depois, em 1839, a **Sociedade dos Artistas Lisbonenses** e, logo no ano seguinte, em 1840, apareceu a grande instituição, que o tempo consagrou definitivamente: o **Montepio Geral,** uma Caixa que na sua evolução tomou uma dimensão tão importante que é hoje, verdadeiramente, um dos expoentes de mais prestígio no mundo do mutualismo.

O desenvolvimento desse associativismo foi tomando maior expressão e, em 1876, na cidade de Lisboa, já se organizava um grupo grande de associações da mesma matriz, à volta de 85, que congregava 30 mil filiados.

Surgiram depois inúmeras Associações dessas o que levou o Estado, em face do fenómeno e do incremento que tomaram, a promover o seu reconhecimento, institucionalizando-as como associações mutualistas.

No reinado de D. Luís, com a portaria de 6 de Julho de 1874, veio a dar-se uma definição para tais associações, determinando ainda o seu enquadramento.

E, com o decorrer do tempo, esse movimento mutualista de transcendente humanismo foi sendo regulamentado com a publicação de portarias, de decretos e de cartas de lei.

6 — Foi a cidade do Porto, em 1904, que teve a dita de organizar um 1.º Congresso para, em 1906, surgir o segundo em Lisboa.

Então, em 1911, ainda na capital do país, decorreu o **Congresso Nacional de Mutualidade,** estando aí representadas mais de trezentas instituições.

Tal Congresso teve a ajuda do Governo do tempo e foi apoiado pelos líderes políticos do momento, entre outros o Dr. Teófilo Braga, — que era Presidente da República na altura do chamado governo provisório — conjuntamente com Brito Camacho e o Dr. Bernardino Machado, respectivamente ministros do Fomento e dos Negócios Estrangeiros.

O Congresso de então foi um sucesso e produziu grande eco tal qual o foram agora as primeiras Jornadas Mutualistas de VIla Nova de Gaia.

No ano de 1911 havia em Portugal grande número de Associações, à volta de 700.

Revelaram-se como extraordinários mutualistas, em abnegação e em serviço, Costa Goodolfim, Jorge Boaventura, João Pinto de Azevedo, António dos Santos Pousada, Manuel José da Silva e outros. Façamos homenagem à sua memória. Todos eles foram magníficos propagandistas do associativismo.

Vieram a fundar-se muitas cooperativas, especialmente no domínio escolar, com o objectivo de prestarem assistência na doença e na invalidez, além de outras modalidades.

7 — Estamos a celebrar um centenário e não podemos atribuir a um acontecimento desta natureza uma pena de silêncio, com o fundamento de que já antes se fizeram comemorações.

Pensamos que é preciso lembrar o passado pois é nele e com ele que muitas vezes se revelam belas lições que conduzem aos êxitos do futuro.

Lembremos que esta Associação Vilanovense de Socorro Mútuo nascera na cidade do Porto, na rua das Flores.

Nascendo portuense, veio a ser vilanovense, por determinação dos sócios que, na sua maioria, eram de Gaia e que acabaram por decidir a transferência.

Estamos a pensar no quanto trabalharam para a instituição os que morreram e quanto fizeram muitos dos ainda vivos.

As gerações do futuro hão-de falar de uns e doutros e a Associação de agora será ainda mais extraordinária e mais espantosa, num traço luminoso a juntar o mundo de ontem com o mundo de hoje.

Podemos dizer que a fundação da instituição e a sua expansão são como uma epopeia de associativismo.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

8 — Penso que a Direcção desta Associação Vilanovense deve sentir-se orgulhosa e feliz por ter conseguido realizar comemorações à altura das suas tradições, recebendo ilustres convidados em seu paço nobre e levando a cabo realizações admiráveis.

A Associação, ao comemorar este jubileu e ao fazer agora o encerramento, evocou ao mesmo tempo a fundação desse movimento incomparável, festejando também o seu triunfo e a sua glória.

E tudo aconteceu neste ambiente de grandeza, emoldurado pelas senhoras que trouxeram aqui a sua graça e a sua simpatia, conjuntamente com as ilustres autoridades do distrito e do concelho, que lhe emprestaram solenidade, assim como com todos os convidados que se apresentaram para a honrar, trazendo-lhe o seu carinho e o seu aplauso.

Com tal moldura e tais presenças esta sessão tinha necessariamente de ser solene, a fim de ficar registada em seus anais.

Ao recordarmos agora essa data de 8 de Dezembro pode dizer-se que ainda se reconhece muito ao vivo a tinta que escreveu as mensagens de 1882, com o aval e o previlégio dos pioneiros que se associaram generosamente para serem aliados numa tarefa comum: a de dar largas e propagandear o mutualismo e as suas virtudes, em sacrifício, em dinamismo, em cooperação, e, em suma, em altruísmo.

E o certo é que as labaredas que foram ateadas pelos primeiros sócios ainda agora permanecem acesas e, em seu clarão portentoso, como elemento criador de novas energias, ainda crepitam na alma das gentes de hoje.

Esta Associação Vilanovense, de tão nobres tradições, pretendeu sempre conduzir os homens do seu meio para situações de compreensão, de paz e de solidariedade.

Devemos com todo o respeito curvarmo-nos aqui, em agradecimento e em admiração, diante da memória daqueles que fundaram e fizeram grande esta instituição.

9 — Ao auscultar as realidades e as necessidades do homem, quando desprotegido e deserdado, há que amparar e redimir o que anda em lástima num compasso de espera a clamar pela Justiça, a chamar pela liberdade e a procurar a luz.

A sublimidade da imolação e do próprio martírio não excluem, antes impõem, a caridade, a filantropia e o amor.

O mutualismo é constituído por uma universalidade de princípios que se exercitam na prática dos seus ideais e objectivos.

É da Declaração Universal dos Direitos do Homem que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

Todos são dotados de razão, todos servidos por uma consciência que se deseja bem formada, com capacidade para agir em espírito pleno de irmandade.

Os homens, desde o nascimento, aparecem marcados com a dignidade inerente à sua condição e à sua personalidade, quanto a uma vocação comum de liberdade, além da igualdade de direitos e da faculdade de tratamento fraternal por parte dos outros.

Todavia, o espectáculo de tantas guerras e a visão de tantas violências comprovam que a humanidade, em sua rota milenária, ainda não encontrou o caminho verdadeiro, quer no plano político, quer no religioso ou no social, até mesmo no campo moral.

Como é manifesto o homem não progrediu na mesma medida das conquistas que alcançou na ordem científica.

Após um percurso tão longo e tão árduo, ainda não se viu que a pessoa humana tivesse alcançado o primado da sua verdadeira condição.

Bem se apregoam os direitos do homem e as nações acabam por subscrever convenções internacionais, assumindo compromissos que tem em vista assegurar essa protecção.

Se é certo que os países têm ratificado as convenções e os factos exarados na Assembleia das Nações Unidas, em matéria de Direitos Humanos, a verdade é que nem sempre se comportam com o respeito exacto pelos princípios.

Uma coisa é o rubricar dos instrumentos e dos acordos convencionais, outra coisa são as realidades e as conveniências de cada qual.

Entretanto, o que se vê por aí são atropelos de toda a ordem, desrespeito pelo que fora clausulado e aceite nos pactos.

É que a paz nas coisas que se ambiciona não está ainda radicada e implantada previamente nos espíritos.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

10 — O mutualismo tem uma dimensão humanitária importante, mau grado ser pouco conhecido do grande público.

Ainda recentemente esta Associação Vilanovense desenvolveu actividade de muito relevo na organização das já citadas Jornadas Mutualistas de Vila Nova de Gaia, que devem ter contribuído para o esclarecimento de muitos.

Diga-se ainda que as Associações mutualistas viveram quase sempre da quotização dos seus associados, sem rendimentos alheios e sem subsídios, o que lhes confere um carácter **sui generis**.

Esta Associação, com cerca de 55 mil filiados, tem ainda uma quota da ordem dos 20$00, que é o preço de um jornal diário.

A verdade é que as dificuldades económicas que têm avassalado o mundo atingiram igualmente o mutualismo e até se diz que — além dos aspectos financeiros — algumas Associações se debatem numa crise de dirigentes, carecendo ainda de outros meios.

Estamos em crer que o movimento abrange presentemente em Portugal uma massa de 600 mil pessoas, sabendo-se entretanto que a grande ameaça para tais instituições é a idade média dos seus filiados que anda estimada na roda dos 50 anos, o que não será de bom augúrio.

No mutualismo, como já se tem dito, fundadamente, em vez da chamada **caridade**, de que algumas vezes se fez questão, criou-se um sistema de associativismo que tem para o homem maior alcance e porventura mais dignidade.

A esmola foi de algum modo substituída pelo direito ao socorro e à ajuda mútua; em vez de uma caridade mal entendida tem-se procurado fazer o recurso à previdência, conforme as teses que desde longe se têm defendido.

As Associações mutualistas, no limiar das suas actividades, andaram empenhadas e voltadas apenas para o auxílio nas despesas de funeral.

Mas, a partir daí, alargaram a sua acção até alcançarem a assistência médica e medicamentosa, como sucedeu nesta Associação, para se conseguir instalação de uma **Farmácia** e de uma **Caixa Económica** balanceada para a concessão do crédito, mas especialmente para a arrecadação de dinheiros e valores.

Além disso, após conversações bem orientadas e de boas perspectivas conseguiu alcançar há anos uma meta de unidade até ao ponto de se agruparem naquilo que denominaram a **Liga das Associações**, que foi uma iniciativa feliz e do maior alcance.

11 — As enciclopédias definem o **Mutualismo** como «um sistema de mutualidade, de solidariedade social, que Proudhon opunha ao economismo doutrinário de Bastiat e ao socialismo autoritário de Luis Blanc» enquanto a lei dá referência dos **Socorros Mútuos** como sendo «associações ou instituições de previdência, de capital indeterminado, de duração indefinida, e número ilimitado de sócios, que tem uma base fundamental que é o auxílio recíproco ou mútuo».

As instituições como esta, que se distiguem pela sua força idealista e criadora, projectam-se na própria vida da comunidade e assumem um papel preponderante na educação popular e no seu crédito.

De resto, o Mutualismo, tem mostrado na sua grandeza uma tradição e até uma alma.

A tradição é a força da sua unidade e da sua disciplina.

A alma, na beleza dos seus propósitos, anda impregnada de fraternidade e de solidariedade.

Ouvimos falar num **sistema obrigatório de protecção social** mas não acreditamos que o Estado possa substituir com êxito a iniciativa privada. Onde encontramos a dedicação desinteressada e generosa enquanto que o Estado nem sequer dispõe de quadros capazes de corresponder às necessidades.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Chegamos ao fim.

Quando esta Associação conquistou o bom nome de que goza e alcançou a expressão de que disfruta; quando o seu trabalho alcançou a notoriedade que a impôs à admiração geral; quando os homens a favorecem com louvores e lhe fazem agradecimento; quando tomou iniciativas válidas que a impuzeram ao respeito de todos, não há palavras que sirvam para lhe marcar a glória.

Só nos resta inclinarmo-nos com emoção e quedarmo-nos silenciosos.

8 de Dezembro de 1982

ALGUMAS NOTAS PARA A HISTÓRIA DAS COMEMORAÇÕES

A cobertura dos vários números das festas foi feita pelos órgãos de comunicação social
Assistiram e relataram as diversas manifestações, os jornais, a rádio e a televisão. Esta última incluiu mesmo num dos seus programas uma pequena entrevista, efectuada ao vivo, com o Presidente da Assembleia Geral da Associação.

R eferência sem dúvida merecida deve-se ao pessoal da Secretaria da Associação que, em boa verdade, foi incansável, nunca recusando esforços em toda a grande actividade que a organização das comemorações requereu.

E os últimos serão os primeiros — cabe ainda a referir a simpatia com que o Senhor Presidente da República, General António Ramalho Eanes, recebeu os representantes da Associação que o foram convidar.
Não pôde Sua Exa. — porque iria deslocar-se ao estrangeiro — estar presente na Sessão Solene.
Todavia, a par das felicitações que apresentou aos nossos enviados garantiu-lhes, desde logo, que se faria representar no encerramento das festas, como efectivamente aconteceu.

N ão se furtaram a esforços os Corpos Gerentes da Associação para que o Centenário da mesma fosse devidamente comemorado. Assim, nomeadas várias comissões, desde Março de 1982 que começaram as reuniões de trabalho, as quais — perto de uma vintena — se processaram sempre com o maior interesse.

M uitas foram as boas-vontades encontradas. Desde o Ministério dos Assuntos Sociais até à Fundação Calouste Gulbenkian, passando pela Secretaria de Estado da Segurança Social, pelo Governo Civil do Porto, pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, e pela Junta de Freguesia de Mafamude, sempre as portas se abriram e sempre se ouviram palavras de incitamento e de amizade.

O esforço financeiro foi grande. Muitas as despesas realizadas. Mas a Associação contou com a compreensão e ajuda das mais diversas entidades, tendo recebido dos corpos administrativos as seguintes ajudas financeiras:
Governo Civil do Porto — Esc. 100 000$00; Câmara Municipal de V. N. de Gaia — Esc. 100 000$00; Junta de Freguesia de Mafamude — Esc. 100 000$00.

U ma ajuda bem curiosa e muito simpática foi a do **BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA.**
Na verdade, a Associação solicitou a todos os Bancos estabelecidos em Vila Nova de Gaia, uma ajuda que lhe permitisse fazer face às despesas com a comemoração do Centenário.
Houve dois que corresponderam ao pedido: Banco Borges & Irmão, que ofereceu algumas pastas em cartão e canetas esferográficas, e o **Banco Espiríto Santo e Co-**

mercial de Lisboa, que concedeu um valioso subsídio de Esc. 50 000$00. Quis assim, este conceituado Banco, indiscutívelmente um dos mais importantes do país, colaborar com uma associação mutualista, dizendo-nos, com o seu gesto, que, se ganhar dinheiro com a gente do concelho é um dos seus objectivos, também não fica insensível às manifestações honradas com que os gaienses gostam de comemorar as suas efemérides.

Bem haja pois o BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA, e que Vila Nova de Gaia saiba corresponder ao seu bonito gesto.

Decidiu a Associação mandar cunhar uma medalha comemorativa do Centenário. Para o efeito encarregou da sua concepção e desenho o artista gaiense, Professor Isolino Vaz.

A medalha de bonitas linhas, apresenta no anverso, entre duas árvores, a figura de uma mulher semi-desnudada, tendo ao colo uma criança, em alegoria às tarefas mutualistas da Associação e, no reverso, a fachada do edifício da sede social, com a palavra «CENTENÁRO» e as datas «1882-1982».

Tem 90 mm de diâmetro, está cunhada em liga de bronze e a tiragem foi de 500 exemplares, devidamente numerados. Ficará assim a efeméride devidamente registada para a posteridade, em mais um aspecto que poderá interessar a muitos e, de maneira especial, àqueles que gostam de coleccionar testemunhos de acontecimentos marcantes.

Uma palavra muito especial é devida aos participantes nas 1.as Jornadas Mutualistas de Vila Nova de Gaia e, de modo particular ao Exmo. Snr. Dr. Vicente Cícero Galvão. Foi à sua participação e ao interesse que evidenciaram que as Jornadas ficaram devendo o grande brilho que atingiram.

Após o descerramento das fotografias dos Doutores António Coelho Jún. e Joaquim Francisco Pedrosa Jún. e do senhor José Mendes da Rocha, vendo-se o Tesoureiro da Associação entre os filhos dos dois primeiros homenageados

ÍNDICE

Intróito 7
Festas Comemorativas do 1.º Centenário da Associação Vilanovense de Socorro Mútuo
«Comissões das Festas» 9
Programa Geral das Comemorações 13
Associação Vilanovense de Socorro Mútuo
Um Século de Mutualismo 17
O Mutualismo e a sua Função Social 23
1.as Jornadas Mutualistas de Vila Nova de Gaia 27
Discurso proferido pelo Secretário de Estado da Segurança Social, Dr. Bagão Félix 30
Comunicação apresentada pelo Dr. Cícero Vicente Galvão, Director dos Serviços de Tutela e Apoio
às Intituições Privadas de Segurança Social 35
Comunicação apresentada pelo Sr. Luís Alberto de Araújo Carneiro, Presidente da Assembleia Geral da Liga
das Associações de Socorro Mútuo do Porto 45
Comunicação apresentada pelo Sr. Gastão Henriques da Silva, Presidente da Direcção da Associação de
Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio e Indústria de Lisboa 50
Comunicação apresentada pelo Economista Dr. José Pinto de Almeida Soutinho 53
Comunicação apresentada pelo Sr. Francisco António Marques da Silva 55
Comunicação Apresentada pelo Sr. António José Martins Dias Cardoso, da F.N.A.S.M. - Federação Nacional
das Associações de Socorros Mútuos, de Coimbra 58
Conclusões apresentadas pelo Secretariado e aprovadas pelos Participantes nas Jornadas 62
1.os Jogos Florais Mutualistas 65
O Irreverente (conto) 68
Palavras à Solta (conto) 70
Solariedade (conto) 72
A Prenda de Angélica (conto) 74
Mutualismo com Amor! (conto) 76
A «Associação» (menção honrosa de conto) 78
Recrutamento (poesia lírica) 80
Pregão (poesia lírica) 81
Se eu pudesse (poesia lírica) 81
Ode ao Mutualista (poesia lírica) 83
Sem título (poesia lírica) 84
Presépio da minha infância (poesia lírica) 84
União Fraterna (soneto) 86
«De mãos dadas» (soneto) 86
Teoria e Prática (soneto) 87
Na hora da verdade (soneto) 87
Crise de consciência (soneto) 88
Quadras 89
Menções honrosas 90
O Sarau Artístico
A Distribuição dos Prémios dos 1.os Jogos Florais Mutualistas
A Romagem ao Cemitério e a Missa de Sufrágio 93
A Sessão Solene de Encerramento das Festas 97
A Oração proferida pelo Senhor Doutor Carlos Santos Vale 103
Algumas Notas para a História das Comemorações 113

Edição da Associação Vilanovense de Socorro Mútuo
Coordenação de Francisco Silva
Execução Rocha/Artes Gráficas
Vila Nova de Gaia
Dezembro de 1983